

REVISTA

NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

ANO 5, NÚMERO 9

JAN-JUN DE 2016

ISSN 2317-8523

EDITORIAL

A agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências

Tabajara Marcondes

Credito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar

Valdir Alvim

Mônia Dall'agnol

As exportações de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: um estudo do setor agropecuário no período 2000-2010

Angélica Massuquetti

Juliano Luiz Koch

Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso

Fernanda Moreira do Amaral

Lisandra Lutz

Processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no território oeste

Rosana Maria Badalotti

Maria Luiza de Souza Lajus

Cristiane Tonezer

Regina Miranda da Silva Padia

Subsídios à agricultura familiar: contribuições do Pronaf no alto vale do Itajaí (2003/04 e 2012)

Bruna dos Santos Prestes

Maiara Eloí da Silva

Marcia Fächter

Bruno Thiago Tomio

Vitivinicultura: uma análise a partir dos países produtores

Reney Dorow

Rosemary Barbosa de Melo

Márcia Mondardo

Gláucia de Almeida Padrão

Jean Philippe Palma Revillion



SUMÁRIO

EDITORIAL.....	03
A AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA: CENÁRIO ATUAL E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS	
Tabajara Marcondes.....	08
CREDITO COOPERATIVO E ECONOMIA RURAL: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIAR	
Valdir Alvim Mônia Dall’Agnol.....	39
AS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO PERÍODO 2000-2010	
Angélica Massuquetti Juliano Luiz Koch Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso Fernanda Moreira do Amaral Lisandra Lutz.....	70
PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO OESTE	
Rosana Maria Badalotti Maria Luiza de Souza Lajus Cristiane Tonezer Regina Miranda da Silva Padia.....	87
SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF NO ALTO VALE DO ITAJAÍ (2003/04 E 2012)	
Bruna dos Santos Prestes Maiara Eloi da Silva Marcia Füchter Bruno Thiago Tomio.....	111
VITIVINICULTURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PAÍSES PRODUTORES	
Reney Dorow Rosemary Barbosa de Melo Márcia Mondardo Gláucia de Almeida Padrão Jean Philippe Palma Revillion.....	132

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor:

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 5, nº 9, Jan-Jun. Florianópolis, NECAT, 2016.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/

E-mail: neecat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FAMILIAR DE PRODUÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei

O estado de Santa Catarina é conhecido como uma das unidades da federação com maior potencial produtivo derivado da agricultura familiar. Com isso, é perfeitamente possível se afirmar que a agricultura familiar é a grande responsável pela atual dinamização do setor rural catarinense. Esta afirmação se ampara na expressiva participação dos estabelecimentos agropecuários familiares no total estadual, tanto em termos numéricos como no volume de ocupações e da produção agropecuária estadual.

A grande novidade contida no Censo Agropecuário (IBGE, 2006) é que foram disponibilizadas informações estatísticas que atendem aos preceitos da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326) aprovada em 2006. Com isso, é possível analisar o papel específico da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária geral do estado.

Pela Lei acima citada, considera-se produtor familiar aquele agricultor que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) deter área não superior a quatro módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra familiar na execução das atividades agropecuárias; c) ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário; d) dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

Do ponto de vista da estrutura agrária, Santa Catarina ainda é o estado que apresenta uma das mais baixas taxas de concentração de terra do país, muito embora o Índice de Gini de 0.682 possa ser considerado elevado. Isso sugere que ainda são necessárias medidas para que a propriedade da terra seja mais democratizada.

Na estrutural produtiva rural, o Censo de 2006 confirmou que a categoria dos agricultores familiares que se encontrava na condição de proprietários era a mais relevante,

sendo que a maioria desses agricultores familiares estavam a 10 anos ou mais na direção dos estabelecimentos agropecuários, o que dá uma relativa estabilidade a esses estabelecimentos, ao mesmo tempo em que se evita a rotatividade na direção dos mesmos em intervalos de tempo bastante curtos.

Além disso, outro aspecto reafirmado pelo Censo Agropecuário de 2006 foi a importante contribuição da agricultura familiar na ocupação rural, sendo este setor responsável pela maioria absoluta das pessoas ocupadas no trabalho rural catarinense. Mesmo assim, deve-se registrar que a estrutura rural catarinense embasada nas unidades familiares de produção já não dá mais conta de manter a ocupação de todas as pessoas das famílias, o que provoca um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos, especialmente por parte dos jovens.

Mas é, sem dúvida, na esfera da produção que os dados do novo censo revelam a grande contribuição da agricultura familiar para Santa Catarina. Além de ser responsável por 67% do valor total da produção agropecuária do estado, destaca-se o peso deste sistema produtivo na maioria dos produtos vegetais (arroz, feijão, mandioca e milho), bem como no rebanho animal (suínos e aves) e na produção leiteira, atingindo 87% do total de leite produzido no estado.

Neste cenário, o número atual da Revista NECAT procurará analisar e debater a estrutura atual do setor agropecuário catarinense, dando ênfase ao papel central desempenhado pela agricultura familiar, tanto em termos de sua participação na produção agropecuária agregada, como na geração das ocupações rurais. Além disso, destaca-se, ainda, a evolução das exportações dos produtos agropecuários catarinenses e outras estratégias de desenvolvimento rural presentes no estado.

O primeiro artigo, intitulado “A Agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências”, de autoria de Tabajara Marcondes, inicialmente analisa os reflexos da modernização da agricultura no estado de Santa Catarina para, posteriormente, discutir as principais mudanças que ocorreram recentemente no espaço rural catarinense. Dentre as principais, o autor destaca a alteração no uso das terras agrícolas; a redução do número de

estabelecimentos agropecuários; e a diminuição da população ocupada em atividades agrícolas no estado.

Com base em dados oficiais (Censo Agropecuário) mostrou-se que a agricultura familiar permaneceu como o setor responsável pela maior parte da produção, sendo que a produção agropecuária catarinense é praticamente sinônimo de agricultura familiar. Essa expressiva importância da agricultura familiar catarinense fica evidente quando se observa que no ano de 2006 o valor da produção de Santa Catarina representou 5,5% do total do país, situando o estado na 7ª posição nacional.

O segundo artigo, de autoria de Valdir Alvim e Mônia Dall’Agnol e intitulado “Crédito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar”, destaca a importância do crédito rural para o desenvolvimento rural e local, destacando-se o papel do crédito disponibilizado pelo governo federal aos agricultores familiares de uma determinada região. Para tanto, enfatiza-se, também, a importância da cooperativa de crédito no sentido de estimular a expansão e a diversificação das atividades dos agricultores familiares com o objetivo de ampliar a produção e melhorar o nível de renda. Ao reconhecer a importância do sistema de crédito específico para os agricultores familiares, os autores concluem que tais operações creditícias deveriam ser ampliadas para este setor da economia rural que, historicamente, foi pouco atendido pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

O terceiro artigo, intitulado “As pautas de exportação catarinense e gaúcha: um estudo do setor agropecuário no período 2000-2010 e de autoria de Angélica Massuquetti, Juliano Luis Koch, Rafaela Lauffer Ostermann Tamisso e Lisandra Lutz, analisa a evolução das exportações agrícolas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul ao longo de dez anos, estados que se localizam entre os dez maiores exportadores do país. Apesar da participação do setor agropecuário nas exportações totais ser baixa em ambos os estados, essas exportações mostraram uma tendência de crescimento no período analisado, tanto em termos de valores como de volume físico. Os autores destacam que no caso de Santa Catarina houve predominância dos produtos de origem animal, enquanto que no Rio Grande do Sul a soja apareceu como destaque. Além disso, concluiu-se que China e Argentina são os principais

países importadores de produtos agrícolas gaúchos, ao passo que o principal destino das exportações agropecuárias catarinenses foi os EUA, seguido da Holanda e Argentina.

O quarto artigo, de autoria de Rosana Maria Badalotti, Maria Luiza de Souza Lajus, Cristiane Tonezer e Regina Miranda da Silva Padia e intitulado “Processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no território Oeste”, analisa o processo de implantação da política de desenvolvimento territorial no referido território desde o ano de 2003. Após fazer uma discussão teórica sobre o tema, as autoras discutem aspectos que caracterizam as institucionalidades e as ações decididas coletivamente no âmbito do território, com destaque para os critérios de definição dos projetos implementados e municípios beneficiados pela referida política pública. De um modo geral, as autoras reconhecem a importância dos espaços dos colegiados territórios para proposição e definição de projetos estratégicos de desenvolvimento. Todavia, não deixam de mencionar limites observados neste processo de mobilização dos atores sociais que acabam interferindo negativamente na implantação da política de desenvolvimento territorial.

O quinto artigo, intitulado “Subsídios à Agricultura Familiar: contribuições do PRONAF no Alto Vale do Itajaí (2003/04 e 2012)” e de autoria de Bruna dos Santos Peres, Maiara Eloi da Silva, Marcia Fuchter e Bruno Thiago Tomio, discute o papel e as contribuições do PRONAF para os agricultores familiares da região do Alto Vale do Itajaí, destacando a importância dos subsídios a este setor de produção rural. Sendo esta uma região onde predominam as atividades agrícolas, em especial da agricultura familiar, concluiu-se que este programa de política pública foi essencial para promover o crescimento, tanto da produção como da própria renda dos agricultores familiares.

Finalmente, o sexto artigo intitulado “Vitivinicultura: uma análise a partir dos países produtores” e de autoria de Reney Dorow, Rosemary Barbosa de Melo, Márcia Mondardo, Glaucia de Almeida Padrão e Jean Philippe Palma Revillion, apresenta o cenário produtivo atual da vitivinicultura no mundo e em diversas regiões, mostrando que esta atividade quando empreendida em determinadas localidades específicas pode contribuir para a geração de emprego e renda, bem como atuar positivamente na economia regional. Segundo os autores, o potencial de expansão da atividade é fortemente condicionado pelo potencial de consumo de

uma determinada região e/ou localidade, sendo testados alguns indicadores para analisar o referido potencial, com destaque para a renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida no consumo *per capita*. Concluiu-se que o indicador que mais explica o consumo *per capita* é a renda *per capita*, fator que pode ser relevante para o setor produtivo em suas decisões de investimento, bem como para o setor público nas suas definições de políticas de desenvolvimento regional.

Desta forma, o NECAT espera, com mais este número de sua revista eletrônica, estar contribuindo para se conhecer melhor o setor agropecuário catarinense, o qual consideramos essencial para a compreensão da dinâmica atual do desenvolvimento regional catarinense.

A AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA: CENÁRIO ATUAL E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Tabajara Marcondes¹

Resumo: O artigo analisa os reflexos da modernização da agricultura no Brasil e no estado de Santa Catarina para, posteriormente, discutir as principais mudanças que ocorreram recentemente no espaço rural catarinense. Dentre estas, destacam-se a alteração no uso das terras agrícolas; a redução do número de estabelecimentos agropecuários; a diminuição da população rural; a redução da população ocupada em atividades agrícolas; e a ampliação das rendas não agrícolas no meio rural. Mesmo assim, a agricultura familiar permanece como o setor responsável pela grande maioria da produção agropecuária catarinense. Para tanto, destaca-se, também, a importância das políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento rural de forma inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Santa Catarina; Produção Agropecuária; Agricultura Familiar.

THE AGRICULTURE IN SANTA CATARINA: CURRENT SCENARIO AND MAIN TRENDS

Abstract: This article analysis the effects of green agriculture revolution in Brazil and the Santa Catarina State, and also discuss the main changes that happened in the rural space recently. The main changes are the alteration in the agricultural land uses, the diminution of the number of rural properties, the both reduction of rural population and the number of rural workers, and the increase in the non-agricultural income in the rural areas. In spite of these facts, the family farm still is the main responsible for the majority part of agricultural production in the Santa Catarina State. In this case, is important to highlight the rules of the public policy to promote the model of rural development with focus in both inclusion and sustainable issues.

Key words: Santa Catarina; Agricultural Production; Family farm

¹ Engenheiro Agrônomo (UFCS/1984), Cientista Social (UFSC/1990), Mestre em Sociologia Política (UFSC/2011). Analista de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Email: tabajara@epagri.sc.gov.br

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa) aceitou o convite do professor Lauro Mattei para colaborar na edição deste número da revista NECAT com um misto de satisfação e preocupação. Satisfação por conta da possibilidade de colaborar nas reflexões mais gerais acerca da agropecuária estadual, particularmente aquelas feitas no âmbito do NECAT, e preocupação pela complexidade do tema e das limitações para nos ocuparmos de tal tarefa. Parte dessas limitações são pessoais/operacionais e parte decorrem da falta de informações setoriais atualizadas e/ou qualificadas.

A solicitação foi para que realizássemos uma análise sobre a “situação da agropecuária de Santa Catarina, cenário atual e principais tendências”. Como abordagem inicial deveria ser uma espécie de “abertura da discussão” para os demais artigos da revista, já que todos tratam de aspectos relacionados à agropecuária estadual.

É pouco provável que o artigo alcance esse objetivo, na medida em que o que apresentamos aqui está limitado a um conjunto de informações e considerações de ordem setorial que, em parte dos casos, não está respaldado por nenhum resgate bibliográfico que permitisse uma análise mais qualificada e, conseqüentemente, alçasse esse texto à condição de uma contribuição acadêmica mais relevante.

Portanto, desde já esclarecemos que os pontos contemplados pelo texto permitem ter apenas algumas ideias gerais sobre as características e tendências do setor agropecuário catarinense, sem a pretensão de abordar toda a complexidade e as variáveis contempladas pela temática.

O artigo também não passou por nenhuma discussão de caráter mais crítico com a equipe da Epagri/Cepa, o que significa que é uma análise exclusiva e de responsabilidade de quem o assina. Registra-se que ele está dividido em diversos itens que não necessariamente apresentam continuidade entre si.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS EM SANTA CATARINA²

Entre os anos de 1930 e o início dos anos de 1960 a economia brasileira deixou de ser baseada em um modelo exportador de produtos primários e passou a ter a indústria como seu setor mais dinâmico, sendo considerado o pós-guerra como período de ouro do modelo de industrialização pela substituição de importações. No início dos anos de 1960 se evidencia o “esgotamento” desse modelo de industrialização e se torna hegemônica a corrente de pensamento/política que preconizava um modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional, que se impôs definitivamente com o golpe militar de 1964.

Nesse contexto torna-se hegemônica também a corrente de pensamento/política que defende a “modernização” da agricultura para que cumprisse o papel dela esperado desde o início da industrialização: liberação de mão-de-obra para indústria; criação de mercado para indústria; aumento das exportações para gerar divisas que garantissem a continuidade das importações voltadas ao crescimento do setor urbano-industrial; abastecimento satisfatório da população urbana, sem elevar o custo da alimentação e das matérias-primas; financiamento da capitalização de setores não agrários (industrial e comercial), através da transferência dos seus ganhos de produtividade.

Assim, na segunda metade dos anos de 1960, foi iniciado o processo de “modernização” da agricultura brasileira, cujo instrumento inicial fundamental foi o crédito rural abundante e barato, que facilitou a implementação de uma nova maneira de fazer agricultura, baseada especialmente no tripé: sementes geneticamente melhoradas/mecanização/uso de agroquímicos (agrotóxicos, corretivos e adubos)³.

² Esse texto é quase um resumo de uma parte da dissertação de mestrado de Tabajara Marcondes (2011), que utilizou para essa parte entre outras as seguintes fontes bibliográficas: Mueller (1983), Gonçalves Neto (1997), Graziano da Silva (1981), Ianni (1986) e Oliveira (1976).

³ O agrônomo Norman Ernest Borlaug teve papel de destaque na concepção dessa nova maneira de fazer agricultura. Por sua contribuição para sua expansão para diferentes partes do mundo foi reconhecido como o pai da Revolução Verde e, em 1970, o Instituto Nobel concedeu-lhe o prêmio Nobel da Paz, ao reconhecer o seu trabalho também como humanitário, já que as suas contribuições para o aumento da produtividade agrícola e, conseqüentemente, para o aumento da oferta e redução dos preços dos alimentos, teria ajudado a impedir uma enorme fome global ao longo das últimas décadas do século passado.

Além do crédito, a “modernização” foi estimulada pela estruturação/ampliação dos serviços públicos (extensão rural/assistência técnica, pesquisa agropecuária, defesa sanitária animal e vegetal); pela criação de programas de apoio a investimentos agroindustriais; pela criação de incentivos fiscais de diferentes tipos; pela criação de estruturas públicas de armazenagem, distribuição e abastecimento de produtos agrícolas; pela adoção de políticas de formação de estoques reguladores, de sustentação de preços e de comercialização de produtos agrícolas, dentre outras.

Isso redundou num forte processo de “industrialização” do campo. Ao mesmo tempo muitos setores da agricultura brasileira passaram a ser fortemente influenciados, tanto pela indústria vendedora de insumos como pelas indústrias/cooperativas compradoras de seus produtos, sendo que não raramente uma mesma empresa realizava esses dois papéis.

Com os expressivos e constantes ganhos de produtividade, o aumento da produção e a diversificação de atividades produtivas, a agricultura passa a cumprir praticamente todos os papéis esperados pelo projeto político hegemônico. A partir do início dos anos de 1980, entretanto, com o ambiente político menos controlado pelos militares, se evidenciam outros aspectos do modelo: concentração da posse da terra e aumento dos conflitos fundiários em muitas regiões; concentração da renda agrícola; geração de uma massa de pequenos produtores e sem-terra pauperizados e marginalizados; aumento do controle do processo produtivo pelos grandes complexos agroindustriais⁴; desinteresse de jovens pela atividade agrícola e pelo espaço rural; diminuição do emprego agrícola; aprofundamento de desigualdades dentro e entre regiões; êxodo rural; degradação dos solos agrícolas; poluição e redução dos mananciais de águas; ocupação de solos e regiões inadequados para o uso agrícola; comprometimento da biodiversidade; dentre outros.

Além disso, no início da década de 1980, devido às circunstâncias internacionais desfavoráveis, o Brasil passou a ter dificuldades para contrair novos empréstimos internacionais, além de ser pressionado a pagar muitos dos empréstimos realizados até então. Essa crise de financiamento inviabiliza também o modelo de desenvolvimento da agricultura, que dependia da farta utilização de recursos públicos. Mesmo que não de forma concomitante,

4 Para o caso de Santa Catarina ver, entre outros, Paulilo (1990) e Campos (1987).

isso significou substancial redução de subsídios para e do crédito rural; enfraquecimento/desmantelamento de várias estruturas federais e estaduais de suporte ao projeto modernizador; alteração/fim de políticas de incentivos fiscais; alteração/redução de recursos para as políticas de sustentação de preços; aumento da exposição do setor agrícola à concorrência externa, dentre outras mudanças.

Do final do governo militar até a promulgação da Constituição de 1988 se intensificaram as discussões acerca da necessidade de novas formas de relação entre o Estado e a agricultura brasileira, com aspectos muito auspiciosos (novas relações entre o Estado e a sociedade civil, mudanças no “pacto federativo” e descentralização de ações para os estados e municípios, implementação de políticas públicas que não repetissem o modelo/as consequências do período da “modernização”, entre outros)⁵. Embora muitos desses aspectos tenham se consolidado na Constituição de 1988, eles foram parcialmente fragilizados/comprometidos durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello, porém voltando com maior notoriedade durante o governo do Presidente Itamar Franco, quando em 1994 foram dados, por exemplo, os passos iniciais para o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e para o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf⁶, que foi oficialmente criado em 1996, já durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

2.1 O caso de Santa Catarina

Não parece inadequado defender a hipótese de que algumas repercussões negativas da “modernização” da agricultura brasileira teriam se dado e/ou estão se dando em Santa Catarina de forma mais tardia do que em outros estados do país, particularmente a exclusão de

⁵ Esse contexto das discussões e a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento e das políticas públicas para buscar a diversificação das economias locais e ampliar as oportunidades das regiões rurais do Brasil, com vantagens em termos de salubridade e de meio ambiente podem ser vistos, por exemplo, em Veiga (2001).

⁶ Mattei, Cazella e Schneider (2004) detalham o reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil e como se deu o advento do Pronaf.

produtores e a concentração da produção. Embora não existam estudos comparativos sobre isso, algumas possíveis razões para tal fato teriam sido/são:

- A menor disputa e pressão pela posse da terra no estado – isto estaria relacionada com a forma como foram colonizadas algumas regiões (milhares de agricultores com pequenas áreas), mas também com as características topográficas de várias delas que dificultam a utilização de máquinas no processo produtivo e desestimulam a sua compra/concentração para a produção em larga escala.
- A familiaridade de boa parte dos pequenos produtores catarinenses com os mecanismos de mercado e adoção de tecnologias – ao contrário do que ocorreu em muitas regiões brasileiras, desde o início do período da “modernização”, boa parte dos agricultores de Santa Catarina já estava familiarizado com as relações de mercado e com as necessidades de mudanças nos seus sistemas de produção, o que reduziu as suas dificuldades de adaptação às pressões modernizadoras.
- A existência de um setor público agrícola de serviços, extensão e pesquisa de reconhecida capacidade, e com relação estreita, direta e de compromisso com os pequenos produtores⁷. Isto ajudou não apenas na capacidade/possibilidade de parte destes produtores aprimorarem as atividades que desenvolviam tradicionalmente, como para que buscassem novas alternativas produtivas quando necessário. O surgimento de novas possibilidades produtivas em Santa Catarina, que se tornaram relevantes alternativas para a manutenção de importante contingente de produtores no campo, ocorreu através da participação decisiva do setor público (maçã, cebola, arroz, uva, banana).
- A grande diversidade produtiva nas propriedades agrícolas, o que permitiu que muitos agricultores, ao ficarem inviabilizados economicamente em uma atividade, pudessem intensificar a produção de outras. De certa maneira, parte da grande expansão que a atividade leiteira catarinense (particularmente na região Oeste do estado) viveu a partir do final dos

⁷ Um aspecto interessante disso, pouco estudado, é o fato de muitos extensionistas catarinenses serem oriundos do meio rural, muitas vezes filhos de agricultores familiares, situação que não se repete com tanta frequência em outras unidades da federação, o que influencia no tipo de relação entre técnicos e agricultores.

anos de 1980 e início dos de 1990 é explicada por este fato. Ao serem excluídos da produção de suínos e de grãos (feijão, soja, milho, trigo), os produtores expandiram a produção leiteira, com a qual já tinham familiaridade, mas pouco interesse para geração de renda.

- A grande importância da produção de origem animal, especialmente aves, suínos e leite, as quais permitiram que os produtores com escalas menores de produção se mantivessem na atividade por mais tempo e em condições mais favoráveis do que nos cultivos de grãos. A concentração da produção e a exclusão de produtores de suínos, por exemplo, ocorreu de forma mais expressiva apenas a partir dos anos de 1990. No caso da produção de leite a situação é ainda mais ilustrativa, já que o número de produtores com pequenas escalas de produção continua expressivo.
- A existência de algumas atividades produtivas em que o capital financeiro e a terra são fatores de produção menos importante que o trabalho/capital humano. Neste caso, a fumicultura é o exemplo mais ilustrativo. A dificuldade de mecanização e o encarecimento da produção com a eventual contratação de mão de obra viabilizaram a permanência nesta atividade de um expressivo contingente de produtores que utilizam o trabalho familiar. Com isso, ao contrário do que ocorreu na maioria das atividades da agricultura estadual, o número de produtores de fumo em Santa Catarina se expandiu sensivelmente entre os anos de 1970 e 1990.
- O maior grau de organização dos pequenos agricultores catarinenses (sindicatos, federações, associações, cooperativas, ONGs), o que lhes amplia o poder político nas relações com os setores públicos e com os agentes de mercado.
- O reconhecimento mais ou menos generalizado por parte de lideranças políticas locais, regionais e estaduais sobre a importância estratégica da pequena agricultura/agricultura familiar para o desenvolvimento do estado. Isto ajudou a consolidar as políticas públicas específicas para este segmento e evitou que suas relações fossem determinadas exclusivamente pelas forças do mercado.
- A melhor distribuição relativa do crédito rural entre as diferentes categorias de

produtores rurais, comparativamente à maioria dos estados brasileiros⁸.

Em relação a alguns dos pontos citados acima, talvez aqui caiba a consideração de que certos aspectos que Abramovay (1992) salientou de forma crítica em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”⁹ não tiveram em Santa Catarina o mesmo peso que na maior parte das regiões brasileiras. Pelo menos ao longo dos anos de 1980 e boa parte dos anos de 1990, o reconhecimento da importância econômica da agricultura familiar para o estado era relativamente significativo. Posteriormente, contudo, principalmente em função da forte diversificação produtivo-econômica das regiões tradicionalmente agrícolas, da concentração populacional nas regiões litorâneas, do maior crescimento relativo do setor de serviços, da fragilização das representações político-institucionais dos agricultores, do “deslocamento” dos complexos agroindustriais originalmente catarinenses para outras regiões do País, dentre outros aspectos, fizeram com que esse reconhecimento fosse reduzido e se concentrasse naqueles segmentos de maior movimentação econômica.

Considerando que as razões citadas são procedentes, reforça-se que não significa dizer que a “modernização” não teve e/ou não está tendo os seus efeitos também em Santa Catarina. Até porque o processo de “modernização”, mesmo com algumas importantes alterações na forma de relação entre o Estado e a agricultura não perdeu força e boa parte da agricultura estadual seguiu/segue pressionada pelas fortes estruturas com que se relacionava à jusante e à montante.

Assim, desde os primeiros anos da década de 1990 ampliou-se a percepção de que o chamado “modelo agrícola catarinense”, particularmente os seus segmentos relacionados aos mercados mais dinâmicos e competitivos, passaria por importantes e rápidas mudanças estruturais, como, por exemplo, a tendência à exclusão de muitas pessoas ou famílias do

⁸ Paulilo (1990) destaca diferenças regionais na distribuição do crédito subsidiado no período da modernização. A Região Sul era bem aquinhoadada em valores, mas com menor concentração relativa pelos grandes produtores do que em outras regiões do País. Isso ainda perdura. No período 2000 a 2009, por exemplo, o Pronaf, destinado especialmente aos pequenos agricultores, representou 13% do valor total do crédito rural no Brasil e 22% em Santa Catarina (MARCONDES, 2010)

⁹A partir da análise do papel estratégico das unidades de produção familiar para a modernização do campo de países de capitalismo avançado, o autor critica a visão predominante no Brasil de que a agricultura familiar teria dificuldade de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do País.

espaço rural¹⁰. Mesmo com as já citadas limitações de informações, essas mudanças estruturais serão minimamente analisadas no item seguinte.

3 MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL DE SANTA CATARINA

O Censo Agropecuário é realizado periodicamente e se constitui numa das raras fontes de dados estruturais dos setores agropecuário, florestal e aquícola do País. Embora os refinamentos metodológicos (reformulação do conteúdo da pesquisa, incorporação de novos conceitos, etc.) e a grande defasagem de tempo entre os censos agropecuários dificultem as comparações diretas dos diferentes censos agropecuários, é indispensável algumas dessas comparações para qualquer análise relativa a evolução/caracterização do espaço rural brasileiro.

Embora o último Censo Agropecuário seja relativo ao ano de 2006, e desde então tenha havido substanciais mudanças na economia brasileira/catarinense em geral e nos seus setores agropecuário, florestal e aquícola em particular, é tomando por base essa fonte de informação que destacaremos algumas das significativas mudanças pelas quais passou o espaço rural catarinense ao longo das últimas décadas.

3.1 Redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários¹¹

Os censos mostram que o número e a área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina sofreram mudanças sensíveis ao longo dos anos; aumentaram entre as décadas de 1970 e 1980 e diminuíram a partir de então. De 1985 para 2006 houve um decréscimo de

¹⁰ Ver Instituto Cepa/SC (1995).

¹¹ O IBGE define estabelecimento agropecuário como “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável”.

41,3 mil unidades e de 1,357 milhão de hectares dos estabelecimentos agropecuários catarinenses, conforme tabela 1.

Não é simples compreender/explicar todas as razões para essa expressiva redução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, mas parte dela pode ser esclarecida por outros dados censitários.

Tabela 1 – SC - Número e área dos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006

Ano	Estabelecimentos Agropecuários		
	Número (Mil unidades)	Área (Milhões de hectares)	Área média (Hectares)
1970	207,2	7,025	33,9
1975	206,5	6,877	33,3
1980	216,2	7,474	34,6
1985	235,0	7,420	31,6
1995	203,3	6,613	32,5
2006	193,7	6,063	31,3

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Um primeiro exemplo diz respeito à posse da terra por condição do produtor¹². Ao se somar as categorias dos arrendatários e parceiros se constata que entre os censos de 1985 e de 2006 houve uma redução de 31,5 mil para apenas 9,3 mil estabelecimentos agropecuários, conforme tabela 2.

Tabela 2 – SC - Condição do produtor em relação à posse da terra - 1970/2006

Condição	Mil estabelecimentos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	171,3	169,4	171,5	182,8	171,5	170,9
Arrendatário	10,8	10,0	12,8	15,4	12,1	7,1
Parceiro	10,8	10,3	13,3	16,1	6,1	2,2
Ocupante	14,3	16,8	18,6	20,6	13,6	13,5
Total	207,2	206,5	216,2	235,0	203,3	193,7

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

¹² No Censo 2006, às categorias dos censos anteriores (proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante) foram acrescentadas outras duas (assentado sem titulação definitiva e produtor sem área), que para efeitos de comparação com os censos anteriores, e tomando por base as considerações metodológicas feitas pelo IBGE, foram enquadradas como ocupantes.

É certo que esse expressivo decréscimo de 22,2 mil estabelecimentos agropecuários ocorreu por várias razões, mas pelo menos duas delas podem ser citadas com relativa segurança. A primeira, e possivelmente a principal, é econômica, indicando a possibilidade de que as reduções nas margens de rentabilidade de muitos produtos da agropecuária acabaram por inviabilizar que parte desses arrendatários e parceiros continuasse a “pagar” pelo uso da terra, de maneira especial os menores, como sempre foi a situação predominante em Santa Catarina. A segunda, não necessariamente dissociada da primeira, é que muitos arrendatários e parceiros passaram à condição de proprietários neste período. Um importante indicativo disso foi uma pesquisa realizada em 2010 pela Secretaria de Estado da Agricultura, que apontou que dos beneficiários do “Banco da Terra” (BT) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 45,8% eram arrendatários e 10,6% parceiros.

Ainda que não na mesma proporção, houve também redução do número de estabelecimentos agropecuários dos ocupantes, o que possivelmente se deu por razões como: titulação de terras para aqueles que já detinham a sua posse, mas cuja formalização se deu no período considerado; a política de assentamento intensificada no Estado exatamente a partir de meados dos anos de 1980; o fato de ocupantes buscarem outras maneiras de sobreviver, deslocando-se até mesmo para outros estados para tentar conquistar terra; e a redução de terras consideradas disponíveis para realizar novos assentamentos no Estado.

3.2 Alterações na utilização das terras “agrícolas”

O Censo Agropecuário 2006 indicou também que houve importantes mudanças na forma de utilização da área dos estabelecimentos agropecuários catarinenses, com redução na área ocupada com pastagens e crescimento da área de matas, conforme tabela 3.

Tabela 3 – SC - Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006

Utilização	Mil hectares					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras	1.331,7	1.434,4	1.803,8	1.868,8	1.570,4	1.723,3
Pastagens	2.468,0	2.404,0	2.490,9	2.469,3	2.338,9	1.707,6
<i>Matas naturais</i>	<i>1.623,2</i>	<i>1.433,9</i>	<i>1.408,1</i>	<i>1.345,5</i>	<i>1.348,6</i>	<i>1.613,8</i>
<i>Matas plantadas</i>	<i>128,3</i>	<i>194,2</i>	<i>374,0</i>	<i>564,1</i>	<i>561,5</i>	<i>621,5</i>
Total de matas	1.751,6	1.628,1	1.782,2	1.909,7	1.910,2	2.235,4
Outras áreas	1.474,1	1.410,7	1.396,9	1.171,8	793,4	396,2
Total	7.025,3	6.877,3	7.473,8	7.419,5	6.612,8	6.062,5

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em parte, existe uma relação direta entre a redução das áreas de pastagens e a ampliação das áreas de matas. No caso das matas plantadas, por exemplo, é certo que a partir dos anos de 1980 houve grande expansão da área com pinus em áreas tradicionais de pastagens naturais/naturalizadas. Um pouco depois disso passou a ocorrer também expansão do plantio de eucalipto em áreas de pastagens. Neste caso, também em pequenas propriedades, fazendo com que em 2014 a área plantada com essas duas espécies florestais alcançasse 1,023 milhão de hectares, sendo que apenas o eucalipto representava 36% desse total.

Apesar dos dados censitários não mostrarem esses fatos de maneira contundente, por outras fontes de informações do próprio IBGE (tabela 4) fica evidente que dentre as significativas mudanças da agricultura catarinense está a redução da área ocupada com lavouras temporárias, movimento inverso ao observado em âmbito de Brasil. No caso de Santa Catarina, somando-se os cinco produtos das lavouras temporárias com maior área plantada, constata-se que entre 1995 e 2015 houve uma redução de 537,1 mil hectares no total de área plantada, com variações importantes entre essas lavouras, destacando-se a expressiva redução da área de milho e de feijão e grande aumento de área de soja. Parte dessas áreas de milho e feijão, particularmente a de milho, passou a ser utilizada para o plantio de soja; outra parte passou a ser usada para o plantio de milho para silagem; enquanto o restante simplesmente deixou de ser utilizado para a produção de grãos.

Tabela 4 – Área plantada com produtos da lavoura temporária - BR e SC 1995 e 2015

Produto	Área plantada (Mil hectares)					
	Brasil			Santa Catarina		
	Safra 1995	Safra 2015	Var. absoluta 1995-2015	Safra 1995	Safra 2015	Var. absoluta 1995-2015
Arroz	4.420,7	2.168,7	-2.252,0	155,2	148,7	-6,5
Feijão	5.366,3	3.135,1	-2.231,2	390,1	77,1	-313,0
Fumo	293,6	408,5	114,9	81,0	116,4	35,4
Milho (em grão)	14.182,5	15.920,6	1.738,1	1.061,6	404,5	-657,1
Soja	11.702,9	32.135,5	20.432,5	204,5	608,6	404,2
Total	35.966,0	53.768,4	17.802,4	1.892,4	1.355,3	-537,1

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Além das variações entre os produtos houve importantes mudanças na distribuição geográfica das áreas plantadas, conforme tabela 5. Neste caso, o que mais chama a atenção são o grande decréscimo de área na região Oeste e a expansão da área plantada nas regiões Norte e Serrana, decorrentes exclusivamente do crescimento do plantio de soja, já que as áreas de milho e feijão também decresceram nessas regiões.

Tabela 5 – SC - Participação das mesorregiões na área de lavouras temporárias - 1995 e 2014

Mesorregião	Área plantada (mil hectares)											
	1995						2014					
	Arroz	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Total	Arroz	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Total
Oeste	17,8	226,5	18,8	761,5	146,4	1.171,0	0,4	29,9	17,0	256,6	295,6	599,6
Norte	29,5	36,4	14,8	92,8	31,8	205,3	20,1	11,1	38,4	53,0	129,3	251,9
Serrana	4,1	80,6	1,4	88,6	26,0	200,7	0,1	32,9	1,5	67,3	127,9	229,7
Vale do Itajaí	25,7	16,9	21,1	67,9	0,0	131,6	29,5	5,8	33,9	36,1	7,1	112,4
Gde Fpolis	3,8	5,2	3,2	14,4	0,0	26,5	6,0	1,2	4,6	5,9	0,0	17,7
Sul	74,3	24,5	21,8	36,4	0,3	157,3	93,9	8,4	25,1	23,8	0,2	151,4
Total	155,2	390,1	81,0	1.061,6	204,5	1.892,4	149,9	89,3	120,6	442,6	560,1	1.362,6

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

3.3 Redução na participação e concentração da produção de suínos e frangos em SC

No caso do milho, a redução de área combinada ao aumento de consumo pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite não apenas inviabilizou o “sonho” de décadas e de várias administrações públicas estaduais de autossuficiência do produto como, ao contrário disso, ampliou o déficit estadual de milho. Este foi um dos aspectos que contribuiu para que as agroindústrias do complexo de carnes buscassem outras regiões para realizar as suas integrações para a expansão da produção de frangos e suínos. Isso pode ser ilustrado com os dados da produção nacional de suínos e de frangos ao longo do tempo, conforme tabelas 6 e 7. Embora o abate catarinense desses animais tenha crescido e o estado persista como grande produtor nacional (1º produtor de suínos e 2º produtor de frangos), é evidente que atualmente a sua participação relativa é muito menor do que já foi e que os maiores crescimentos da produção estão nos estados em que a oferta de milho e soja são mais abundantes.

Tabela 6 – Abate de suínos no Brasil e principais estados produtores - 1999 e 2015

Estado	Milhões de cabeças		Var. % 1999-2015	Participação %	
	1999	2015		1999	2015
SC	6,140	10,278	67,4	38,9	26,2
RS	3,776	7,922	109,8	23,9	20,2
PR	2,705	7,717	185,3	17,1	19,7
MG	1,061	5,118	382,5	6,7	13,0
SP	0,716	2,053	186,8	4,5	5,2
MT	0,228	2,016	782,4	1,4	5,1
GO	0,088	1,766	1.896,2	0,6	4,5
MS	0,593	1,420	139,3	3,8	3,6
DF	0,012	0,251	1.993,5	0,1	0,6
ES	0,088	0,212	140,3	0,6	0,5
Subtotal	15,408	38,752	151,5	97,6	98,7
Outros	0,386	0,512	32,7	2,4	1,3
Brasil	15,793	39,263	148,6	100	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

Sobretudo em face de estratégias das agroindústrias, que finalmente são os agentes que definem a sua dinâmica produtiva, essas duas cadeias tiveram também uma expressiva concentração da produção/redução do número de produtores. Na suinocultura o processo de concentração/exclusão ganhou força já nos anos de 1990 e se deu de maneira bem mais contundente que na avicultura. Apesar disso, mais recentemente também na avicultura se verifica que a questão da capacidade de investimento dos produtores/proximidade das unidades de abate; indicadores de produtividade são cada vez mais decisivos para a manutenção ou não dos produtores na atividade.

Tabela 7 – Abate de frangos no Brasil e principais estados produtores - 1999 e 2015

Estado	Milhões de cabeças		Var. % 1999-2015	Participação %	
	1999	2015		1999	2015
PR	531,3	1.772,5	233,6	21,7	30,6
SC	546,8	881,9	61,3	22,3	15,2
RS	486,0	800,4	64,7	19,8	13,8
SP	405,7	618,9	52,5	16,5	10,7
MG	183,6	444,2	141,9	7,5	7,7
GO	39,7	374,0	842,0	1,6	6,5
MT	44,8	242,5	441,7	1,8	4,2
MS	88,7	170,9	92,6	3,6	2,9
BA	0,0	96,0	-	0,0	1,7
DF	0,0	82,2	-	0,0	1,4
Subtotal	2.326,7	5.483,5	135,7	94,8	94,6
Outros	126,9	311,0	145,0	5,2	5,4
Brasil	2.453,6	5.794,5	136,2	100	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

Em termos numéricos esse processo significou que as duas atividades reduziram drasticamente a sua capacidade de geração de ocupação e renda no meio rural catarinense. Segundo dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), em 2015 o estado tinha apenas 8.174 produtores de aves comerciais de corte e 7.432 produtores terminadores de suínos. Na falta dos mesmos números de tempos atrás e salientando que não são números exatamente comparáveis, destaca-se que o Censo de

1995/96 apontou que das 718,7 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários ao final de 1995, 80,6 mil, ou 11,2%, declararam que tinham como atividade econômica principal a suinocultura ou a avicultura, com participações bem parecidas, 41,1 mil declararam a suinocultura e 39,5 mil a avicultura.

3.4 Redução da população rural¹³ e do pessoal ocupado na agricultura catarinense

O Brasil tem apresentado constante tendência de decréscimo na sua taxa de crescimento populacional, com comportamento sempre muito variável entre as regiões, estados e municípios. Nas grandes regiões brasileiras, por exemplo, de 2000 e 2010, os casos de diferenças mais extremas são os da Região Sul e da Região Norte. Embora existam algumas variações nas taxas de natalidade e mortalidade regionais¹⁴, a principal explicação para essas diferenças são as migrações. No caso da Região Sul, por exemplo, onde as taxas de natalidade e mortalidade dos três estados são parecidas, de 2000 para 2010 a população catarinense aumentou 16,7%, a paranaense, 9,21%, e a gaúcha, apenas 4,97%. Em parte, o maior percentual catarinense é explicado exatamente pela migração paranaense e gaúcha para Santa Catarina, que também tem recebido muitos migrantes particularmente do estado de São Paulo, conforme tabela 8.

¹³ Essa breve análise e os números aqui apresentados seguem os conceitos de população urbana e rural utilizados nos Censos Demográficos do IBGE. Uma visão crítica a respeito dos critérios utilizados para esse tipo de divisão populacional no Brasil é encontrada em Veiga (2002).

¹⁴ Natalidade: número de pessoas que nascem por 1000 habitantes durante 1 ano. Mortalidade: número de pessoas que morrem por 1000 habitantes durante 1 ano.

Tabela 8 – População residente (1) por situação do domicílio - 2000 e 2010

Regionalização	Total		Urbana		Rural		Variação (%) 2000-2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
Brasil	169,80	190,76	137,95	160,93	31,85	29,83	12,3	16,7	-6,3
Norte	12,90	15,86	9,01	11,66	3,89	4,20	23,0	29,4	8,1
Nordeste	47,74	53,08	32,98	38,82	14,77	14,26	11,2	17,7	-3,4
Sudeste	72,41	80,36	65,55	74,70	6,86	5,67	11,0	14,0	-17,4
Centro-Oeste	11,64	14,06	10,09	12,48	1,54	1,58	20,8	23,7	2,0
Sul	25,11	27,39	20,32	23,26	4,79	4,13	9,1	14,5	-13,8
Santa Catarina	5,36	6,25	4,22	5,25	1,14	1,00	16,7	24,4	-12,1
Paraná	9,56	10,44	7,79	8,91	1,78	1,53	9,2	14,5	-13,8
Rio Gde do Sul	10,19	10,69	8,32	9,10	1,87	1,59	5,0	9,4	-14,8

(1) Milhões de pessoas na noite de 31 de julho para 1º de agosto

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

O comportamento demográfico é também muito variável dentro do estado de Santa Catarina. Embora não haja redução absoluta de população em nenhuma das seis mesorregiões geográficas, é evidente que existem regiões que “expulsam” e regiões que “atraem” população, conforme tabelas 9 e 10. As mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis são as que apresentam as maiores taxas médias geométricas de crescimento anual, o que evidencia os principais destinos dos imigrantes de outros estados, países e mesmo parte dos catarinenses. Por outro lado, as mesorregiões Oeste e Serrana são as que mais “perdem” população.

Por situação de domicílio, a exceção da Grande Florianópolis, houve redução da população rural em todas as mesorregiões, mas com importantes diferenças. Um aspecto a ser destacado em relação a isso é que as mesorregiões Oeste e Sul têm taxas de crescimento da população urbana próximas à média estadual, fato que, aliado à grande perda de população rural dessas duas regiões, indica a possibilidade de que entre 2000 e 2010 muitos migrantes rurais ficaram em municípios da própria região.

Tabela 9 – SC - População residente (1) por situação do domicílio - 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Total		Urbana		Rural		Variação (%) 2000-2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
Oeste	1.116,8	1.200,7	702,6	860,6	414,2	340,1	7,5	22,5	-17,9
Norte	1.026,6	1.212,8	876,2	1.063,9	150,4	148,9	18,1	21,4	-1,0
Serrana	401,0	406,7	312,5	332,4	88,4	74,3	1,4	6,4	-16,0
Vale do Itajaí	1.186,2	1.509,0	992,9	1.322,0	193,3	187,0	27,2	33,1	-3,3
Gde Fpolis	803,2	994,1	725,5	915,9	77,6	78,2	23,8	26,2	0,8
Sul	822,7	925,1	608,2	753,2	214,4	171,9	12,4	23,8	-19,8
Santa Catarina	5.356,4	6.248,4	4.217,9	5.247,9	1.138,4	1.000,5	16,7	24,4	-12,1

(1) Mil pessoas na noite de 31 de julho para 1º de agosto

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Tabela 10 – SC - Taxa de crescimento populacional por mesorregião- 2000 e 2010

Mesorregião Geográfica	Taxas geométricas de crescimento % ao ano		
	Total	Urbana	Rural
Oeste	0,73	2,05	-1,95
Norte	1,68	1,96	-0,10
Serrana	0,14	0,62	-1,72
Vale do Itajaí	2,44	2,90	-0,33
Gde Fpolis	2,16	2,36	0,08
Sul	1,18	2,16	-2,19
Santa Catarina	1,55	2,21	-1,28

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Ao se considerar os dados populacionais por situação de domicílio e grupos de idade, se observa que, relativamente, existem mais pessoas de faixas etárias mais baixas (até 20 anos) no campo do que nas cidades catarinenses, mas que isso se inverte nas faixas entre os 20 e 39 anos, para voltar a se repetir nas faixas etárias mais elevadas, conforme tabela 11.

Tabela 11 – SC - População residente, por situação do domicílio e grupos de idade - 2010

Grupos de idade (Anos)	Mil pessoas			Participação %		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
0 a 9	842,5	704,6	137,9	13,5	13,4	13,8
10 a 19	1.065,0	884,4	180,5	17,0	16,9	18,0
20 a 29	1.132,1	981,3	150,8	18,1	18,7	15,1
30 a 39	982,2	842,8	139,4	15,7	16,1	13,9
40 a 49	905,9	758,7	147,2	14,5	14,5	14,7
50 a 59	663,8	547,1	116,7	10,6	10,4	11,7
60 ou mais	656,9	529,0	128,0	10,5	10,1	12,8
Total	6.248,4	5.247,9	1.000,5	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Essa descontinuidade ilustra bem como a perda de população rural tem se dado especialmente por jovens com pretensões/idade/preparo suficientes para buscar ocupação e renda fora dos estabelecimentos agropecuários e/ou para dar continuidade aos estudos em níveis escolares que são mais acessíveis para os que moram nos centros urbanos, particularmente das cidades que são polos regionais.

Os dados dos censos demográficos anteriores (tabela 12) mostram que é na década de 1970 que ocorreu o início do decréscimo da população rural catarinense, sendo que no ano de 2010 se atingiu o menor patamar em números absolutos desde 1950.

Tabela 12 – SC - População total, urbana e rural - 1950/2010.

Ano	Mil pessoas			Participação %		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1950	362,7	1.197,8	1.560,5	23,2	76,8	100
1960	695,3	1.451,6	2.146,9	32,4	67,6	100
1970	1.266,7	1.663,7	2.930,4	43,2	56,8	100
1980	2.201,4	1.486,3	3.687,7	59,7	40,3	100
1991	3.205,6	1.332,6	4.538,2	70,6	29,4	100
2000	4.217,9	1.138,4	5.356,4	78,7	21,3	100
2010	5.247,9	1.000,5	6.248,4	84,0	16,0	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População

Grande parte deste decréscimo da população rural não ocorreu pelo simples desejo dos migrantes, mas porque muitos deles consideraram ser economicamente inviável a sua permanência em condições minimamente satisfatórias no campo. A relevância da questão econômica como explicação do processo migratório foi indicada por pesquisas junto às famílias rurais catarinenses quando da avaliação do Projeto Microbacias 1, que indicou a baixa renda como principal razão para a saída do campo (Instituto Cepa/SC, 1999).

Ainda assim, não existe plena coincidência entre o período de início da redução da população rural e o de início da redução do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, que é mais tardio. Mesmo com a população rural diminuindo de 1970 para 1980, o ano de 1985 foi o auge do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. A partir de 1985, entretanto, o seu decréscimo tem sido expressivo: em 2006 são 316 mil pessoas a menos do que em 1985, 106 mil das quais com menos de 14 anos (Tabela 13). Com essa expressiva redução, o número de pessoas ocupadas por estabelecimento agropecuário caiu de 4,2 pessoas/estabelecimento, em 1975, para 3 pessoas/estabelecimento, em 2006.

Tabela 13 – SC - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários - 1970/2006.

Sexo	Mil pessoas											
	1970		1975		1980		1985		1995		2006	
	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos	Total	= ou >14 anos
Homens	457	370	484	367	499	407	532	450	429	377	352	331
Mulheres	306	244	375	278	338	269	355	293	289	246	220	202
Total	764	614	859	645	837	677	887	743	719	623	572	533

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em 1975, as pessoas com menos de 14 anos representavam 25% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários; em 2006, eram menos de 7%. É evidente que isso decorre de aspectos demográficos mais gerais, mas não deixa de ser determinado também por razões como a ampliação da possibilidade/do interesse pela maior escolarização das pessoas

do campo e pela ampliação do cerceamento/da conscientização em relação ao trabalho infantil.

4 CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006

Nas notas técnicas sobre o Censo Agropecuário 2006, o IBGE destaca algumas diferenças em relação aos censos anteriores, como a inclusão de *“questões referentes à caracterização do produtor, como sexo, o tempo de direção do estabelecimento e migração, além de levantamento sobre a pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família, residentes no estabelecimento agropecuário. Também foram levantadas informações sobre as diferentes práticas agrícolas e formas de ocupação da área; manejo e conservação do solo; utilização de agrotóxicos; agricultura orgânica; atividades aquícolas; e disponibilidade de água dentro do estabelecimento”*.

Com isso foi possível conhecer vários aspectos sobre os quais se tinha apenas indicadores parciais. Aqui serão abordados apenas alguns deles, de forma mais descritiva do que analítica. No que diz respeito à idade e ao sexo dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, o que se constatou foi especialmente a elevada idade dos gestores, sendo que 34% dos estabelecimentos agropecuários eram dirigidos por pessoas com 55 anos ou mais e apenas 13,2% por pessoas de até 35 anos. Destaca-se também que mais de 14 mil estabelecimentos eram geridos por mulheres, 44,7% das quais com 55 anos ou mais (Tabela 14).

Tabela 14 – SC – Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário - 2006

Idade do dirigente (anos)	Total		Direção por sexo e idade			
			Homens		Mulheres	
		(%)		(%)		(%)
< 25	3.732	1,9	3.420	1,9	312	2,2
25 < 35	21.816	11,3	20.665	11,5	1.151	8,0
35 < 45	48.899	25,2	46.246	25,8	2.653	18,4
45 < 55	53.498	27,6	49.631	27,7	3.867	26,8
55 < 65	40.598	21,0	37.166	20,7	3.432	23,7
65 e mais	25.125	13,0	22.085	12,3	3.040	21,0
Total	193.668	100	179.213	100	14.455	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Esse relativo envelhecimento dos gestores e o fato de muitos destes estabelecimentos não terem mais jovens são indicativos da complexidade que tomou a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar catarinense¹⁵, o que tem repercutido diretamente sobre várias atividades produtivas e na posse e/ou uso da terra nos últimos anos, aspectos esses já evidenciados, mas ainda pouco estudados/conhecidos no estado.

Esse aspecto se reflete também no período de tempo em que o principal responsável está à frente da gestão do estabelecimento agropecuário, sendo que 71,3% dos dirigentes estão à sua frente a 10 ou mais anos (Tabela 15).

Tabela 15 – SC - Tempo de direção do estabelecimento agropecuário, por idade – 2006.

Tempo de direção (Anos)	Idade do dirigente (anos)						Total	(%)
	< 25	25<35	35<45	45<55	55<65	65 e mais		
Menos de 1	368	883	1.039	758	419	166	3.633	1,9
1 < 5	2.000	6.387	7.207	5.263	2.816	927	24.600	12,7
5 < 10	1.364	6.203	8.889	6.298	3.324	1.252	27.330	14,1
10 e mais	0	8.343	31.764	41.179	34.039	22.780	138.105	71,3
Total	3.732	21.816	48.899	53.498	40.598	25.125	193.668	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

¹⁵ Uma abordagem de alguns anos sobre esta questão no Oeste Catarinense é encontrada em SILVESTRO, Milton; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio A.; DORIGON, Clóvis e BALDISSERA, Ivan T. (2001) - Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar - MDA-NEAD/EPAGRI.

Esse avanço da idade das pessoas do campo impacta também na forma de obtenção de receita de parte dos estabelecimentos agropecuários. O Censo 2006 mostrou que 47 mil estabelecimentos agropecuários tiveram receita proveniente da previdência oficial; com valor médio de R\$577,83/estabelecimento/mês. Outro aspecto interessante e possível de quantificar é o da obtenção de renda externa: em 2006 foram 25 mil estabelecimentos agropecuários com pessoas que receberam salário ou outras receitas de fora dele, com valor médio de R\$1.015,49/estabelecimento/mês, valor nada desprezível quando comparado com as possibilidades de obtenção de renda de muitas atividades agropecuárias (Tabela 16).

Tabela 16 – SC - Estabelecimentos agropecuários com outras receitas e valor das receitas - 2006

Tipo de outras receitas	Estabelecimentos Agropecuários	Valor (Mil Reais)	Valor médio por mês (R\$)
Aposentadorias ou pensões	47.003	325.915,01	577,83
Salários de atividade fora do estabelecimento e outras receitas	25.418	309.742,39	1.015,50
Receitas de programas governamentais	11.523	16.951,01	122,59
Outras receitas	2.720	31.489,15	964,74
Total	75.469 (1)	684.097,56	755,38

(1) A soma é maior que este total, pois um único estabelecimento pode ter mais de um tipo de receita.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Com relação à renda de aposentadorias ou pensões, é certo que em muitos estabelecimentos agropecuários já é ou brevemente será a principal renda monetária das famílias e a sua valorização em termos reais ao longo dos anos recentes (decorrente do crescimento real do salário mínimo) também repercutiu diretamente sobre mudanças nas escolhas produtivas das famílias beneficiárias. Esse e mais um aspecto bastante evidenciado em relação ao meio rural, mas ainda pouco estudado/conhecido no estado.

No que diz respeito ao nível de instrução, são substanciais as diferenças entre as faixas etárias. Com menos limitações estruturais para o acesso e a maior importância dada à educação formal, observa-se a estreita relação entre os melhores níveis de instrução e os gestores de menos idade. Assim, 66,3% dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina

tinham como dirigentes pessoas que tinham apenas o ensino fundamental (antigo 1º grau) incompleto. Um exemplo de como isso mudou ao longo do tempo, em termos da grande diferença de nível de escolarização entre as faixas etárias, está no fato que 34,3% dos dirigentes com de idade inferior a 25 anos alcançou o ensino médio completo (Tabela 17).

Tabela 17 – SC - Instrução do dirigente do estabelecimento agropecuário, por idade - 2006

Nível de instrução	Idade do dirigente (anos)						Total
	< 25	25 < 35	35 < 45	45 < 55	55 < 65	65 e mais	
Alfabetização de adultos	52	567	1.281	1.627	1.558	1.291	6.376
1º grau incompleto	1.266	11.974	30.473	36.641	29.949	18.038	128.341
1º grau completo	1.004	4.333	8.968	7.218	3.365	1.529	26.417
2º grau completo	1.280	3.714	5.228	3.986	1.598	619	16.425
Formação superior	86	677	1.480	1.688	986	399	5.316
Nenhum, mas lê e escreve	36	402	974	1.325	1.513	1.323	5.573
Não lê, nem escreve	8	149	495	1.013	1.629	1.926	5.220

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

4.1 A Importância da Agricultura Familiar em Santa Catarina

O Censo Agropecuário 2006 permitiu caracterizar um pouco melhor a agricultura familiar¹⁶, em diferentes âmbitos geográficos, desde os municípios até o agregado do país. O primeiro aspecto a ser destacado é que 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram de agricultores familiares e que em Santa Catarina essa participação é ainda mais significativa, ou seja, 87%. Nos dois casos nota-se o histórico processo de concentração fundiária que se deu no país: a elevada participação da agricultura familiar no número de estabelecimentos contrasta com sua baixa participação na posse da terra (Tabela 18).

¹⁶ O Censo Agropecuário 2006 foi o primeiro que levantou informações separadas por tipo de agricultura e para essa separação tomou por base a Lei 11.326 (24.07.2006) que estabelece os critérios para classificação dos agricultores familiares no Brasil.

Tabela 18 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura 2006

Discriminação	Número (Unidades)				Área (milhões de Hectares)			
	Total	Não familiar	Familiar	% da Agricultura familiar	Total	Não familiar	Familiar	% da Agricultura familiar
Brasil	5.175.636	809.369	4.366.267	84	333,680	253,577	80,103	24
Santa Catarina	193.668	25.156	168.512	87	6,063	3,419	2,643	44

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Apesar das mudanças estruturais destacadas, o Censo evidenciou que em Santa Catarina a agricultura familiar permaneceu como responsável pela maior parte da produção. Mostrou também outros casos em que a produção é praticamente “sinônimo” de agricultura familiar. Não é por outra razão que, em 2006, a agricultura familiar estadual respondeu por 67% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (no Brasil foram 36%). Permiteu conhecer também a participação da agricultura familiar em algumas atividades específicas, entre as quais se constata não apenas sua importante participação como também uma maior representatividade da agricultura familiar catarinense em relação à do país (Tabela 19).

Tabela 19 – Produção dos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção/produtor – 2006

Tipo de produção	Brasil				Santa Catarina			
	Produção/Rebanho			% da Agricultura familiar	Produção/Rebanho			% da Agricultura familiar
	Total	Não familiar	Familiar		Total	Não familiar	Familiar	
Arroz (1)	9.688	6.484	3.204	33,1	846	306	540	63,8
Feijão preto/cor(1)	1.951	755	1.197	61,3	184	49	134	73,2
Mandioca (1)	11.913	2.006	9.907	83,2	597	42	555	93,0
Milho (1)	41.428	22.555	18.873	45,6	4.110	965	3.145	76,5
Soja (1)	46.196	39.731	6.465	14,0	726	511	216	29,7
Trigo (1)	2.233	1.760	473	21,2	98	81	17	17,1
Bovinos (2)	176,1	123,8	52,4	29,7	3,1	1,1	2,0	65,1
Suínos (2)	31,2	12,8	18,4	59,0	6,6	2,2	4,4	66,5
Aves (2) (4)	1.143,5	558,5	584,9	51,2	180	63	117	65,0
Leite (3)	20,6	8,7	11,8	57,6	1,4	0,2	1,2	87,0

(1) Mil toneladas (2) Milhões de cabeças (3) Bilhão de litros, (4). Inclui galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Essa expressiva importância da agricultura familiar catarinense fica ainda mais evidente quando comparada à dos 10 estados de maior valor de produção do país. Em 2006, o valor da produção de Santa Catarina representou 5,5% do total do país, situando o estado na 7ª posição nacional. Na agricultura familiar representou quase o dobro (10,2%) e situou o estado na 3ª posição nacional; atrás apenas de estados como RS, PR, que possuem muito mais agricultores familiares. Ainda mais expressiva é a participação de 67% da agricultura familiar no valor total da produção estadual, bem acima desses estados, exceto o Pará (Tabela 20).

Tabela 20 – Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura – 2006

Unidade da Federação	Valor da produção (Milhões de Reais)			% da Agricultura familiar
	Total	Não familiar	Familiar	
São Paulo	28.188	24.121	4.067	14
Minas Gerais	20.794	14.949	5.845	28
Rio Grande do Sul	18.156	8.074	10.082	56
Paraná	16.735	8.968	7.767	46
Mato Grosso	12.292	10.783	1.508	12
Bahia	9.050	5.330	3.720	41
Santa Catarina	9.035	2.976	6.059	67
Goiás	8.882	7.174	1.708	19
Mato Grosso do Sul	7.205	6.308	897	12
Pará	5.040	1.764	3.276	65
Outros	28.609	14.316	14.293	50
Total do Brasil	163.986	104.764	59.222	36

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agropecuária catarinense tem passado por mudanças estruturais evidentes, o que contribui para projetar pelo menos dois cenários.

O primeiro é levando em conta apenas as atividades produtivas das “cadeias longas” e mais “globais”. Neste caso, alguns pontos que se destacam no cenário tendencial são:

- ✓ Haver fusões e compras de complexos agroindustriais;
- ✓ As cadeias produtivas se “internacionalizarem” (soja, milho, aves, suínos, bovinos, floresta, fumo, são exemplos);
- ✓ As cadeias produtivas se “industrializarem” (transgenia/controle externo da produção e empresariamento de atividades por parte de produtores mais capitalizados);
- ✓ Haver especialização, mecanização e automatização de atividades e aumento das escalas de produção;

- ✓ Haver maior regulação/normatização sanitária, trabalhista e ambiental para a agricultura;
- ✓ Haver a intensificação das relações de mercado e maior controle dos segmentos à jusante e à montante sobre a produção/comercialização agropecuária;
- ✓ Redução da diversidade produtiva das propriedades rurais/aumento da especialização;
- ✓ Seguir a concentração da produção e a redução do número de produtores de várias cadeias produtivas.
- ✓ Manutenção da competitividade da agricultura familiar catarinense em atividades relacionadas a produção de commodities, particularmente a produção de fumo e de leite.

O segundo, não necessariamente desvinculado do primeiro, levando em conta também as atividades produtivas das “cadeias curtas” e mais “locais” e outras atividades desenvolvidas no meio rural, mas não necessariamente relacionadas à produção agropecuária. Neste caso, alguns pontos que se destacam no cenário tendencial são:

- ✓ Crescimento das atividades produtivas com maior densidade econômica (frutas, olerícolas, fibras e grãos especiais, flores e plantas ornamentais, aquicultura, piscicultura, apicultura, etc.);
- ✓ Aumento da produção/mercado de produtos diferenciados (orgânicos, “colonial”, artesanal, certificados, etc.), mais baseado em reconhecimento de qualidade do que de preço;
- ✓ Ampliação das atividades de agregação de valor na agricultura familiar (agroindústrias familiares, turismo, artesanato, etc.);
- ✓ Fortalecimento do movimento associativo e cooperativista “descentralizado” e da articulação em rede para objetivos econômicos;
- ✓ Intensificação relação rural e urbano: pessoas das cidades com atividades agrícolas e pessoas do campo com atividades “urbanas”;
- ✓ Ampliação da importância de atividades não agrícolas na ocupação e renda de famílias rurais;

- ✓ Espaço rural como local de moradia.

Essa disputa e/ou a coexistência entre esses dois cenários podem significar também maneiras muito distintas das organizações públicas e privadas se relacionarem com o espaço rural catarinense. No caso das organizações públicas, particularmente àquelas mais diretamente relacionadas às políticas setoriais e/ou outras políticas que impactam mais diretamente no espaço rural, é certo que a opção por um ou outro cenário terá impacto direto no sentido de ampliar ou reduzir as oportunidades no campo.

Nesse sentido, é fundamental que, paralelamente à continuidade/aprimoramento das políticas agrícolas tradicionais (com foco apenas na produção agropecuária), haja a manutenção/ampliação/aprimoramento das políticas/ações de promoção de desenvolvimento rural, entre as quais se pode citar:

- ✓ Agregação de valor e apoio às organizações econômicas da Agricultura Familiar (Pronaf Agroindústria, Indicações geográficas, Rede Brasil Rural, Turismo rural).
- ✓ Segurança alimentar/Intervenção no mercado: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF).
- ✓ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER.
- ✓ Políticas para públicos “específicos” (jovens, mulheres, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores).
- ✓ Bolsa Família.
- ✓ Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR/Programa Minha Casa Minha.
- ✓ Previdência Social Rural.
- ✓ Programa dos Territoriais Rurais e Territórios da Cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275 p.

CAMPOS, I. Os colonos do Rio Uruguai; relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande. 1987.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IANNI, O. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Cenários para o sistema agrícola de Santa Catarina. Florianópolis, 1995. 100 p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Relatório de avaliação final do projeto Microbacias 1: mudança comportamental dos envolvidos. Florianópolis, 1999. 39 p.

MARCONDES, T. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010. Florianópolis: Epagri/Cepa, p. 12-24, 2010.

MARCONDES, T. Desenvolvimento rural e protagonismo social: o caso do projeto Microbacias 2 de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 180 p.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49.

MUELLER, C. C. Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formulação de políticas agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. 363 p. (IPEA/INPES. PNPE, 9).

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP, São Paulo: Brasiliense, n. 1, p. 6-78, 1976.

PAULILO, M. I. Produtores e agroindústria: consensos e dissensos. Florianópolis: UFSC/ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

SILVESTRO, M.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, J. E. Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

Artigo recebido em 12 de abril de 2016 e aprovado 23 de maio de 2016.

CRÉDITO COOPERATIVO E ECONOMIA RURAL: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIAR¹⁷

Valdir Alvim¹⁸

Mônia Dall'Agno¹⁹

Resumo: Este artigo destaca a importância do crédito rural para o desenvolvimento regional e local, tendo como objeto as linhas de crédito cooperativo direcionados para a agricultura familiar e disponibilizadas pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) no período de 2007 a 2011. O plano da investigação privilegiou o papel das Cooperativas de crédito como agentes financeiros alternativos de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar. O crédito cooperativo proporciona a expansão e diversificação de culturas e de atividades, aumento da produção e possibilidades de geração de mais renda para as famílias produtoras rurais. Com base nesses critérios a investigação verificou em que medida e proporção às pequenas propriedades podem utilizar-se dos recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal. Por estas razões a metodologia da pesquisa tornou relevante o levantamento de informações de fontes primárias, como nas fichas cadastrais dos associados da Cooperativa Sicoob Credicar, e nos Indicadores de Acesso aos Projetos de Melhoria da Propriedade Rural elaborados pela Epagri, buscando identificar quais eram os objetos constitutivos dos financiamentos das famílias beneficiadas. Foram consideradas as condições dos financiamentos para um total de cinquenta e cinco operações de crédito liberadas para dez tomadores de crédito desta cooperativa. Estes tomadores de crédito compõem o conjunto das estruturas das unidades familiares de associados à Cooperativa. Analisou-se o volume de crédito para as unidades familiares e as proporções dos objetos financiados nas propriedades envolvendo o patrimônio do proprietário: a área plantada; produção; tipo de produtos cultivados; atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas propriedades; tipo de mão de obra utilizada; quantidade de dias dedicados às atividades. Pelos resultados obtidos, conclui-se pela necessidade de se ampliar as operações de crédito e criar mais incentivos para beneficiar este setor da economia, historicamente relegado das políticas de crédito público.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Cooperativismo de Crédito; Pronaf.

¹⁷ Artigo apresentado no VIII Encontro de Economia Catarinense, UNIDAVI – Rio do Sul/SC.

¹⁸ Doutor em Sociologia Política pelo PPGSP/UFSC. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais - UFSC. valdiralvim@hotmail.com

¹⁹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Economista. moniaeconomia@gmail.com

COOPERATIVE CREDIT AND RURAL ECONOMY: THE CASE OF AGRICULTURE FAMILY

Abstract: This article highlights the importance of rural credit to regional and local development, having as object the cooperative credit lines directed to family farmers and made available by the National Family Farming Program (Pronaf) from 2007 to 2011. The plan research focused the role of credit unions as alternative financial agents of great importance to the development of family farming. The cooperative provides credit expansion and diversification of crops and activities, increased production and possibilities of generating more income for rural farming families. Based on these criteria the investigation verified to what extent and proportion of small properties can be used the financial resources made available by the federal government. For these reasons the research methodology has relevant collecting information from primary sources, such as the registration forms of members of the Cooperative Sicoob Credicaru, and access indicators to Rural Property Improvement Project prepared by Epagri, trying to identify what were the objects constituting the funding of the families. the conditions of funding were considered for a total of fifty-five loans released to ten borrowers of the cooperative. These borrowers make up all the structures of family units associated with the Cooperative. Analyzed the volume of credit to households and proportions of the objects financed the properties involving the owner's equity: the planted area; production; type of crops grown; agricultural and livestock activities on the properties; kind of hand work used; number of days dedicated to activities. From the results, it is clear the need to expand lending operations and create more incentives to benefit this sector of the economy, historically relegated the public credit policies.

Keywords: Family Agriculture; Credit Union; Pronaf.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma versão modificada e atualizada de parte dos resultados de um estudo de caso em uma pequena cooperativa de crédito rural, a Cooperativa Sicoob Credicaru, que utiliza as linhas de crédito do Pronaf com recursos do BNDES. Destaca-se a importância dos critérios oferecidos pelas linhas de crédito cooperativadas ao pequeno agricultor familiar, como um tomador de crédito, que necessita melhorar as condições da produção e das atividades econômicas do local aonde vive. A pesquisa analisou uma amostra total de cinquenta e cinco operações de crédito, liberadas para dez tomadores de crédito, no município

de São José do Cerrito, na microrregião serrana dos Campos de Lages (SC), no período de 2007 a 2011 (DALL'AGNOL, 2012).

Com base nos dados cadastrais dos associados da Cooperativa Sicoob Credicarú, das informações contidas junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e nos Projetos de Melhoramento da Propriedade Rural elaborados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Epagri), considerou-se o volume e a importância dos financiamentos sobre o patrimônio dos tomadores de crédito e os investimentos realizados nas unidades familiares.

Além desta introdução, este artigo destaca num primeiro momento a trajetória das Cooperativas de crédito no Brasil, seu surgimento como instituição de crédito e a transformação em agente financeiro. Num segundo momento, descreve a importância da oferta de crédito cooperativado para a agricultura familiar em Santa Catarina. E por fim, relaciona os resultados da disponibilidade do crédito num estudo de caso da Credicarú, identificando as proporções, o volume do crédito concedido para um grupo de tomadores de crédito cooperativo do município de São José do Cerrito, observando as características das propriedades; a diversificação das atividades; o aumento da produção e as condições para a geração de emprego e mais renda. Portanto, a ideia central foi buscar melhor compreender esta nova categoria social de tomadores de crédito cooperativo.

2 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA COM AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A definição de agricultor familiar indica aquele que pratica a atividade no meio rural atendendo os seguintes quesitos da Lei nº 11.326/2006 artigo 3º: “não detenha área maior do que quatro módulos fiscais”; aquele que utiliza “predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento”; que sua renda familiar seja “predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento” e que a gestão do estabelecimento seja dirigida com sua própria família (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar no Brasil foi considerada historicamente em termos de uma “não economia”, o que no sentido braudeliano significa viver sob o signo da "autossuficiência" pela "troca de produtos e dos serviços num raio muito curto", visto como uma "zona de opacidade" sob o mercado, uma zona espessa que se mantém rente ao chão, considerando-a como parte informal da atividade econômica (BRAUDEL, 1998, p. 7). Para superar esta “não economia” o que se percebeu foi que com a criação do Pronaf o Estado brasileiro acaba reconhecendo e legitimando os agricultores familiares como uma “nova categoria social”, pois até então estes agricultores eram tratados marginalmente apenas como “pequenos produtores”, produtores familiares de “baixa renda” e até de “agricultores de subsistência” (SCHNEIDER et.al., 2004).

Com este reconhecimento oficial as linhas de crédito rural cumprem uma função social importante no apoio essencial ao atendimento das necessidades financeiras dos pequenos produtores familiares. Objetivam elas ofertar mecanismos de crédito para permitir melhorias nas condições da produção e renda no campo, intervir para o aumento da produtividade das atividades do estabelecimento, e criar condições favoráveis ao escoamento e à comercialização das safras para centros consumidores.

Para Búrigo (2010) a agricultura familiar é uma atividade de grande importância socioeconômica e representa um modo de vida e uma alternativa econômica considerada como elemento estratégico para a construção de um estilo de desenvolvimento que valorize os preceitos da sustentabilidade. A valorização do modo de vida particular das características e potencialidades econômicas, culturais e sociais das regiões onde a agricultura familiar está presente passa pela reestruturação e qualificação dos serviços financeiros existentes.

Neste setor primário da economia atuam expansivamente Cooperativas de crédito rural. Foi-se constituindo certo consenso em torno do qual as operações de crédito servem de instrumentos estratégicos para diminuição das desigualdades sociais, pois o crédito cooperativo tem papel importante na promoção do bem estar social de seus cooperados e da comunidade em que estão inseridos. As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras (rurais e urbanas) criadas inicialmente tendo por objetivo a prestação de serviços aos

associados, tais como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, entre outros.

Na Cooperativa a participação das pessoas é livre e elas atuam de forma igualitária como cooperados. Não possuindo fins lucrativos, os excedentes de todas as suas operações são distribuídos na forma de “sobras” aos próprios cooperados com o objetivo de beneficiá-los. Os recursos que os cooperados disponibilizam na cooperativa constituem fundos comuns e tendem a permanecer na própria comunidade, beneficiando-a ao buscar contribuir com as demandas para o desenvolvimento local.

Por isso, elas se distinguem das demais sociedades mercantis e possuem características peculiares. No Brasil, através da Lei nº 5.764/71, artigos 3º e 4º, define-se que as Cooperativas são sociedades constituídas de pessoas, sem fins lucrativos, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência (BRASIL, 1971).

A primeira cooperativa de crédito surgiu no Brasil em 1902 e foi criada pelo padre jesuíta Theodor Amstad. Situada na cidade de Nova Petrópolis (RS) ela foi baseada no modelo Raiffeisen.²⁰ Theodor Amstad era conhecedor do modelo europeu e sua cooperativa se denominou Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente Caixa Rural de Nova Petrópolis, e atualmente Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira/RS.

Entre 1902 e 1964 foram criadas no Rio Grande do Sul cerca de 66 Cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen (NISKI, 2011). Em 1906 na cidade de Lajeado (RS) foi criada a primeira cooperativa de crédito do modelo Luzzatti,²¹ denominada de Caixa Econômica de

²⁰ Durante a crise e o pânico monetário que atingiu a Inglaterra e os demais países da Europa em 1847, surge a primeira associação de crédito e apoio para a população rural. Algum tempo depois passados os efeitos da crise, em 1864 Raiffeisen fundou a primeira cooperativa denominada Associação de Caixas de Empréstimo de *Heddesdorf* (*Heddesdorfer Darlehnskassenverein*). Até hoje esse tipo de cooperativa é muito popular na Alemanha, pois as cooperativas fundadas por Raiffeisen eram tipicamente rurais. Apresentavam características centrais como a responsabilidade ilimitada e solidária dos cooperados, a singularidade de voto dos sócios, independentemente de quotas-partes, área de atuação restrita, falta de capital social e a não distribuição de excedentes, dividendos ou sobras (PINHEIRO, 2008).

²¹ O italiano Luigi Luzzatti constituiu em Milão em 1865, a primeira cooperativa que herdaria seu nome. As luzzattis tinham como características o não vínculo para o associado; limitação geográfica por bairro ou município; as quotas de capital eram de pequeno valor; a concessão de crédito também era de pequeno valor; não existência de garantias reais; não remunerava os dirigentes e a responsabilidade era limitada pelo valor do capital subscrito (PINHEIRO, 2008).

Empréstimos de Lajeado, atualmente Cooperativa de Crédito de Lajeado.

A partir daí, a primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades Cooperativas foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de janeiro de 1907. Este Decreto autorizou as Cooperativas a se organizarem sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas por leis específicas. O Decreto proporcionou isenção de selo para as operações e transações de valores especificamente para as Cooperativas de crédito agrícola que não excedessem um conto de reis de capital social. Este critério era válido desde que elas se organizassem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social e que seus associados tivessem responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada. Além disso, seu objetivo fim deveria ser o de emprestar dinheiro aos sócios e receber deles depósitos de suas economias (NISKI, 2011).

A expansão do cooperativismo de crédito gerou a necessidade de se criar uma entidade superior que representasse os interesses destas instituições. No início da década de 1920 foi criada no Rio de Janeiro a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, constituindo-se a primeira Federação de Cooperativas de crédito do país. O associativismo ganhou força, e em Porto Alegre (RS) no ano de 1925 se criou a primeira cooperativa central unicamente de crédito no Brasil, onde 18 Cooperativas fundaram a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul (SICOOB, 2010). Neste mesmo ano foi instituída a Lei 4.984, de 31 de dezembro, que eliminava a exigência de expedição de Carta Patente e de pagamento de quotas de fiscalização às Cooperativas de crédito que seguissem os sistemas Raiffeisen e Luzzatti. Atribuía ao Ministério da Agricultura a obrigatoriedade da fiscalização, sem ônus algum, e cumprimento das prescrições do Decreto 1.637 de 1907. Menos de um ano depois, o Decreto 17.339, de 2 de junho de 1926, aprovou o regulamento designado a reger a fiscalização gratuita da organização e o funcionamento dos bancos tipo Luzzatti e das caixas rurais tipo Raiffeisen, ficando ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a tarefa de fiscalizar as Cooperativas de crédito (PINHEIRO, 2007).

Assim, entre as décadas de 1930 e 1950 há uma grande expansão das Cooperativas de crédito sendo criadas cerca de 1.200 com este perfil. Em 1932 com a publicação do Decreto

22.239/32, estabeleceu-se a primeira lei específica sobre o cooperativismo brasileiro, demonstrando o interesse que o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) tinha na expansão do cooperativismo de crédito no Brasil. Esta política fez com que as Cooperativas de crédito ficassem bem conhecidas nos anos seguintes.

Para Búrigo (2010) o período de expansão do cooperativismo de crédito ocorre entre 1938 e 1964 com difusão dos modelos das Cooperativas Raiffeisen, Luzzatti, e Desjardins.²² Em 1943 foi criada a Caixa de Crédito Cooperativo com intuito de fomentar ainda mais o cooperativismo no país. Em 1951 a Caixa foi transformada em Banco de Crédito Cooperativo (BCC), sendo que a União participava com 60% do seu capital e os outros 40% pertenciam às sociedades Cooperativas. O BCC não se tornou banco comercial, atuou apenas como apoio às Cooperativas agropecuárias devido às limitações estatutárias e restrições impostas pela legislação bancária (BURIGO, 2007).

Entretanto, desse período até a década de 1960 foram criadas no Brasil muitas Cooperativas com a denominação do tipo Luzzatti. As principais características deste tipo ordenava-se, como visto pela não exigência de vínculo para a associação, estabelecia apenas limitação geográfica por bairro ou município, quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não havia remuneração para os dirigentes e a responsabilidade era limitada ao valor do capital subscrito (PINHEIRO, 2007).

Por outro lado, o desenvolvimento rural sofreu atraso em quase todos os países em desenvolvimento, pois houve muitas políticas que privilegiaram as indústrias e as áreas urbanas deixando de lado a área rural, sendo que nestes países o desenvolvimento ainda é visto como sinônimo de rápida industrialização. Desde a década 1960, fundos e programas financeiros públicos foram constituídos para financiamento da agricultura, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e

²² No ano de 1900 Alphonse Desjardins criou a primeira cooperativa na província canadense de Quebec, inspirada nos modelos Raiffeisen, Schulze e Luzzatti. Organizada com características de Cooperativa de crédito mútuo, tinha como público alvo assalariados, artesãos, pequenos empresários, comerciantes e industriais (PINHEIRO, 2007). Hoje esse tipo de cooperativa é ainda de crédito mútuo, e tem como principal característica a existência de um ponto comum entre os sócios reunindo grupos homogêneos, como membros de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, etc. (PINHEIRO, 2008). O modelo desjardins serviu de base para a criação das Cooperativas de crédito mútuo no Brasil que vigoram a partir de 1960 (BURIGO, 2010).

privadas. Nesta mesma década foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural com objetivo de ser a base para toda a política do setor rural (ALVIM, 2009).

A Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, foi a Lei da reforma bancária que abriu novamente a possibilidade de criação de novas Cooperativas, no qual o Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, havia suspenso temporariamente as concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito. Entretanto, várias exigências institucionais foram estabelecidas tornando quase impossível o seu funcionamento. Em 1967, foi editado o decreto lei nº 60.597 que passou a proibir as operações das Cooperativas com a justificativa de não haver viabilidade financeira e administrativa para o seu funcionamento. Diante disso, com todas as dificuldades apresentadas, a Central das Caixas Rurais de Porto Alegre e mais da metade de cooperativas raiffeseanas foram extintas do Sul do país. Após este período de turbulência no cooperativismo, a década de 70 trouxe esperança ao cooperativismo de crédito brasileiro, com a revogação de algumas das leis que restringiam sua atuação. Em 1971, a lei 5.764 definiu a cooperativa como sociedade de pessoas, de natureza civil. A fiscalização e o controle das Cooperativas de crédito continuaram sob a responsabilidade do Banco Central do Brasil (BACEN), enquanto sua regulação cabia ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em 1981, foi elaborado um projeto no Rio Grande do Sul na tentativa de criar um Sistema Cooperativo de Crédito Rural para o país. Esse projeto tinha como objetivo oferecer ao pequeno produtor uma alternativa de financiamento para suas atividades, tendo em vista a impossibilidade de se pagar às altas taxas de juros cobradas por instituições bancárias. Em 1982 este projeto chegou a Santa Catarina, e sob a coordenação da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), foi levado para todas as regiões do estado, esclarecendo os benefícios do cooperativismo na área financeira. É interessante observar que durante quase todo o período do “milagre econômico” brasileiro as Cooperativas rurais foram proibidas de operar. O cooperativismo de crédito só permaneceu vivo no Brasil durante a ditadura militar, em decorrência da vertente do cooperativismo do crédito urbano (BURIGO, 2007).

3 A EXPERIÊNCIA DE SANTA CATARINA COM O SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO RURAL

O cooperativismo de crédito encontrou terreno fértil para se desenvolver em Santa Catarina a partir de 1932, no extremo Oeste do estado, com a fundação da Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga Ltda., que seguiu o modelo Raiffeisen. Após a criação desta Cooperativa, foram criadas diversas outras de crédito em cidades catarinenses com a orientação de agentes do Clero. A Creditapiranga foi a única cooperativa que conseguiu manter-se em funcionamento entre 1960 e 1980 (BÚRIGO, 2007).

Na crise da primeira metade da década de 1980, o poder público do Estado de Santa Catarina incentivou intensamente alternativas com o programa “Troca-troca” no período de 1983 a 1985, visando incentivar os pequenos agricultores para a aquisição de sementes, máquinas e equipamentos, reprodutores, corretivos, fertilizantes, terra, instrumentos de pesca, etc., podendo pagar os empréstimos com parte da sua produção. A região Oeste de Santa Catarina foi a mais atingida pelo programa, na qual dependem os demais setores, pois tem sua economia baseada na agropecuária de integração. A região se caracteriza pelo predomínio da agricultura familiar diversificada, voltada para o mercado regional e integradas às agroindústrias locais. Apesar da diversificação na agricultura os produtos que representam oportunidades de renda e mercado para os pequenos agricultores familiares são poucos, destacando-se milho, suínos e aves, e mais recentemente o leite. Em 1985, líderes do cooperativismo catarinense decidiram que havia chegado a hora de criar uma Cooperativa Central em Santa Catarina, visto que havia sete Cooperativas em pleno funcionamento. A fim de amenizar as dificuldades de financiamento encontradas pelos produtores rurais, as sete Cooperativas de produção foram incentivadas a iniciar um sistema de cooperativa de crédito rural. Cada uma destas Cooperativas elaborou seu projeto e enviou ao BACEN solicitando autorização para fundar uma cooperativa de crédito singular (SICOOB, 2010). Assim sendo, foi aprovado pelo BACEN em 8 de novembro de 1985 a Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina – Cocecrer/SC, integrando e orientando as atividades na condição de instituição financeira de interesse, organização em comum e em maior escala, cuja função

social era a de prestar e facilitar os serviços econômicos e assistenciais recíprocos às Cooperativas filiadas. Com os objetivos bem definidos, se formou a aliança que elevaria Santa Catarina ao patamar de estado modelo na área de cooperativismo de crédito no Brasil, com impacto direto na melhoria das condições de vida das populações locais (SICOOB, 2010).

Atualmente a Cocecrer/SC denomina-se Sicoob/SC. Assim, é através das Cooperativas filiadas ao Sicoob/SC que as unidades familiares podem ter acesso aos programas oficiais, e o Sicoob/SC hoje se faz presente em diversos municípios do estado de Santa Catarina. O Sicoob/SC possui 317 pontos de atendimento e atende 222 municípios em Santa Catarina, sete municípios no Estado do Rio Grande do Sul e oito municípios no Estado do Paraná. Em 2013 o Sicoob/SC possuía 502.658 associados, 41 Cooperativas singulares associadas ao Sicoob Central. Destas 41 singulares, quatro são de crédito rural, 28 são de livre admissão, seis de crédito mútuo, uma de empresários e duas de pequenos empresários (SICOOB SC, 2013). As Cooperativas exercem função importante na intermediação de recursos dos programas do governo federal junto a seus associados, contribuindo assim para “irrigar monetária e financeiramente” as atividades locais e aumentar a produtividade, gerar empregos e melhorar a renda dos agricultores familiares.

Em 1995 o CMN e o BACEN autorizaram a criação dos bancos cooperativos no Brasil (NISKI, 2011). Com esta autorização, os sistemas estaduais de Cooperativas de crédito se articularam com o objetivo de constituir os bancos cooperativos.²³ No mesmo ano, já estava em funcionamento o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Bansicredi), com sede no RS, mas desde o início contou com a participação de Cooperativas do estado do Paraná. Em 1997, foi instituído o Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), envolvendo sistemas dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Espírito Santo, Pará, Paraíba

²³ Esta tendência de bancarização das Cooperativas fez surgir nos anos 90 em Santa Catarina ideias sobre a importância da criação de Cooperativas de crédito diferentes do modelo tradicional. Esta ideia deu origem a um programa de estímulo à constituição de Cooperativas de crédito rural alternativas, junto ao Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Criado em 1990 por organizações de pequenos agricultores e técnicos ligados a entidades públicas e não governamentais e está sediada junto ao Centro de Ciências Agrárias da UFSC, onde desenvolve programas técnicos visando à introdução de alternativas socioeconômicas de interesse da agricultura familiar. Isto demonstra a tentativa de estabelecer uma forma mais democrática para os agricultores familiares terem acesso aos recursos oficiais (BÚRIGO, 2007).

e Minas Gerais, sendo que neste mesmo ano o Sicoob/SC passou a integrar o Bancoob (BÚRIGO, 2007).

Neste mesmo ano, o governo federal cria o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), um programa oficial para incentivar a agricultura familiar visando instituir um conjunto de medidas integradas que proporcionassem melhorias nas condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país, sobretudo para aqueles dependentes da agricultura na geração de renda e oportunidades de emprego.

4 O PRONAF: ACONTECIMENTO IMPORTANTE PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO

O Pronaf foi considerado um programa estratégico do governo federal na tentativa de qualificar as intervenções oficiais e inovar em termos de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Depois disso os pequenos agricultores familiares não precisariam mais disputar as fontes de recursos financeiros com os grandes produtores do agronegócio. Instituído oficialmente pelo Decreto Lei nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf surge com o objetivo de combater as desigualdades socioeconômicas e elevar a qualidade de vida dos agricultores familiares em diferentes regiões do país. A criação do Pronaf foi um acontecimento muito importante para o meio rural brasileiro nesta década. O Pronaf vem contribuir para a diminuição do êxodo rural, melhorar a distribuição da renda, fomentar o desenvolvimento regional das cadeias produtivas agropecuárias, ampliar a geração de emprego e potencializar a economia local. Assim, o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e legitimação do Estado em relação às especificidades da nova categoria social, “agricultores familiares”, que até então era designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda e agricultores de subsistência (SCHNEIDER et.al., 2004).

O BACEN considera como beneficiários do Pronaf as pessoas que compõe as unidades familiares de produção rural e que podem comprovar seu enquadramento mediante a

apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Esta declaração é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf. A DAP é fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), elaborada segundo as normas estabelecidas por este órgão e para a unidade familiar de produção, válida para todos os membros da família que exploram a mesma área de terra. Inicialmente, o público alvo do Pronaf era de assentados da reforma agrária e de agricultores familiares, classificado por grupos de A a E segundo a renda, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Público alvo do Pronaf: classificação inicial por grupo e renda

Classificação	Público Alvo
Grupo A	Assentados da reforma agrária
Grupo B	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária
Grupo C	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária
Grupo D	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária
Grupo E	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até R\$ 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária

Fonte: BNDES, 2012

Elaboração: Autores

Entre 1996 e 2008 o Pronaf sofreu modificações e aprimoramentos normativos. Quando da criação o critério das linhas de crédito era para financiamento de atividades agropecuárias. Para o BNDES (2012) o objetivo para a criação do Pronaf foi o de financiar as atividades agropecuárias e “não agropecuárias”, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entendia-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. A partir do segundo mandato de governo Fernando Henrique Cardoso (1999/2002), e em grande parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva

(2003/2008) foram realizadas reformulações para adequar a estrutura normativa à diversidade da agricultura familiar, apoiar financeiramente e ampliar a sua capilaridade nacional.

Conforme lançado no Plano Safra 2007/2008, o Pronaf-Crédito foi apresentado como uma política pública nova que tinha por finalidade apoiar com financiamentos atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. A partir do ano safra 2008/2009, o sistema de classificação dos beneficiários foi reestruturado, no qual os grupos C, D e E foram extintos, passando a vigorar adoção de taxas de juros progressivas segundo o valor do financiamento. Até então, os critérios estão apresentadas no Quadro 2, as linhas de crédito e os objetivos do Pronaf no apoio financeiro.

Quadro 2 – Linhas de crédito vigentes do Pronaf

Linhas de Crédito	Objetivos
Pronaf Convencional	Apoio financeiro a investimentos de implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.
Pronaf Agroindústria	Apoio financeiro a investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher	Apoio financeiro ao atendimento de propostas de crédito da mulher agricultora, conforme projeto técnico ou proposta simplificada.
Pronaf Agroecologia	Apoio financeiro a investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Apoio financeiro a investimento de implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Mais Alimentos	Investimento para produção, armazenagem e transporte de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo, e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura; e investimentos em projetos de reconstrução e revitalização de unidades familiares de produção que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em função do excesso de chuvas ou enxurradas.
Pronaf Composição de Dívidas	Linha de crédito para composição de dívidas oriundas de operações de financiamento de investimento ou de custeio contratadas no âmbito do Pronaf com recursos repassados pelo Bndes.

Fonte: BNDES, 2012

Elaboração: Autores

Foi na região Sul que o programa mais se consolidou e se manteve ativo desde o primeiro momento. Diversos fatores sociais e econômicos ajudam a explicar tal fenômeno, pois no Sul do Brasil os produtores familiares são mais integrados aos mercados e utilizam grande volume de insumos agrícolas para garantir a produção. O BACEN em seu Manual de Crédito Rural considera que são financiáveis no programa os bens e serviços necessários ao empreendimento, desde que diretamente relacionados com a atividade produtiva e de serviços,

e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural ou economia dos custos de produção.

Neste contexto do Pronaf e das linhas de crédito vigentes, buscou-se compreender a importância da contribuição das linhas do crédito cooperativo diretamente no caso da Sicoob Credicaru no pequeno município de São José do Cerrito.

5 LINHAS DO CRÉDITO COOPERATIVO DO PRONAF: O CASO DA SICOOB CREDICARU

Tendo em vista que São José do Cerrito tem muito a se desenvolver, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sicoob Credicaru SC está dando a sua contribuição por ser a principal instituição financeira do município. Buscou-se observar na investigação, os mecanismos da política de crédito vinculados à agricultura familiar neste âmbito local, quanto ao trabalho do produtor rural e de sua família, e de que forma eles são aplicados no âmbito das estruturas da propriedade da unidade familiar dentro de um grupo maior de associados da Cooperativa.

Os autores consideraram relevante o levantamento de informações de fontes primárias para se detectar os objetos dos financiamentos. Para acesso às linhas de crédito é indispensável a elaboração de um projeto para os produtores no momento do pedido do financiamento junto à cooperativa de crédito. Desta forma utilizou-se dos dados obtidos através dos Projetos de Melhoramento das Propriedades Rurais elaborados pela Epagri e que nos forneceu as informações e dados necessários à análise, tais como o perfil do tomador de crédito, o patrimônio contido na propriedade, o custeio e as despesas, receitas e tipo de atividades desenvolvidas pelo agricultor na sua propriedade.

O presente trabalho investigou, portanto, uma parcela de 10 (dez) tomadores de crédito num total de cinquenta e cinco operações de crédito do Pronaf a partir das informações declaradas pelo tomador, e dos projetos de melhoramento da propriedade rural elaborados pela Epagri, necessário para o pedido de financiamento.

Os Indicadores de Acesso foram analisados com base nas informações prestadas nas fichas cadastrais dos associados da Cooperativa Sicoob Credicarú, compondo a amostra da pesquisa em 2011. Nos projetos de melhoramento da propriedade rural e nas fichas cadastrais dos associados foram analisados os dados pertinentes aos objetos do financiamento, envolvendo a área plantada; produção; tipo de produtos cultivados; atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas propriedades; tipo de mão de obra utilizada, se familiar ou terceirizada; quantidade de dias dedicados às atividades; o patrimônio do proprietário.

Os tomadores de crédito possuem vários elementos em comum na agricultura familiar. Todos eles buscaram junto a sua cooperativa de crédito recursos para melhorias das atividades produtivas da sua propriedade. De acordo com o enquadramento na linha de crédito Pronaf, são beneficiados com taxas de juros reduzidas e prazo para pagamento de até 10 anos.

O Pronaf Mais Alimentos é uma linha especial de crédito para investimentos na produção de alimentos, e foi disponibilizado para 70% dos beneficiários observados. Os outros 20% foram para no Pronaf D e 10% restantes no Pronaf C (Quadro 1).

O Pronaf Mais Alimentos foi lançado em 2008 pelo governo federal, para incrementar a produtividade da agricultura familiar através de linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura das unidades familiares. O limite de crédito é R\$ 130 mil e podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e uma taxa de juros 2% (dois por cento) ao ano. Esta linha de crédito permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e equipamentos novos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, entre outros (ver Quadro 2)

Estes tomadores de crédito possuem na sua propriedade mão de obra 100% familiar, onde na maioria das vezes é o casal que desenvolve as atividades. Os homens trabalham nas atividades produtivas em média 295 dias por ano numa jornada diária de nove horas e quarenta minutos. Observa-se que o grau de instrução dos trabalhadores é baixo, sendo que 90% cursaram até o primeiro grau e apenas 10% tem o terceiro grau. As mulheres trabalhadoras dedicam-se menos tempo nas atividades produtivas, em média 255 dias por ano em média oito horas diárias. O grau de qualificação das mulheres é um pouco mais elevado na média, aproximadamente 75% tem o primeiro grau completo e 25% tem segundo grau.

Observando os valores do patrimônio, verifica-se que as benfeitorias são simples, aonde a maior parte das casas são de madeira ou mistas (madeira e alvenaria), galpões também são de madeira e em alguns casos de alvenaria, construídos no final da década de 80 e início da década de 90, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Patrimônio, valor e benfeitorias²⁴

Benfeitorias	Qtd	Total %	Total m ²	Total %	Valor atual (R\$)	Total %
Casa mista	4	22,22%	547	27,54%	210.150,00	37,64%
Galpão alvenaria	4	22,22%	417	21,00%	185.000,00	33,13%
Galpão madeira	6	33,33%	781	39,33%	103.780,00	18,59%
Casa de alvenaria	1	5,56%	70	3,52%	50.000,00	8,95%
Casa Madeira	2	11,11%	123	6,19%	9.020,00	1,62%
Estábulo madeira	1	5,56%	48	2,42%	400,00	0,07%
Total	18	100,00%	1.986	100,00%	558.350,00	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

Todas as propriedades possuem algum tipo de maquinário ou implementos agrícolas, e grande número é ainda de tração animal, Tabela 2.

²⁴ Três proprietários não informaram a existência de algum tipo de casa em suas propriedades e apenas um não declarou as benfeitorias de sua propriedade.

Tabela 2 – Patrimônio, valor, máquinas e implementos.

Máquinas e Implementos	Qtd	Total %	Valor Atual (R\$)	Total %
Automóvel	8	22,22%	112.990,50	29,39%
Trator 65	3	8,33%	78.537,50	20,43%
Caminhão	1	2,78%	65.000,00	16,91%
Camionete F100	1	2,78%	30.000,00	7,80%
Colheitadeira	1	2,78%	30.000,00	7,80%
Micro trator Tobata	2	5,56%	16.966,00	4,41%
Pulverizador	3	8,33%	12.000,00	3,12%
Outros Implementos tração mecânica	3	8,33%	12.000,00	3,12%
Motocicleta	3	8,33%	11.089,80	2,88%
Outros Implementos tração animal	8	22,22%	7.600,00	1,98%
Debulhador de milho	1	2,78%	3.500,00	0,91%
Ordenhadeira mecânica	1	2,78%	3.215,52	0,84%
Triturador	1	2,78%	1.500,00	0,39%
Total	36	100,00%	384.399,32	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

Automóveis e motocicletas com vinte anos ou mais, da década de 80 e 90, fazem parte do patrimônio de 70% das propriedades. Caminhões e camionetes da década de 80, também compõem o patrimônio e são utilizados para transporte dos produtos. Apenas dois proprietários não possuem nenhum tipo de veículo e outros dois que já declaram possuir trator em seu patrimônio fizeram financiamento para aquisição de mais um trator.

A área de terra das unidades familiares é bastante variada, cerca de 80% dos casos têm área de até 50 hectares e apenas 20% tem área superior a 50 hectares. Em um total de 407,30 hectares de terra entre os produtores observados, a superfície agrícola útil é de 70%, ou seja, 313,44 hectares. Desta forma, 30% (93,86 ha) de área são ocupados com benfeitorias, matas, estradas, banhados e outros. Verifica-se também que a maior parte dos tomadores observados arrendam terras de terceiros para produzir. Constituem em média 182 hectares de

arrendamento, em que apenas três propriedades possuem somente terra arrendada, e quatro propriedades possuem área própria e arrendam de terceiros.

Tabela 3 – Utilização das áreas da propriedade

Utilização da Terra	Área (ha)	Total %
Área própria (A)	224,84	55,2%
Área arrendada de 3º (B)	182,46	44,8%
Total (A+B)	407,30	100,0%
Participação no Total		
Inaproveitável	15,0	3,7%
Benfeitorias/Estradas/Banhado	10,2	2,5%
Matas/Florestas	39,0	9,6%
Superfície Agrícola Útil	313,4	77,0%
Área total mecanizável	243,0	59,7%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

Portanto, pode-se perceber que as propriedades têm interesse em desenvolver suas atividades no campo, pois quando tem uma área própria que considera insuficiente, arrenda uma área de terceiros, 44,8% da área é arrendada, podendo assim produzir mais e gerar mais renda na unidade familiar.

Os principais produtos cultivados, conforme podemos ver na Tabela 4 são as culturas do milho, feijão e cebola, e outras culturas como trigo, soja e hortaliças também são produzidos, mas que não tem participação expressiva nas receitas dos agricultores. As maiores áreas de terra são reservadas para produção de milho e feijão. Se observarmos a Tabela 4, pelo valor da produção temos em primeiro lugar o feijão, em segundo a cebola e o milho, com maior área de produção, cai para terceiro lugar em valor de produção.

Tabela 4 – Principais produtos agrícolas e valor da produção

Categoria Vegetal	Área (ha)	Total %	Produção	Total %	Valor (R\$)	Total %
Milho (sacas)	70,5	42,09%	7.119,0	1,92%	122.143,50	19,73%
Feijão (sacas)	70,0	41,79%	2.553,1	0,69%	206.278,50	33,32%
Soja (sacas)	10,0	5,97%	500,0	0,13%	11.400,00	1,84%
Cebola (kg)	8,0	4,78%	250.000,0	67,46%	177.000,00	28,59%
Trigo (sacas)	5,0	2,99%	600,0	0,16%	14.400,00	2,33%
Hortaliças	4,0	2,39%	109.844,0	29,64%	87.875,20	14,19%
Total	167,5	100,00%	370.616,10	100%	619.097,20	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

O município de São José do Cerrito tem na produção de feijão sua principal atividade agrícola e isso fica mais claro quando verificamos que 80% das propriedades observadas produzem aproximadamente 2.500 sacas, ou seja, 150 mil quilos de feijão. A área de Superfície Agrícola Útil (SAU) é de 313,44 hectares, sendo que desta área 70 hectares são para plantio de feijão, ou seja, aproximadamente 22,33% da SAU são para cultivo de feijão.

Segundo informações da Epagri/Cepa, na safra 2010/2011 a produção de feijão em Santa Catarina foi de 158,3 mil toneladas em 105,6 mil hectares de terra. Na microrregião dos campos de Lages a área produtora de feijão foi 18.010 hectares e produção de 21.592 toneladas de feijão. Portanto, a área destinada à produção de feijão das propriedades observadas é muito pequena e corresponde a 0,07% da área total do Estado de Santa Catarina e a 0,39% da área da microrregião dos campos de Lages. Entretanto, o rendimento médio dos produtores de feijão que observamos ficou acima da média estimada pela Epagri.

A cultura do milho também é muito significativa no município, presente em 90% das propriedades observadas onde 22,42% da SAU é para cultivo de milho. Pelas informações da Epagri/Cepa a área plantada de milho em Santa Catarina na safra de 2009/2010 foi de 586,2 mil hectares, e a produção total foi de 3.693,3 mil toneladas. Ou seja, a área de milho plantada nas propriedades observadas corresponde a 0,01% da área total do estado de Santa Catarina destinada para produção de milho. Na microrregião dos campos de Lages, a qual pertence o município de São José do Cerrito, a área de milho plantada na safra de 2009/2010 foi de

46.220 hectares, e a produção de 213.951 toneladas. A área das propriedades observadas corresponde a 0,15% da área da microrregião dos campos de Lages destinada à produção de milho. Segundo os dados da Tabela 4, a produção de milho por hectare é superior à produção de feijão. Onde se produz em média 36,47 sacas de feijão por hectare, são produzidas 100,97 sacas de milho por hectare. Porém, o valor do feijão é mais atrativo, no qual é possível obter uma receita de R\$ 2.946,83 por hectare de feijão e R\$ 1.732,53 por hectare de milho. O rendimento médio da produção de milho entre os produtores observados, também foi superior do que a média estimada pela Epagri (EPAGRI/CEPA, 2010).

Outra cultura presente nas propriedades é a produção de cebola, no qual 30% das propriedades observadas produzem cebola, são produzidos 250 mil quilos em apenas 8 hectares de área, uma média de 31.250 quilos por hectare. Para a produção de cebola, a Epagri/Cepa divulgou que em Santa Catarina, na safra 2010/2011, a produção foi de 537,5 mil toneladas, em uma área de 22.224 hectares, rendimento médio de 24.187 quilos por hectare. Conforme informado pela Epagri/Cepa, a produção de cebola na safra 2010/2011 foi muito prejudicada devido aos eventos climáticos, mais exclusivamente o excesso de chuvas, causou muitas perdas, como contaminação por fungos e podridão. As principais regiões produtoras de cebola em Santa Catarina são compostas por municípios do Alto Vale Do Itajaí, da grande Florianópolis, Planalto Catarinense e tem como polo de produção o município de Ituporanga.

A soja, que também está entre os produtos cultivados nas propriedades observadas, tem uma grande produtividade em Santa Catarina. Em 2010/2011 a produção de soja foi de 1.491 mil toneladas, em uma área de 457,4 mil hectares de terra. O rendimento médio foi de 3.260 quilos por hectare. Na região dos campos de Lages, a produção de soja foi de 38 mil toneladas em 2010, em uma área de 16 mil hectares, com rendimento médio de 2.442 quilos por hectare.

O trigo é outra cultura produzida entre as propriedades observadas. São apenas 5 hectares de área, mas que para aquele produtor, é representativo em sua renda. Em Santa Catarina, na safra de 2010/2011, a produção foi de 241.093 toneladas, em uma área de 87.401 hectares. O rendimento médio foi de 2.758 quilos por hectare. Esta safra teve uma produção de 12,4% menor que a safra anterior, pois a área plantada foi reduzida em 25,4% em virtude dos preços baixos e dos aumentos nos custos. A produção só não teve queda maior porque o

clima foi favorável na maior parte do tempo. As principais microrregiões produtoras de trigo em Santa Catarina são Xanxerê, Chapecó, Curitibanos e Canoinhas, onde Canoinhas teve a maior produtividade por hectare, média de 2.931 quilos por hectare. Na microrregião dos Campos de Lages, a produção de trigo é pouco expressiva, são apenas 2.650 hectares de área produzindo 7.340 toneladas, e um rendimento médio de 2.770 quilos por hectare. Todas essas culturas expostas na Tabela, segundo a Epagri, são classificadas como lavouras temporárias, pois são culturas onde o cultivo é de curta duração, geralmente inferior a um ano e que após a colheita a planta se destrói.

As propriedades além da atividade agrícola desenvolvem atividade pecuária. São 228 cabeças de ovinos, suínos e equinos que fazem parte do patrimônio das propriedades e compõe a renda das famílias. Na pecuária, verificamos a predominância da atividade de bovinocultura de corte, que está presente em 80% das propriedades e a bovinocultura de leite presente em 20% das propriedades. Apenas uma propriedade desenvolve somente uma atividade, cultivo de hortaliças.

Tabela 5 – Produção - categoria animal

Categoria animal	Quantidade	Valor (R\$)
Gado de corte (cabeças)	141	169.190,00
Produto Animal (litros)	90.000	43.200,00
Total		212.390,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

Em Santa Catarina, a produção de leite tem aumentado gradativamente, em 2009, o Estado obteve uma produção de 2.237.800 litros de leite e um total de 933.643 vacas ordenhadas, com rendimento médio de 2.397 litros por vaca/ano. Entre 2005 e 2009, a produção catarinense cresceu em torno de 9,5% ao ano, porém em 2009 o crescimento foi mais ameno, mas neste ano a microrregião dos campos de Lages foi a região que mais contribuiu para o crescimento estadual, com uma produção total de 66.186 litros/ano. Em

2008 a produção da microrregião foi de 47.924 litros por ano. A região que mais se destaca na produção de leite é o Oeste Catarinense, com uma produção de 1.618.968 litros, dados de 2009 (EPAGRI/CEPA, 2011).

Percebemos que as propriedades geralmente diversificam as atividades, não se concentrando em apenas uma. Esta é uma forma de trazer segurança, pois no meio rural, o risco de investir em apenas uma atividade é elevado, devido aos eventos climáticos, que tem causado muitos problemas aos agricultores de modo geral. A combinação é feita com uma ou mais atividades agrícolas e uma atividade pecuária.

6 OS OBJETOS E VALOR DOS FINANCIAMENTOS

As propriedades em sua maioria possuem máquinas e implementos para desenvolver suas atividades, mas conforme observado, 50% das propriedades possuem implementos de tração animal, o que faz com que o produtor contrate máquinas de terceiros para plantio de aplicação de defensivos em suas propriedades, e este fator eleva o custo da atividade. Por este motivo, conforme veremos a seguir, o trator agrícola é objeto de financiamento para mais da metade das propriedades, e representa 94,3% do valor. É importante destacar que a máquina é elemento fundamental para desenvolvimento das atividades na agricultura e pecuária.

Tabela 6 – Máquinas e valor do financiamento

Máquinas	Qtd	Total %	Valor (R\$)	Total %
Trator Agrícola	7	70,00%	506.750,46	94,24%
Plantadeira 4 linhas	1	10,00%	15.500,00	2,88%
Colhedora de milho com ensacadeira	1	10,00%	8.000,00	1,49%
Batedeira Vencedora	1	10,00%	7.500,00	1,39%
Total	10	100%	537.750,46	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

A aquisição de tratores agrícolas é observada em 70% das propriedades e muitas vezes acompanhada de implementos como plantadeiras, arados, grades e outros. Conforme

levantamento agropecuário catarinense realizado em 2002/2003, o município de São José do Cerrito possuía 174 tratores agrícolas entre 50 CV e 85 CV. Certamente este número deve ter aumentado, pois com a criação do programa Mais Alimentos foram financiados muitos tratores, pois o limite do programa permitia o seu financiamento.

Porém, há também a necessidades dos implementos a serem acoplados às máquinas, pois são os implementos que vão executar os procedimentos que devem ser feitos na terra. Se o produtor estiver pensando em ampliar sua área de produção, adquirindo mais terras ou arrendamento, este pode ser considerado um bom investimento. Os produtores querendo melhores alternativas para suas propriedades buscam junto à cooperativa de crédito os recursos para melhoria das condições de trabalho e ampliação da área de plantio visando aproveitar melhor as suas terras. Como podemos observar nas Tabelas 6 e 7, os principais bens financiados são máquinas e implementos para satisfazer as necessidades da propriedade.

Tabela 7 – Equipamentos e valor do financiamento

Equipamentos	Qtd	Total %	Valor (R\$)	Total %
Carreta Agrícola	3	25,00%	11.650,00	19,90%
Giro Vicon pendular	1	8,33%	1.780,00	3,04%
Transferidor de leite canalizado	1	8,33%	4.500,00	7,69%
Resfriador de leite	2	16,67%	16.500,00	28,18%
Tarros para leite	2	16,67%	120,00	0,20%
Arado Subsolador	1	8,33%	7.500,00	12,81%
Grade	2	16,67%	16.500,00	28,18%
Total	12	100,00%	58.550,00	100,00%

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

Podemos verificar também entre os bens financiados, que a maior parte é para a atividade agrícola, e apenas 10% das propriedades investiram na pecuária leiteira. Este produtor que já trabalha com este produto está investindo na pecuária leiteira, ampliando sua atividade com aquisição de mais matrizes leiteiras, conforme pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8 – Animais financiados

Animal	Quantidade	Valor (R\$)
Vacas	4	6.000,00
Total	4	6.000,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

Nas Tabelas 9 a 11 a seguir, podemos observar os custos de produção do feijão, do milho e da cebola, principais atividades desenvolvidas nas propriedades. Para o desenvolvimento de cada cultura, os itens que compõe o custeio são diversos e cada um conta com valor considerável.²⁵

Para a cultura de feijão, quatro momentos foram identificados. Primeiramente é necessário fazer o preparo do solo, que consiste na escarificação²⁶, gradagem, dessecação e plantio. Estes procedimentos são realizados com máquinas e implementos agrícolas. No segundo momento, são necessários os insumos, dentre eles, semente, ureia, adubo, os problemáticos herbicidas, e posteriormente, a plantação necessita dos tratos culturais, que são classificados, e aplicação de herbicidas e adubação. Por final, vem a colheita.

Tabela 9 – Custeio do Feijão

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais Colheita	Valor (R\$)
Escarificação	1.280,00	Semente	15.660,00	Aplic. Cobertura	160,00
Plantio	5.420,00	Uréia	6.160,00	Aplic. Herbicida	4.135,00
Gradagem	640,00	Adubo	27.060,00	Colheita	18.160,00
Dessecação	1.275,00	Herbicida	12.630,00		
Total	8.615,00		61.510,00		22.455,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

²⁵ Destacamos que entre os financiamentos feitos, a propriedade que produz hortaliças fez financiamento para construção de uma unidade de produção de hortaliças no sistema hidropônico. A propriedade esta modernizando seu meio de produção, pois a hidroponia é um sistema de cultivo dentro de estufas sem o uso do solo.

²⁶ Técnica de desagregar e revolver a terra a fim de facilitar a escavação.

A cultura de milho é semelhante à cultura de feijão, porém os custos são outros. O preparo do solo consiste em escarificação, gradagem e plantio.

Tabela 10 – Custeio do Milho

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais	Colheita	Valor (R\$)
Escarificação	6.500,00	Semente	3.600,00	Aplic. Cobertura		1.540,00
Plantio	3.010,00	Uréia	5.240,00	Aplic. Herbicida		1.400,00
Gradagem	3.250,00	Adubo	11.570,00	Colheita		12.040,00
		Herbicida	13.350,00			
Total	12.760,00		33.760,00			14.980,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

Insumos como herbicida, ureia, adubo e semente são produtos com preços mais elevados, ficando num valor aproximado a R\$ 33.760,00. Tratos culturais e colheita também fazem parte da produção de milho. O custo total aproximado para o cultivo de 70,5 hectares é de R\$ 61.500,00. Custo médio por hectare é de R\$ 873,00 e produtividade média de 101 sacas por hectare.

O custo para a plantação da cebola é elevado, um hectare de cebola custa em média R\$ 3.500,00 onde o maior custo se concentra nos insumos.

Tabela 11 – Custeio da Cebola

Preparo do Solo	Valor (R\$)	Insumos	Valor (R\$)	Tratos Culturais	Colheita	Valor (R\$)
Sulcamento	240,00	Semente	3.200,00	Aplic. Defensivos		3.760,00
Semeadura	480,00	Uréia	720,00	Capina de Repasse		960,00
Aração	1.600,00	Adubo	3.840,00	Colheita		2.880,00
Transplante	2.400,00	Herbicida	7.200,00	Transporte interno		800,00
		Pó de Serra	400,00			
Total	4.720,00		15.360,00			8.400,00

Fonte: Epagri
Elaboração: Autores

Na Tabela 12, é apresentado o custo total para produção das culturas e a participação de cada um no custo total. O custeio do feijão representa o maior valor no peso da participação destas atividades.

Tabela 12 – Custeio total de produção por tipo de cultura agrícola

Cultura	Custo total (R\$)	Part. %/total
Custeio Feijão	92.580,00	44,30%
Custeio Milho	61.500,00	29,43%
Custeio Cebola	28.480,00	13,63%
Custeio Soja	15.365,00	7,35%
Custeio Trigo	7.176,10	3,43%
Hortaliças	3.900,00	1,87%
Total	209.001,10	100,00%

Fonte: Epagri

Elaboração: Autores

Esses custos consistem nos elementos já especificados nas Tabelas acima, com exceção da soja e do trigo, que não foram discriminados devido a área plantada não ser significativa comparada as outras culturas de cereais. Todas as famílias declararam ter, além das despesas para cultivo e desenvolvimento das atividades, despesas para manutenção familiar, que consiste nos itens básicos para sobrevivência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de crédito atuam basicamente no setor primário da economia, com objetivo de permitir uma melhor produção e comercialização de produtos rurais e criar facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os centros consumidores.

A agricultura apresenta algumas peculiaridades com referência ao crédito que lhe é destinado, pois as operações de crédito devem ter prazo mais longo para a sua liquidação, se comparadas com as do comércio e indústria, porque o ciclo produtivo da agricultura é longo. Como visto, a longa trajetória do crédito cooperativo tem uma função básica ligada à

promoção do bem estar social de seus cooperados e da comunidade em que estão inseridos, a fim de diminuir as desigualdades sociais. A pesquisa detectou então as características básicas das propriedades familiares dos tomadores de crédito da Credicar: a mão de obra é totalmente familiar; existe baixo grau de escolaridade; a maioria das casas são mistas; a maioria dos galpões são de madeira; maior parte de máquinas e implementos agrícolas são de tração animal; os automóveis e motocicletas possuem mais de 15 anos de uso; das propriedades, 50% possuem terra própria e arrendam também uma área de terceiros; e cerca de 30% das propriedades declaram não ter área própria e 20% das propriedades produzem somente em área própria.

Assim o crédito rural cumpre com uma função social de apoio essencial ao processo de desenvolvimento e modernização agropecuário, e as atividades cooperativas de crédito, sobretudo, ao atendimento às necessidades financeiras dos produtores.

Antes tarde do nunca, as soluções para a política agrícola brasileira começou a reconhecer a importância do crédito rural familiar como instrumento de fomento e de transformação da agricultura e do meio rural. O Pronaf por certo significa o reconhecimento do Estado e a legitimação da nova categoria social de agricultores familiares, exercendo efetivamente seus direitos ao acesso às políticas de crédito público. Estrategicamente colocou a necessidade de parcerias com instituições financeiras para fomentar este tipo de atividade econômica, como é o caso do BNDES, e outras de pesquisa como a Epagri, e de fomento como o Pronaf, que tem como desafio promover a modernização da economia e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social, manutenção e geração de emprego e redução das disparidades regionais a partir de projetos relacionados com a produção agrícola a partir das unidades da agricultura familiar. Sendo assim, a agricultura familiar pode dedicar-se à exploração de atividades diversificadas de forma coletiva ou individual, que vai além da tradicional produção primária. Alternativas como o agroturismo e as agroindústrias de transformação em pequena escala representam um grande potencial para esse tipo de unidade econômica.

Por fim, os produtores familiares rurais tendo maior facilidade de acesso ao crédito através das Cooperativas de crédito, investem em suas propriedades aumentando a produção e

consequentemente a produtividade através da aquisição de implementos e máquinas agrícolas, que facilitam os processos de produção. Com o aumento das necessidades de força de trabalho mais qualificada e as melhorias dos processos de produção, estes investimentos incentivam a população a continuar nas atividades no meio rural, visto que a tendência a cada ano é de aumento dos índices de famílias que migram da zona rural para a zona urbana, gerando a expansão de muitos dos problemas sociais existentes nas periferias das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p.132-152, 30 abr. 1998. Quadrimestral. Disponível em:

<http://webnotes.sct.embrapa.br/cct/CCT.nsf/58746210a581b93703256a2c0046705e/9c32794138872c2703256bd0004d4fe5?OpenDocument> . Acesso em: 31 ago. 2011.

ALVIM, Valdir. **Economia Agrícola**. Curso de graduação em Ciências Econômicas à Distância. Florianópolis: UFSC, 2009. 124 p.

BACEN - Banco Central do Brasil. Disponível em

<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:divGeropMCR/> Acesso em: 10 jun. 2012.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html/ Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Lei n. 11.326, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 03 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 4.504, 30 nov. 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm Acesso em: 03 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 5.763, 16 dez. 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da]**

Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm Acesso em: 03 jul. 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII**. Os jogos das trocas. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BURIGO, Fabio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007. 135 p.

BURIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010. 454p.

CEPA/EPAGRI – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> Acesso em 14 mai. 2012.

DALL'AGNOL, Mônia. **Crédito Cooperativo do Pronaf e Agricultura Familiar: o caso da Credicaru**. Florianópolis, 2012. 57f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> / Acesso em: 10 jun. 2012.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p.379-408, 01 dez. 2004. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf> . Acesso em: 01 jul. 2011.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p. MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos/> Acesso em 21 mai. 2012.

MONTOYA, Marco Antonio (Org.). **Aspectos regionais do crédito rural: governo, Cooperativas e informalidade**. Passo Fundo: UPF, 2002. 131 p.

OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.ocesc.org.br/> Acesso em: 03 jul. 2011.

NISKI, Felipe Macedo. **O Cooperativismo de crédito e a bancarização no Brasil: transformação nos aspectos institucionais de seu desenvolvimento**. Florianópolis, 2011. 76 p. Monografia (Economia) – UFSC.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 5. ed. Brasília: BCB, 2007. 94 p.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em: 07 dez. 2012.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p.11-44, 30 abr. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf Acesso em: 11 abr. 2012.

SICOOB/SC – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Disponível em <http://www.sicoobsc.com.br/> Acesso em: 11 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CERRITO. Disponível em <http://www.cerrito.sc.gov.br/home/index.php?/> Acesso em 07 jun. 2012.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2015 e aprovado em 22 de março de 2016.

AS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO PERÍODO 2000-2010²⁷

Angélica Massuquetti²⁸

Juliano Luiz Koch²⁹

Rafaela Lauffer Ostermann Tamiosso³⁰

Fernanda Moreira do Amaral³¹

Lisandra Lutz³²

Resumo: O objetivo do artigo foi descrever a evolução das exportações agrícolas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul no período 2000/2010. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a coleta de informações em base de dados, como: Fundação de Estatística e Economia (FEE), Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (ATLAS), Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (EPAGRI/CEPA) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os resultados revelaram que as exportações agrícolas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul apresentaram um crescimento no período analisado, tanto em valor quanto em volume. Houve um domínio dos produtos de origem animal, que, em 2010, foram quatro dos cinco principais produtos agrícolas exportados por Santa Catarina. O produto “soja, mesmo triturada” aparece com destaque nas exportações gaúchas, em 2010. Observa-se, também, a importância dos estados na exportação de fumo, dado que são os maiores exportadores do país e que o Brasil se destaca também pelo volume de vendas do mesmo. Em relação aos mercados consumidores, em 2010, ocorreu a troca dos EUA pela China como principal importador de produtos gaúchos, seguida pela Argentina. Para Santa Catarina, os principais destinos das exportações agropecuárias foram EUA, Holanda e Argentina, seguidos por Japão e Alemanha.

Palavras-chave: Exportação agropecuária; Santa Catarina; Rio Grande do Sul.

²⁷ Artigo apresentado no VII Encontro de Economia Catarinense, UFSC –Florianópolis/SC

²⁸ Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: angelicam@unisinos.br

²⁹ Aluno do Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: julianoo.koch@gmail.com

³⁰ Economista pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: rafaelaostermann@gmail.com

³¹ Aluna do Curso de Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: fernandynhaamaral@hotmail.com

³² Administradora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: lisandra@hotmai.com

EXPORTS FROM SANTA CATARINA AND RIO GRANDE DO SUL: A STUDY OF THE AGRICULTURAL SECTOR FOR THE PERIOD 2000-2010

Abstract: The aim of the article was to describe the evolution of agricultural exports from Santa Catarina and Rio Grande do Sul in the period 2000/2010. The methodology used was the literature review and the collection of information in the database, such as: Statistics and Economics Foundation (FEE), Atlas Socioeconomic of Rio Grande do Sul (ATLAS), Socioeconomics Center and Agricultural Planning (EPAGRI/CEPA) and Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC). The results showed that agricultural exports from Santa Catarina and Rio Grande do Sul grew in the period analyzed, both in value and in volume. Products of animal origin showed the better performance in Santa Catarina, with four of the five main agricultural products exported in 2010. The product "soy, whether or not broken" appears prominently in southern Brazil exports in 2010. It is noted also the importance of the states in the exports of tobacco, since they are the largest exporters of the country and that Brazil stands out also by the high volume of sales. In relation to consumer markets in 2010, China substituted the US as the main importer of Rio Grande do Sul's products, followed by Argentina. In Santa Catarina, the main destinations of agricultural exports were the US, the Netherlands and Argentina, followed by Japan and Germany.

Keywords: Agricultural exports; Santa Catarina; Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, atualmente, uma das principais potências do agronegócio mundial, principalmente, em produtos como suco de laranja, carnes, soja e seus derivados, fumo, açúcar e tabaco. (CERDAN et al., 2007). Os estados da Região Sul, por sua vez, ocupam um lugar de relevo no cenário exportador brasileiro, já que todos estão entre os dez maiores exportadores do país. Em 2010, no *ranking* de exportações do Brasil, o Rio Grande do Sul ficou em quarto lugar (7,62%), apenas atrás de São Paulo (25,90%), de Minas Gerais (15,46%) e do Rio de Janeiro (9,92%). Paraná (7,02%) e Santa Catarina (3,76%) ocuparam a quinta e a décima posições, respectivamente. (FEE, 2013a).

Os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina possuem a quarta e a sétima maiores economias do Brasil, considerando seu Produto Interno Bruto (PIB), alcançando R\$

252,483 bilhões e R\$ 152,482 bilhões, respectivamente, em 2010. Estes valores correspondem a 6,7% e a 4% do PIB nacional, sendo superados apenas pelos estados de São Paulo (33,9%), Rio de Janeiro (11,1%) e Minas Gerais (9%), no caso do Rio Grande do Sul, e ainda Paraná (5,8%) e Bahia (4,1%), no que se refere ao estado catarinense. (IBGE, 2013).

Em relação ao estado gaúcho, o setor de serviços representou, em 2010, 62,1% do Valor Adicionado Bruto a preços básicos (VABpb) do estado enquanto a indústria apareceu na segunda posição (29,2%) e o setor agropecuário em terceiro lugar (8,7%). Para Santa Catarina, esses valores representaram 59,2%, 34,1% e 6,7%, respectivamente, do VABpb da economia catarinense. Cabe destacar que houve uma queda da participação do setor agropecuário no período 2002-2010, como é possível observar no Anexo 1, já que representavam 10% (Rio Grande do Sul) e 9% (Santa Catarina) do VABpb de suas respectivas economias, em 2002. (IBGE, 2013).

Apesar da baixa participação da atividade agropecuária no VABpb destes estados, o setor é importante na geração de renda e emprego no sul do Brasil. Além disso, os estados encontram-se em lugar privilegiado geograficamente e seus diversos tipos de solos e clima predominante fazem com que os mesmos tenham uma ampla atividade econômica, favorecendo o plantio de leguminosas, de hortifrutigranjeiros, de grãos e a criação de animais. Há produtos que se destacam na atividade agropecuária gaúcha e catarinense e contribuem para as exportações dos estados, sendo eles carnes, soja e fumo.

Esses dados revelam a importância de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul na economia nacional e no agronegócio brasileiro e, portanto, o objetivo deste artigo é descrever a evolução das exportações agrícolas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para o resto do mundo no período 2000/2010. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica e a coleta de informações em base de dados, como: Fundação de Estatística e Economia (FEE), Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (ATLAS), Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA/EPAGRI) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Este artigo compreende mais três seções, além desta introdução. Na segunda seção são apresentados os principais estudos acerca das relações comerciais agropecuárias entre Santa

Catarina e Rio Grande do Sul e o resto do mundo. Na terceira são relacionados os principais produtos das exportações agropecuárias dos estados catarinense e gaúcho. A última seção, por fim, apresenta as considerações finais.

2 ESTUDOS EMPÍRICOS ACERCA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS AGROPECUÁRIAS ENTRE OS ESTADOS DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL E O RESTO DO MUNDO

Barbosa et al. (2012) analisaram a competitividade do segmento de carnes em Santa Catarina no período 1997-2011, sendo que, no ano de 2011, o mesmo ocupou o primeiro lugar tanto em valor quanto em quantidade exportada na pauta exportadora do estado, 30% desta pauta era formada por produtos cárneos. A metodologia empregada foi o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR). Segundo os autores, os produtos que compõem o segmento carne³³ apresentaram considerável crescimento no montante médio exportado: nos anos 1997-1999, o valor total era US\$ 493.895.922 e, no período mais atual, 2009-2011, o valor chegou a US\$ 2.464.780.720. Já o valor médio importado pelo estado apresentou redução no mesmo período: no primeiro triênio foi registrado um valor total de US\$ 2.646.088 e, no último, de US\$ 2.336.848.

Em relação à análise do comportamento das exportações brasileiras e catarinenses de tabaco, no período 2000-2009, Silva et al. (2012) empregaram o IVCR como metodologia. Dados de 2011 revelaram que o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco do mundo, produzindo cerca de 750 mil toneladas e ficando atrás apenas da China, que produz 2,4 milhões de toneladas. Santa Catarina ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional de produção deste segmento e, em 2011, o estado exportou 59% de sua produção. No período analisado, a participação do estado catarinense no total exportado pelo país apresentou crescimento, passando de 8%, no início do período, para 24%, em 2011. União Europeia (UE), Estados

³³ Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados; outras carnes de suíno, congeladas; carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaço, congeladas; carnes de outros animais, salgadas, secas etc.; preparações alimentícias e conservas, de galos/galinhas; enchidos de carne, miudezas, sangue, suas preparações; e preparações alimentícias e conservas, de peru.

Unidos da América (EUA) e Leste Europeu são os principais destinos das exportações de Santa Catarina e foi identificado que a Ásia está ampliando as relações comerciais com o estado.

Lazzari (2003) abordou a evolução das exportações gaúchas do agronegócio e sua participação no agregado nacional entre 1993 e 2002, visto que a taxa média de crescimento anual das exportações agroindustriais, neste período, foi de 6,4% contra 5,1% das exportações totais do país. A metodologia aplicada no artigo foi a estatística descritiva. Apesar do Rio Grande do Sul ter ampliado suas exportações no período, passando de US\$ 2,25 bilhões para US\$ 2,98 bilhões, perdeu posição na participação relativa em comparação a outros estados brasileiros, pois enfrenta concorrência em seus principais produtos de exportação, exceto o fumo. O autor ressaltou a importância do agronegócio no estado gaúcho, destacando que as vendas externas do agronegócio passaram de 43,4%, em 1993, para 46,7%, em 2002. Contudo, há preocupação, dado que os produtos agropecuários são relativamente de menor valor agregado e as exportações de produtos agropecuários (3,2%) são maiores do que as dos produtos industriais (2,3%) no período estudado.

A análise da especialização e do nível de competitividade do agronegócio do Rio Grande do Sul nos mercados externos, no período entre 1996 e 2006, desenvolvida por Ilha et al. (2010), foi realizada a partir do IVCR. Os produtos agrícolas tiveram maior participação no total exportado pelo Rio Grande do Sul no período analisado, revelando que o estado se manteve especializado nas exportações de bens do agronegócio. Carne, couro e fumo apresentaram vantagem comparativa revelada durante todo o período.

Garcia (2010) estudou as exportações gaúchas em 2009, dado que neste ano registraram um valor de US\$ 15,2 bilhões, 17% inferior ao obtido em 2008. A metodologia empregada no estudo foi a estatística descritiva. O estado gaúcho, em 2009, ficou em terceiro lugar entre os maiores exportadores do país, atrás de São Paulo e de Minas Gerais. Em seguida, o autor destacou o desempenho dos principais produtos e seus destinos. As exportações do complexo soja atingiram o valor de US\$ 2,9 bilhões, 2,5% a menos do que registrado no ano anterior. A China foi a principal importadora desse produto, com 78% do total. As exportações de fumo cresceram 9,6%, atingindo o valor de US\$ 2,1 bilhões. A UE foi o bloco que mais comprou

desse agregado, adquirindo 42% do total. As vendas externas do agregado de carnes apresentaram um resultado 24,6% inferior em relação a 2008 e a Rússia foi o país que mais comprou a carne exportada pelo Rio Grande do Sul, representando 22% do total. Apesar da crise internacional em 2009, as exportações de *commodities* agrícolas não foram muito prejudicadas, visto que estas apresentam menor valor agregado e são de suma importância na alimentação.

Hoff (2010), por sua vez, abordou as razões para o baixo desempenho das exportações gaúchas em 2010, que obteve um crescimento de apenas 1% em relação a 2009. A estatística descritiva foi adotada no estudo como metodologia. Os preços das exportações de produtos agropecuários recuaram 1,8% no ano estudado, resultado da queda do preço da soja em grãos no mercado internacional. Em 1993, as vendas externas gaúchas representavam 13,52% do total exportado nacionalmente e o estado ocupava o segundo lugar entre os maiores exportadores do país. Logo, então, o Rio Grande do Sul começou a perder a participação no *ranking* nacional. A autora concluiu que apesar do baixo desempenho em 2010, explicado pela queda nas exportações de soja e de óleo diesel, pela quebra da safra de fumo e pela diminuição das vendas de energia elétrica para a Argentina, o setor exportador gaúcho não está enfrentando uma crise.

Garcia (2012) analisou o desempenho das exportações gaúchas em 2011, que apresentaram um crescimento de 26,3% em comparação ao ano anterior, alcançando o valor de US\$ 19,4 bilhões. Este resultado coloca o estado em quarto lugar entre os maiores exportadores do país, ficando atrás apenas de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. A metodologia empregada no estudo foi a estatística descritiva. Os principais resultados obtidos pelo autor foram que o complexo soja registrou uma colheita recorde na safra 2010/2011, de 12 milhões de toneladas, e que as exportações atingiram a soma de US\$ 4,7 bilhões, 57,5% acima do resultado obtido em 2010. As exportações do fumo alcançaram o valor de US\$ 1,9 bilhão, com um crescimento de 4,7% em relação ao período anterior. O Rio Grande do Sul é o maior exportador nacional deste produto, enquanto o Brasil é o maior exportador mundial. Já na pauta dos cereais, a participação das vendas gaúchas ao exterior é pouco expressiva. Destaque apenas para o arroz e para o trigo, que alcançaram o valor de,

respectivamente, US\$ 570 milhões, com um aumento de 275,3% em relação ao resultado de 2010, e US\$ 453 milhões, com crescimento de 299,4% em relação ao mesmo período. As vendas externas de carnes tiveram um incremento de 1% em relação a 2010, registrando o valor de US\$ 2,0 bilhões. Sobre os principais mercados importadores, o bloco econômico formado pela China, por Hong Kong e por Macau importou cerca de US\$ 3,7 bilhões, sendo que a China foi o maior comprador desse bloco, ou seja, 92% do total. A UE foi o segundo bloco mais importante para o estado gaúcho, importando US\$ 3,6 bilhões. Nesse bloco, a Holanda foi o principal comprador. Em terceiro lugar estão os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O Rio Grande do Sul exportou para este bloco um total de US\$ 3,1 bilhões e a Argentina foi o país que mais importou. Em quarto lugar, estão os países do Acordo de Livre Comércio do Norte (NAFTA), sendo que o estado vendeu US\$ 1,7 bilhão. Deste bloco, os EUA tiveram a maior representatividade nas importações. Nos países da América do Sul (exceto MERCOSUL), as exportações atingiram US\$ 1,6 bilhão, tendo um crescimento de 35,1% em relação a 2010. E nos países na Liga Árabe, as vendas cresceram 43,2%, chegando ao valor de US\$ 1,4 bilhão. No comércio com a África Subsaariana, observou-se o melhor resultado em termos de crescimento percentual do valor exportado, com um aumento de 57,3% em comparação ao valor de 2010, alcançando US\$ 942 milhões. Já no comércio com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), registrou-se o pior desempenho, isto é, 19,7% abaixo do valor das exportações de 2011, representando US\$ 492 milhões.

Por fim, Avila (2012) analisou o efeito-China no Brasil e no Rio Grande do Sul no período 2000-2011. A partir da metodologia de estatística descritiva, os principais resultados obtidos pelo autor foram que esse efeito pode ser explicado pela rápida alteração na organização produtiva mundial, visto que, em 2003, 8,96% das exportações gaúchas destinavam-se à China e 22,25% aos EUA. Porém, em 2011, o país asiático representou 18,59% das vendas do estado gaúcho e o EUA apenas 6,97%. Houve um crescimento de 1.258,12% das exportações gaúchas para a China no período entre 2000 e 2011.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos estudos analisados nesta seção.

Quadro 1 – Revisão Bibliográfica

Estado	Fonte	Período	Países	Produtos	Metodologia	Resultados
Santa Catarina	Barbosa et al. (2012)	1997-2011	Brasil - SC	Carnes.	IVCR.	Os resultados indicaram que o segmento cárneo é competitivo em Santa Catarina e que houve crescimento no montante médio exportado pelo estado.
	Silva et al. (2012)	2000-2009	Brasil - SC	Tabaco.	IVCR.	Os resultados revelaram grande potencial produtivo e exportador na produção nacional de tabaco e desvantagem competitiva em Santa Catarina até 2005, quando aumentou significativamente a participação nas exportações brasileiras.
Rio Grande do Sul	Lazzari (2003)	1993-2002	Brasil - RS	Produtos agrícolas e outros.	Estatística Descritiva.	Dos oito principais produtos exportados pelo estado (fumo, carnes, soja em grão, farelo de soja, peles e couros, óleo de soja, madeira, carvão vegetal e obras de madeira, pastas celulósicas), somente o fumo e as madeiras tiveram taxas de crescimento maiores que as nacionais.
	Ilha et al. (2010)	1996-2006	Brasil - RS	Produtos agrícolas.	IVCR.	A relação comercial entre o estado e o resto do mundo se dá, principalmente, pela comercialização de produtos do agronegócio.
	Garcia (2010)	2009	Brasil - RS	Produtos agrícolas e outros.	Estatística Descritiva.	As exportações gaúchas não apresentaram resultado satisfatório, em consequência da crise internacional. As exportações de alguns produtos agrícolas, por outro lado, tiveram um bom desempenho, como é o caso do complexo soja e do fumo.
	Hoff (2011)	2010	Brasil - RS	Produtos agrícolas e outros.	Estatística Descritiva.	Apesar do baixo desempenho das exportações em 2010, a autora destaca que o intercâmbio comercial não está em crise.
	Garcia (2012)	2011	Brasil - RS	Soja (grão, farelo e óleo), tabaco, cereais (arroz e trigo), carnes (aves e suína), calçados, tratores e demais máquinas agrícolas.	Estatística Descritiva.	Foi bom o desempenho das exportações gaúchas em 2011, sendo este concentrado em <i>commodities</i> agrícolas.
	Avila (2012)	2000-2011	Brasil - RS e China	Produtos agrícolas e outros.	Estatística Descritiva.	Há maior concentração de exportações gaúchas para a China nos produtos do setor primário da agroindústria, sendo o complexo soja, o fumo, a pasta de madeira, os polímeros, os couros e a carne de galinha os principais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Santa Catarina ocupa o décimo lugar no *ranking* de participação das exportações nacionais, com 3,76% do total, em 2010. As vendas externas do agronegócio no estado catarinense estão concentradas no segmento cárneo e no fumo. O continente europeu e os EUA foram as principais regiões consumidoras de produtos agropecuários catarinenses. Em relação ao Rio Grande do Sul, o estado ocupou a quarta posição (7,62%) entre maiores exportadores da Federação, em 2010. O intercâmbio comercial entre o estado gaúcho e o resto do mundo está concentrado, principalmente, na comercialização de produtos do agronegócio, com destaque para o complexo soja e o fumo. Os principais importadores de produtos agrícolas gaúchos foram a China, a UE, a Argentina e os EUA.

3 AS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE E GAÚCHO

Nas exportações do agronegócio catarinense, nos anos de 2000 e de 2010, destacam-se produtos como “pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados” e “fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado”, no último ano analisado. A partir da Tabela 1, nota-se uma ampliação considerável no valor das exportações agrícolas catarinenses, passando de US\$ 789 milhões, no ano de 2000, para US\$ 3,9 bilhões, em 2010. Ao analisar a pauta de produtos agropecuários exportados nos dois períodos, observa-se que “pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados”, que em 2000 teve participação no valor exportado de 30,57%, em 2010 apresentou uma ampliação no valor exportado, mas uma queda na participação, passando para 29,93%. O produto, no entanto, permaneceu em primeiro lugar no *ranking* de produtos exportados pelo estado na última década.

Outros produtos sofreram alterações em suas posições no *ranking* entre os dois períodos. Por exemplo, “fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado”, em 2000, estava em terceiro lugar, com participação de 10,52%, e fechou o ano de 2010 com uma participação de 22,27% do valor de produtos agropecuários exportados por Santa Catarina, assumindo como segundo produto agrícola mais exportado pelo estado. Outro produto que

perdeu espaço no período analisado foi “outras carnes de suíno, congeladas”, que apresentava, em 2000, 9,18% da participação e, em 2010, não apareceu entre os cinco principais produtos exportados. Um dos motivos para essa queda relaciona-se com o fato de que a Rússia, principal importadora do produto, deixou de comprar a carne suína abatida nos frigoríficos do estado, pois o país adota as regras da Organização Mundial de Saúde Animal e os frigoríficos do estado não são certificados.

Tabela 1 – Principais Produtos Agropecuários Exportados por Santa Catarina – 2000/2010

2000				2010			
Produtos	US\$ F.O.B.	%	Peso Líquido (kg)	Produtos	US\$ F.O.B.	%	Peso Líquido (kg)
Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados.	241.197.306	30,57	234.699.955	Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados.	1.154.429.686	29,93	624.449.309
Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas.	115.033.305	14,58	158.396.796	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	858.890.575	22,27	129.451.970
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	82.999.306	10,52	27.778.842	Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas.	329.492.852	8,54	216.776.795
Outras carnes de suíno, congeladas.	72.404.975	9,18	48.692.510	Preparações alimentícias e conservas de galos e de galinhas.	282.166.683	7,32	92.178.012
Carnes de peruas e de perus, da espécie doméstica, em pedaços e miudezas comestíveis, congeladas.	66.619.581	8,44	37.778.644	Carnes de outros animais, comestíveis, salgadas, secas ou defumadas; miudezas, farinhas e pós.	253.713.966	6,58	102.978.486
Demais Produtos.	210.715.392	26,71	500.333.306	Demais Produtos.	978.131.796	25,36	1.096.894.172
Total	788.969.865	100,00	1.007.680.053	Total	3.856.825.558	100,00	2.170.550.732

Fonte: MDIC (2013).

As exportações agrícolas de Santa Catarina evoluíram no período analisado, tanto em valor quanto em volume exportado. Houve um aumento de 1,163 bilhões de kg e o valor comercializado com as exportações alcançou cerca de R\$ 3,86 bilhões, em 2010. Outro fato

que se pode dar destaque é para o principal produto exportado “pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados”, que no período analisado teve um aumento considerável na sua comercialização e se manteve como principal produto exportado. Por outro lado, alguns produtos perderam sua posição no *ranking* como também novos produtos apareceram e nota-se também um domínio dos produtos de origem animal, que, em 2010, foram quatro dos cinco principais produtos agrícolas exportados por Santa Catarina. Em 2010, os principais destinos das exportações agropecuárias catarinenses foram EUA, Holanda e Argentina, seguidos por Japão e Alemanha. (CEPA/EPAGRI, 2012).

Em relação às exportações agropecuárias gaúchas, nos anos de 2000 e de 2010, destacam-se dois produtos: os derivados da soja e os derivados de origem animal. No ano de 2000, pode-se dar evidência para o “fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado”, que representou 36,79% do valor das exportações. Em 2010, “soja, mesmo triturada”, é o principal produto, com 23,14% do valor exportado pelo Rio Grande do Sul. O valor das exportações gaúchas teve um aumento de US\$ 5,96 bilhões no período de análise (Tabela 2).

A análise da pauta das exportações agropecuárias gaúchas, nos anos de 2000 e de 2010, permite observar que ocorreu uma inversão entre o primeiro e o segundo colocado, ou seja, o “fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado”, em 2000, representava 36,79%, vindo a perder sua posição no *ranking* dos produtos exportados pelo estado e figurando com 21,91%, em 2010. Entretanto, “soja, mesmo triturada”, ganhou espaço na pauta de exportação, pois aumentou de 15,27%, em 2000, para 23,14%, em 2010, a sua participação. Neste contexto, o produto “composto de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja” retrocedeu na participação percentual total, caindo de 11,55%, em 2000, para 10,84%, em 2010. Em contrapartida, “carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas – frangos” aumentou sua participação neste período, com um percentual inicial de 5,50%, em 2000, e indo para 8,68%, em 2010. Corroborando este aumento estão também “pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados - carnes frangos”, partindo com o percentual de 5,09%, em 2000, e aumentando para 6,77%, em 2010. Os demais produtos agrícolas exportados também tiveram

um aumento na sua participação no valor total das exportações, pois, em 2010, representavam 28,66% enquanto, em 2000, estavam somente com 25,81%.

Tabela 2 – Principais Produtos Agropecuários Exportados pelo Rio Grande do Sul – 2000/2010

Produtos	2000			Produtos	2010		
	US\$ F.O.B.	%	Peso Líquido (kg)		US\$ F.O.B.	%	Peso Líquido (kg)
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	640.366.201	36,79	223.785.409	Soja, mesmo triturada.	1.782.456.162	23,14	4.685.337.605
Soja, mesmo triturada.	265.815.629	15,27	1.404.315.704	Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado.	1.687.295.682	21,91	253.283.919
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	200.998.993	11,55	1.150.177.136	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja.	834.505.138	10,84	2.505.024.422
Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas – frangos.	95.764.212	5,50	121.981.376	Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas – frangos.	668.722.016	8,68	439.791.121
Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados - carnes frangos.	88.559.840	5,09	83.166.512	Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados - carnes frangos.	521.263.648	6,77	285.999.508
Demais Produtos.	449.233.690	25,81	1.902.493.879	Demais Produtos.	2.207.569.060	28,66	2.419.080.282
Total	1.740.738.565	100,00	3.613.761.504	Total	7.701.811.706	100,00	10.588.516.857

Fonte: MDIC (2013).

A Tabela 3 apresenta os principais destinos das exportações gaúchas nos anos de 2001, 2005 e 2010, revelando as mudanças nos principais mercados neste período.

Tabela 3 – Principais Destinos das Exportações Gaúchas – 2001/2005/2010 – *Ranking* por Valores de 2010 (US\$ F.O.B. mil)

Países	2001		2005		2010	
	US\$ F.O.B. mil	%	US\$ F.O.B. mil	%	US\$ F.O.B. mil	%
China	370	5,83	527	5,05	2.394	15,11
Argentina	573	9,03	1.065	10,19	1.681	10,93
EUA	1.616	25,47	1.903	18,21	1.224	7,96
Reino Unido	218	3,44	337	3,23	-	-
Alemanha	210	3,31	356	3,41	-	-
Itália	203	3,20	-	-	-	-
Chile	-	-	413	3,95	-	-
Paraguai	-	-	-	-	618	4,02
Bélgica	-	-	-	-	575	3,74
Rússia	-	-	-	-	548	3,56
Outros	3.155	49,72	5.852	55,98	8.343	54,24
Mundo	6.345	100,00	10.453	100,00	15.382,7	100,00

Fonte: ATLAS (2013a; 2013b; 2013c; 2013d).

Ao observar a Tabela 3, pode-se notar que há uma concentração nos destinos das exportações gaúchas em três países: China, que em 2010 foi o principal destino (15,11%); Argentina, que se mantém como segundo principal destino em todo o período analisado (10,93%); e EUA, que perde participação, mas permanece entre os três principais destinos (7,96%). Os valores nos períodos analisados cresceram, saindo de US\$ 6 milhões, em 2001, e alcançando, em 2010, US\$ 15 milhões.

Os principais destinos – continentes e blocos – das exportações gaúchas, em 2010, foram: Ásia, com 25,03%; UE, com 20,03%; e MERCOSUL, com 17,19% do total da exportação do estado. (ATLAS, 2013a). Na pauta exportadora do estado, portanto, destacam-se os produtos agrícolas, como soja e derivados, fumo e carnes. Os países asiáticos são os principais importadores, destacando-se a China como importante parceiro comercial do Rio Grande do Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul estão entre os dez maiores exportadores do país, ocupando a décima e a quarta posições, respectivamente, no *ranking* de exportações do Brasil, em 2010. Estes estados também possuem a sétima e a quarta maiores

economias do Brasil, considerando seu PIB, também em 2010. Apesar da reduzida participação do setor agropecuário no VABpb em ambas as economias – 6,7%, em Santa Catarina, e 8,7%, no Rio Grande do Sul (2010) –, a atividade agropecuária catarinense e gaúcha é importante na geração de renda e emprego.

As exportações agrícolas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul apresentaram um crescimento no período analisado, tanto em valores quanto em volume. O estado catarinense, por exemplo, aumentou suas exportações em 1,163 bilhões de kg e o valor comercializado com as exportações alcançaram cerca de US\$ 3,86 bilhões, em 2010. O estado gaúcho, por sua vez, apresentou um crescimento no volume de suas exportações, em torno de 6,97 bilhões de kg, e no valor exportado, aproximadamente US\$ 5,96 bilhões. Nota-se um domínio dos produtos de origem animal, que, em 2010, foram quatro dos cinco principais produtos agrícolas exportados por Santa Catarina. O produto “soja, mesmo triturada” aparece com destaque nas exportações gaúchas, passando de 15,27%, em 2000, para 23,14%, em 2010. Observa-se, também, a importância dos estados na exportação de fumo, dado que são os maiores exportadores do país e que o Brasil se destaca também pelo volume de vendas do mesmo.

Outro aspecto observado neste estudo são as mudanças de mercado, como a troca dos EUA para a China como principal importador de produtos gaúchos e a soja como o produto agrícola com maior percentual de participação na pauta exportadora, em 2010. O estado, neste mesmo ano, apresentou uma concentração nos destinos das exportações (agrícolas e não agrícolas) para países chamados emergentes, como a China, e também para países integrantes do MERCOSUL. Por outro lado, os países europeus não apresentaram uma continuidade como destinos de produtos gaúchos. Para Santa Catarina, os principais destinos das exportações agropecuárias foram EUA, Holanda e Argentina, seguidos por Japão e Alemanha.

Por fim, parte do comportamento das exportações agrícolas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul é resultado das diversas barreiras não tarifárias estabelecidas para os produtos agrícolas no mercado externo. Sugere-se, portanto, estudos futuros acerca de novas oportunidades para o agronegócio catarinense e gaúcho a partir da certificação em qualidade sanitária e fitossanitária para alcançar a alta competitividade no mercado internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia**. Exportações. Destinos das Exportações. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=286>>. Acesso em: 10 fev. 2013a.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia**. Exportações 2001. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Exportacoes20011.pdf> >. Acesso em: 19 fev. 2013b.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia**. Exportações 2005. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/uploads/mapa_exportacoes2005.pdf >. Acesso em: 19 fev. 2013c.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Economia**. Exportações 2010. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/uploads/mapa_exportacoes2010.pdf >. Acesso em: 19 ago. 2012d.

AVILA, Róber Iturriet. Efeito China no comércio externo brasileiro e gaúcho pós 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 83-92, 2012.

BARBOSA, Weslei de Freitas et al. Desempenho exportador de carnes em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, VI, 2012, Joinville (SC). **Anais...** Criciúma: APEC, 2012.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. CEPA / EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2010-2011**. Florianópolis: CEPA/EPAGRI, 2012.

CERDAN Claire et al. **Case Study Report: Gaúcho Pampa da Campanha Meridional/Meat**. 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/fileadmin/templates/oql/documents/documents/gaucha%20da%20pampa%20meridional%20meat.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

FUNDAÇÃO DE ESTATÍSTICA E ECONOMIA. FEE. **Estatísticas FEE**. Exportações. Série Histórica. Disponível em: <http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_exportacoes_sh.php>. Acesso em: 19 fev. 2013a.

GARCIA, Álvaro Antônio. As exportações gaúchas em 2009. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 71-84, 2010.

GARCIA, Álvaro Antônio. As exportações gaúchas em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 57-68, 2012.

HOFF, Cecília Rutkoski. Exportações do Rio Grande do Sul em 2010: razões para o baixo dinamismo frente à média nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 41-48, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Sistema de Contas Regionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

ILHA, Adayr da Silva et al. O agronegócio gaúcho na perspectiva da vantagem competitiva revelada (1996-2006). **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 63-71, 2010.

LAZZARI, Martinho Roberto. Evolução das exportações gaúchas do agronegócio entre 1993 e 2002. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 197-212, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. MDIC. **ALICEWeb**. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

SILVA, Filipe Guilherme Ramos et al. A cadeia produtiva do fumo em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, VI, 2012, Joinville (SC). **Anais...** Criciúma: APEC, 2012.

Anexo 1 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preços básicos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul – 2002-2010

Atividades	Participação no Valor Adicionado Bruto a preços básicos (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Santa Catarina									
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	9,0	10,8	9,7	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2	6,7
Indústria	33,4	32,9	35,9	33,9	34,5	35,7	34,4	32,8	34,1
Serviços	57,6	56,3	54,4	57,7	58,6	57,1	57,5	59,0	59,2
Rio Grande do Sul									
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	10,0	12,8	10,6	7,1	9,3	9,8	10,5	9,9	8,7
Indústria	28,0	28,1	31,5	30,3	28,1	26,6	26,5	29,2	29,2
Serviços	62,0	59,0	57,9	62,6	62,6	63,5	62,9	60,9	62,1

Fonte: IBGE (2013).

Artigo recebido em março 15 de março 2016 e aprovado em 16 de maio de 2016.

PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO OESTE³⁴

Rosana Maria Badalotti³⁵

Maria Luiza de Souza Lajus³⁶

Cristiane Tonezer³⁷

Regina Miranda da Silva Padia³⁸

Resumo: O artigo analisa o processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) vinculado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e em execução desde 2003. Metodologicamente nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. A partir de noções como desenvolvimento, território e desenvolvimento territorial descrevemos os princípios que orientam a abordagem territorial do programa e analisamos aspectos que caracterizam os espaços de institucionalidade para o desenvolvimento no território rural oeste. Por fim, analisa o processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território oeste, com ênfase para os critérios de definição dos projetos implementados, municípios beneficiados e eixos contemplados. Em linhas gerais identificamos nas premissas do programa e nas ações implementadas pelo Território Oeste, elementos que dialogam com a literatura. O espaço do Colegiado Territorial têm se constituído em mecanismo na proposição de eixos estratégicos de desenvolvimento, projetos e programas territoriais para o desenvolvimento das cadeias produtivas, agroindustrialização, comercialização, educação no campo e meio ambiente. Apesar das ações de planejamento estar orientadas por grandes eixos, identificamos limites no que se refere a participação de número reduzido de municípios e não concretização de princípios do programa como a articulação entre municípios e diferentes atores da sociedade.

³⁴ Artigo apresentado no IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC

³⁵ Doutora em Ciências Humanas (UFSC), docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó). E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

³⁶ Doutora em Serviço Social, Políticas e Processos Sociais (PUC/RS). E-mail: mlajus@unochapeco.edu.br .

³⁷ Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó). E-mail: tonezer@unochapeco.edu.br .

³⁸ Graduada em Serviço Social, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UnoChapecó). E-mail: regina_miranda@unochapeco.edu.br .

Palavras-chave: Planejamento; Desenvolvimento Rural; Território Oeste.

PLANNING AND MOBILIZATION PROCESS OF ACTIONS FOR RURAL DEVELOPMENT IN THE WEST TERRITORY

Abstract: The article analyzes the planning and mobilization process of actions for rural development in the West Territory, considering the implementation of the National Program of Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT) linked to MDA (Agricultural Development Ministry) in course since 2013. Methodologically we rely on bibliographic and documentary data. Coming from notions such as development, territory and territorial development describes the elements that guide program's territorial approach the analyzed aspects that characterize the institutional spaces for the development in the rural West territory. Finally, analyzes the mobilization and planning process of actions and strategies for the West territory, focusing on the defining criteria for the implemented projects, benefited towns and contemplated segments. In general lines, we identified in program assumptions and in the actions implemented by the West Territory, elements that dialogue with literature. The space of the Territorial Collegiality has been firming itself as a mechanism in the indication of strategic development segments, territorial projects and programs amongst which the development of production chains, agroindustrialization, commercialization, rural education and the environment stand out. Even though the planning actions are orientated by big segments, we identified a limit regarding the participation of very few towns and non substantiation of the program principles that suggests the articulation between towns and different social roles.

Keywords: Planning; Rural Development; West Territory.

1 INTRODUÇÃO

O texto aborda parte de reflexões de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (BADALOTTI E OLIVEIRA, 2012; BADALOTTI, R.M; LAJUS, M.L de S; MENDES, M. 2013). Esta problemática está estreitamente relacionada às linhas de pesquisa do Programa que objetivam compreender e analisar os processos políticos, econômicos, sociais e culturais da região, contribuir com análise das adequações/inadequações entre as políticas sociais e as

problemáticas regionais, formular, implementar e monitorar e avaliar políticas públicas/sociais regionais.

Esta reflexão busca analisar o processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste ³⁹, tendo em vista a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) formulado e em execução desde 2003.

Do ponto de vista metodológico nos baseamos em dados bibliográficos e documentais. Os dados primários foram obtidos através de pesquisa documental em fontes produzidas pelo MDA/SDT e Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) ⁴⁰, agente mediador das ações desenvolvidas no Território Oeste até setembro de 2013.

Nesse sentido, o estudo caracteriza-se como de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, que em sua análise buscou apresentar os dados primários de forma quantitativa e qualitativa. Enquanto a abordagem quantitativa apreende dos fenômenos a região "[...] visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 2008, p. 22).

Para a referida análise nos baseamos na ideia de desenvolvimento territorial que a partir dos anos 2000 passou a orientar as políticas públicas para os espaços rurais dentre as quais, a proposta pelo MDA/SDT. O enfoque da abordagem territorial neste caso compreende uma visão que pretende integrar “espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas [...]”, a qual pressupõe quatro das dimensões dos processos de desenvolvimento: a econômica, a sociocultural, a político-institucional e a ambiental (BRASIL, MDA/SDT, 2005c, p. 7-9). Consideramos também a proposta do ciclo de gestão social para o desenvolvimento territorial que orienta o referido ministério e respectiva secretaria, compreendido como um processo e que se desdobra em macroprocessos entre os quais se destacam o planejamento, organização e controle social.

³⁹ O referido território atualmente está constituído por 25 municípios, com população total de 325.476 habitantes, população urbana de 252.616 habitantes (51%) e rural de 72.800 (49%) (IBGE, 2010).

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre a atuação da Apaco ver Badalotti (2003, 2005).

Neste texto nos ateremos, portanto, a uma das etapas deste ciclo que envolve a mobilização em torno do planejamento, que se propõe constituir enquanto um processo participativo, tendo em vista a elaboração de um diagnóstico de ações e eixos estratégicos para os territórios e a planificação de objetivos, diretrizes, estratégias, programas e projetos (BRASIL, MDA/SDT, 2005c, p. 16).

Para tanto, este texto está estruturado nas seguintes partes: a primeira aborda teoricamente e conceitualmente noções como desenvolvimento, território e desenvolvimento territorial e descreve os princípios que orientam a abordagem territorial do PRONAT; a segunda analisa aspectos que caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas para o desenvolvimento no território rural oeste; por fim, a última analisa o processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território oeste, com ênfase para os critérios de definição dos projetos implementados, municípios beneficiados e eixo contemplados.

2 PRESSUPOSTOS SOBRE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Visando a análise proposta, partimos do pressuposto de que a compreensão e intervenção das e nas políticas públicas ocorre necessariamente orientada por determinadas percepções sobre desenvolvimento em um território. Nesta perspectiva, compreende-se o território em seu caráter multidimensional, que envolve dimensões políticas, econômicas, culturais e simbólicas marcadas pela cooperação e conflitos, expressadas pelas relações produzidas pelos atores sociais em um campo de forças e relações de poder (MARTIN, 1997).

Haesbaert (2004) sinaliza a existência de duas dimensões inter-relacionadas para compreender o território: a simbólico-cultural e a político-disciplinar. A última é caracterizada pela ação do Estado, organizações sociais e políticas, e diretamente relacionada ao conceito de poder. Isso significa que o território através de suas diferentes instâncias de

poder político se organiza em escalas de ação, “[...] constituindo uma complexa rede de interações cujos interesses políticos se materializam no território” (CASTRO, 2005, p. 128).

A categoria de território desta forma compreendida é diferente na noção geopolítica de Estado-Nação. O Estado-Nação não é o território *per se*, mas sim o local das diversas relações sociais e também de atuação do Estado, em que “[...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas” (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Nesta direção Esteva (2000) chama a atenção para os princípios ideológicos, políticos e éticos que orientam os processos de desenvolvimento, sugerindo a desconstrução de tal ideia que comumente está associada à metáfora da evolução, do crescimento e da maturação. É nesta perspectiva de desconstrução do desenvolvimento como um dado natural e associado apenas a lei da escassez que compartilhamos com as ideias de Esteva, sobre a importância de pensar o desenvolvimento enquanto um processo de construção social vinculado à esfera econômica, política e ética, enquanto um processo integrado de expansão de liberdades.

As reflexões de Amartya Sen (2000) de que o desenvolvimento não se reduz a crescimento econômico, mas sim como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, tais como disposições sociais e econômicas (serviços de educação e saúde), direitos civis, liberdade de participação política, respeito aos diferentes valores sociais e costumes, igualdade entre os sexos, entre outros, são fundamentais para compreender os limites e possibilidades das concepções e processos que orientam as políticas públicas e sociais na contemporaneidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, as categorias desenvolvimento e território são, portanto, fundamentais para compreender os pressupostos do PRONAT. Embora essa questão não seja nova no pensamento social, cabe perguntar por que a abordagem territorial vem despertando tanto interesse entre os planejadores e formuladores de políticas públicas, bem como entre os estudiosos?

Em relação às tendências contemporâneas que têm orientado os estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial, Favareto (2010) realiza uma síntese sobre o que denomina de literatura científica e normativa. Tanto um campo quanto outro estão orientados

por referências internacionais as quais têm imprimido nas diretrizes e experiências de políticas para o desenvolvimento de regiões rurais no Brasil a discussão sobre desenvolvimento territorial.

Favareto (2010, p.23-24) enfatiza que a experiência de indução ao desenvolvimento rural que têm influenciado significativamente estudiosos no mundo e a elaboração de políticas públicas se trata do programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais, mais conhecido como Leader que surgiu em 1991, como Iniciativa Comunitária da União Europeia, “nos marcos de um amplo processo de discussão sobre as formas de planejamento de políticas no continente, em crescente preocupação com as discrepâncias entre regiões”. Em relação aos avanços afirma que este tipo de projeto “[...] possibilita ir-se além da definição setorial”, entretanto, o sucesso nesta direção depende da “maneira como são combinadas às expectativas dos atores sociais”. Tal expectativa está assentada em uma visão interacionista que normalmente não considera as diferenças e conflitos de interesses entre os atores.

Considerando a diversidade de enfoques e o caráter normativo que têm orientado as chamadas abordagens territoriais, Favareto (2010) afirma que não existe uma teoria do desenvolvimento territorial, mas experiências empíricas que precisam ser compreendidas. No caso do Brasil, tal debate passou a permear o campo acadêmico e institucional a partir dos anos 90, período em que emergem importantes mudanças no meio rural e no desenho institucional das políticas públicas, **decorrência de um processo de reformulação do papel do Estado e de organização da Sociedade Civil (grifos das autoras).**

Nesta direção, Schneider (2010, p. 299), enfatiza que a abordagem territorial do desenvolvimento rural surge em um contexto de redefinição do papel do Estado e do realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento, tendo em vista o redirecionamento da intervenção estatal, pois “[...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais”.

Na mesma esteira de preocupação de Favareto, compartilhamos do pressuposto de Andion (2007, p.97-8) de que a ideia de desenvolvimento territorial deve ser compreendida como integradora de duas dimensões analíticas interdependentes: a dimensão empírica e a dimensão normativa. A dimensão empírica pressupõe a análise do desenvolvimento territorial na condição de processo e a maneira pela qual ele é colocado em prática por meio de ações territoriais. A dimensão normativa o percebe como uma finalidade a ser alcançada.

De acordo com Andion (2007), o cenário teórico e empírico tem buscado relacionar três noções chaves para compreender a concepção de desenvolvimento territorial: o meio ambiente, o território e a ação coletiva. Os diversos campos de estudo têm adotado uma ou outra noção como central, porém, em alguns casos, determinadas correntes buscam relacionar as três dimensões em suas análises. Para fins desta análise, destacamos a terceira noção que “[...] busca compreender e descrever como os processos de desenvolvimento são colocados em prática na atualidade, a partir da institucionalização da ação coletiva e do 'retorno do ator' na gestão de estratégias de desenvolvimento” (ANDION, 2007, p.52).

A perspectiva que privilegia a institucionalização da ação coletiva e do retorno do ator na gestão de estratégias de desenvolvimento constitui o *pano de fundo* da maioria das políticas de desenvolvimento a partir dos anos 2000 que passaram a adotar a abordagem territorial, à medida que se pretende um novo modo de pensar o desenvolvimento relacionado a práticas mais “alternativas”, caracterizadas “[...] pela confrontação entre poderes heterogêneos, pouco previsíveis e dificilmente hierarquizáveis” (ANDION, 2007, p. 74).

Neste sentido, se observa a criação de espaços de articulação institucional e de gestão social do desenvolvimento, tais como conselhos, comissões, fóruns, como uma alternativa para a administração dos conflitos e para a formulação de consensos e acordos. É a partir desse contexto de reflexões que as políticas públicas de desenvolvimento rural têm sido formuladas principalmente a partir dos anos 2000, entre as quais, destaca-se o PRONAT.

2.1 A abordagem territorial do programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais

No Brasil, as origens do debate acerca de políticas de desenvolvimento com contornos diferenciados às políticas desenvolvimentistas iniciaram a partir dos anos 90, pós-constituição de 1988, como decorrência do processo de reforma do Estado e de reestruturação do território (RUCKERT, 2005, p. 33). Tal debate vai culminar em ações governamentais e discussões nos anos 2000 que pretendiam construir as bases para uma política nacional que possibilitasse uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território nacional, entretanto, o que se observou ao longo da década foram formulações de diferentes políticas e programas vinculados a vários ministérios, apenas para citar dois exemplos: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional executada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) e o PRONAT.

Um dos principais objetivos do PRONAT é sugerir uma nova maneira de “conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o desenvolvimento rural sustentável” (SDT/MDA, 2005a, p. 6). A concepção de desenvolvimento proposta pretende construir um desenvolvimento multissetorial, na medida em que se pretende priorizar questões emergenciais como “[...] o acesso a terra, combate à fome, pobreza, indigência, doenças endêmicas, garantia à habitação, segurança e trabalho” (SDT/MDA, 2003, p. 20).

O programa concebe o desenvolvimento como um plano a ser construído através do protagonismo dos diferentes atores sociais em que a noção de desenvolvimento territorial busca associar diferentes dimensões, e não significar apenas um resultado ou um fim “[...] em si mesmo”.

Para tanto, sugere um recorte territorial, onde deverão ser estabelecidas relações e processos sociais entre Estado e sociedade. É a partir dessas relações que se produzem diagnósticos para cada território rural, de acordo com suas realidades específicas. O processo de desenvolvimento territorial pressupõe uma relação contínua entre as políticas públicas (nacional, estadual etc.), planos, projetos, proposições, que deverão demandar de consultas à sociedade civil e retornar em forma de diagnóstico para cada território rural.

Neste sentido, o plano a ser construído em cada território é resultado de processos desenvolvidos de forma contínua e constante a partir de um “ciclo de gestão” (SDT/MDA, 2005c, p. 6) que pressupõe planejamento, organização e controle social por parte dos agentes sociais envolvidos. Somente após esse processo será possível implementar as ações, verificar os resultados e impactos e finalmente avaliar o alcance do programa nacional. Na sequência trataremos do processo de mobilização e planejamento das ações do Território Oeste dando destaque para a institucionalização da ação coletiva e do ‘retorno do ator’ na gestão de estratégias de desenvolvimento conforme enfatizado por Andion (2007).

3 ESPAÇOS DE INSTITUCIONALIDADE E AÇÕES COLETIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL OESTE

Na região oeste de Santa Catarina, as experiências de desenvolvimento que envolve diferentes agentes sociais e territorialidades demonstram que muitas delas nasceram de iniciativas de organizações locais, outras nasceram das relações de parcerias com atores externos, o Estado por exemplo. Muitas delas produziram redes de organizações e movimentos sociais fundados em vínculos de parceria (FAVERO; GRAMACHO, 2004, p. 4).

A atuação de movimentos sociais rurais a partir de 1980 e das ONGs na década de 1990 caracterizam os espaços de institucionalidade e ações coletivas voltadas para a busca de alternativas na agricultura familiar da região, em que passa a se estabelecer uma relação mais estreita e diferenciada entre a agricultura familiar e a busca de alternativas de viabilização econômica e reprodução social para este segmento. Neste contexto podemos destacar o papel de diferentes mediadores que passaram a constituir uma Rede de Viabilização da Agricultura Familiar, objetivando principalmente a assessoria técnica e política, a captação de recursos e a implementação de políticas públicas voltadas principalmente para a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares vulnerabilizados socioeconomicamente (BADALOTTI, 2003).

No caso investigado observamos que os espaços de atuação de processos sociais e políticas públicas de desenvolvimento territorial e rural não se restringem somente ao Estado, estendendo-se para outras esferas sociais não governamentais, como é o caso dos movimentos

sociais, ONGs, conselhos, fóruns, etc. Teorias mais recentes associadas à Ciência Política e Sociologia Política, têm buscado definir as novas formas de atuação da sociedade civil e os novos espaços públicos de participação e deliberação de diversas problemáticas e temas. Estudos empíricos têm demonstrado a importância das diferentes formas de arranjos participativos e como os mesmos se combinam com as instituições políticas tradicionais. Segundo Dagnino e Tatagiba (2007, p. 11) se trata de “[...] reconhecer a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve”.

Deste processo surgem ONGs como a Apaco, criada em 1989 e que em função de um acúmulo de capital social e articulação com diferentes atores vinculados a agricultura familiar vem atuando e assessorando historicamente projetos e ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina. Esta associação entre 2004 e 2013 atuou como articuladora das ações do PRONAT no Território Oeste. Essa atuação tem se efetivado a partir de um processo de planejamento e execução de projetos que pretende, – de acordo com os princípios do programa nacional – envolver diferentes agentes sociais da região.

Esses processos pressupõem a participação de diferentes atores locais e regionais, para a constituição de redes organizativas e produtivas visando ações coletivas voltadas para o desenvolvimento territorial. A gestão desses processos deve estar pautada, portanto, na participação da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo, visando à discussão, formulação, articulação, pactuação e ao controle social das políticas públicas.

À luz da reflexão de Avritzer e Pereira (2005) podemos afirmar que esses processos pretendem se constituir em inovações institucionais híbridas democráticas. Os autores denominam “instituições híbridas” “[...] as formas institucionais que envolvem a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e de organizações da sociedade civil” (CUNHA, 2007, p. 26).

Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs), por exemplo, constituem espaço de participação de agentes governamentais (municipalidades, secretarias municipais, regionais e estaduais etc.) e não governamentais (movimentos sociais, sindicatos,

ONGs, conselhos, fóruns, universidades, etc.) que tenham vínculo com a agricultura familiar e reforma agrária, configurando pelo menos do ponto de vista ideal em instituições híbridas.

3.1 Processo de mobilização e planejamento das ações e estratégias para o território Oeste ⁴¹

As ações e estratégias para o território Oeste entre 2004 e 2013 foram planejadas a partir de espaços denominados de *oficinas*, dos quais participavam representantes do Núcleo Dirigente e Técnico, constituindo o Colegiado de Desenvolvimento Territorial cuja composição era formada por entidades governamentais e não governamentais da região ⁴².

O colegiado do Território Oeste possui como objetivo planejar ações e atividades, avaliar propostas de projetos e o processo de implementação e execução dos projetos já aprovados. Essas oficinas constituem também espaços de discussões temáticas e conceituais relacionadas aos eixos estratégicos de desenvolvimento, orientadores das ações, projetos e programas territoriais.

Identificaram-se diferentes momentos de planejamento e elaboração que constituem etapas ou ciclos de gestão do território Oeste a partir do ano de 2005. Entre as temáticas das oficinas, podemos destacar gestão e planejamento do território oeste catarinense; estudo propositivo de dinamização das economias do território Oeste; planificação e gestão do território Oeste; gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território Oeste; gestão social dos territórios rurais – análise e definição dos instrumentos de gestão social.

Conforme enfatizado anteriormente, as oficinas constituem espaços de planejamento,

⁴¹ Parte das informações e dados que seguem foram sintetizadas das seguintes fontes e constituem resultados de análises documentais: Badalotti e Oliveira (2012) e Badalotti, Lajus e Mendes (2013).

⁴² No período de realização da pesquisa o núcleo dirigente estava constituído por prefeituras municipais, AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste catarinense), sindicatos regionais ligados à FETRAF – Sul, Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), Cooperativas – Ascooper (Rede de Cooperação do Leite) e Cresol (Rede de Crédito Solidário), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Casas Familiares Rurais por intermédio da Arcafar (Associação Regional das Casas Familiares Rurais), Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) e CEPAF/Epagri (Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar) e APACO e o núcleo técnico por representantes das prefeituras, casas familiares, cooperativas, APACO, CEPAF e Unochapecó.

proposição e avaliação de projetos e ações para o território. Estes espaços de discussão seguem critérios temáticos e conceituais definidos *a priori* chamados de *eixos estratégicos*.

Os eixos estratégicos para as ações a serem realizadas no território foram assim definidos: Eixo 1 – trata do desenvolvimento das cadeias produtivas, com ênfase na cadeia do leite (cadeias do mel, artesanato regional, agroflorestal, piscicultura, frango caipira, plantas medicinais, fruticultura e horticultura, agroindústrias familiares e suinocultura alternativa); Eixo 2 – comercialização; Eixo 3 – educação no campo (inclusão social, formação e capacitação para os agricultores familiares); Eixo 4 – meio ambiente (produção agroecológica, plantas medicinais, saneamento ambiental, alimentação de subsistência, proteção e preservação de nascentes).

De uma maneira geral, as linhas de ação que orientaram as cadeias produtivas foram: realizar um diagnóstico do território, com ênfase às cadeias produtivas existentes; analisar o diagnóstico; planejar a partir do diagnóstico; estabelecer metas em nível territorial; disponibilizar assistência técnica voltada à realidade; estudar a viabilidade dos projetos; monitorar e avaliar os projetos; desenvolver projetos de industrialização e comercialização; disponibilizar a infraestrutura necessária para a comercialização e industrialização; fomentar novas cadeias produtivas; desenvolver cursos de capacitação técnica para os agricultores; criar mecanismos que propiciem a articulação em rede das cadeias produtivas; organizar o produtor e a produção; apoiar projetos de agroindustrialização; capacitar os agricultores para o desenvolvimento das cadeias produtivas; divulgar os produtos do território; criar associação em nível regional; e conhecer o mercado consumidor (APACO, 2005a).

Em relação aos critérios para a escolha e definição dos projetos foram identificados os seguintes: - devem beneficiar um maior número de agricultores familiares; - devem ser intermunicipais; devem contemplar os eixos estratégicos; - devem estar articulados com organizações e associações; - devem realizar articulação com o poder público; - devem contemplar experiências já existentes; - devem incluir as questões de gênero e da juventude; - devem ser estratégicos para o desenvolvimento territorial; - devem preferencialmente ter foco na região; - devem ter embasamento social (APACO, 2005a).

Para a definição das prioridades, elaboração, escolha e trâmite legal dos projetos, os

territórios se guiam pelas orientações institucionais do MDA que define critérios obrigatórios para a indicação e priorização de projetos territoriais, que deverão ser seguidos pelos colegiados territoriais. Como critérios obrigatórios devem ser observados os seguintes: os projetos devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); os projetos devem ter caráter de integração territorial ou intermunicipal; os projetos devem atender o público beneficiário das ações do MDA (agricultore (as) familiares, assentados (as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadore (as) artesanais e extrativistas); para os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais, deve-se indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário; os projetos de agroindústrias têm de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito, como jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores (as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF; no caso de municípios/territórios que apresentam baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF (MDA/SDT, 2007, p. 1-2).

Considerando os critérios obrigatórios definidos pelo MDA, identificou-se nos documentos analisados que o Território Oeste dos projetos aprovados e executados entre 2004 a 2011 realizou diferentes ações relacionadas prioritariamente à reestruturação da cadeia do leite e outras cadeias produtivas (leite, mel e beneficiamento de grãos), com ênfase para as atividades de agroindustrialização.

A fim de identificar as ações implementadas no Território Oeste, apresentamos na sequência um levantamento dos municípios beneficiados e montante de recursos dos projetos executados no período citado, tomando como base os eixos estratégicos que orientam o PTDRS do referido território.

3.2 Municípios beneficiados e eixos contemplados

Observou-se que no ano de 2004 apenas 12% dos municípios se beneficiaram com projetos, sendo que Formosa do Sul foi contemplada com a maior quantia, correspondendo a R\$ 289.000,00, sendo 78% do valor total aplicados para o Eixo 1 na ampliação da indústria do leite para a agroindústria familiar, seguido da cidade de Chapecó, através da Apaco, a qual recebeu R\$ 49.000,00 (13%) para o Eixo 3 e por último, o município de Quilombo com a quantia de R\$ 33.000,00 (9%), também para o Eixo 3. O total geral em projetos apresentados foi de R\$ 371.000,00. Os demais eixos não foram contemplados com projetos. Para a mobilização dos investimentos, foram orçados os valores de R\$ 32.700,00 para a contrapartida e R\$ 338.300,00 para o MDA.

No ano de 2005, 44% dos municípios foram beneficiados com projetos, sendo que Chapecó se destacou com a maior parcela das arrecadações, correspondentes a R\$ 69.577,78 para os Eixos 3 e 4 sendo destinados à construção de cisternas para captação de água da chuva e para cursos de formação e capacitação destinados à Apaco. Em segundo plano seguem os municípios de Coronel Freitas e Cordilheira Alta, com R\$ 55.000,00 e 46.200,00 respectivamente, contemplando ambos o Eixo 1, sendo destinados à cadeia de produção do leite com a aquisição de tanques exotérmicos para armazenamento do leite, *notebooks*, veículos e aparelhos de fax. Para mobilização dos investimentos, fizeram parte das arrecadações R\$ 45.785,78 vindos da contrapartida dos municípios e R\$ 353.192,00 pelo MDA. Constatou-se a mobilização de R\$ 228.200,00 para as cadeias produtivas, R\$ 81.200,00 para a comercialização, R\$ 78.577,78 para a educação no campo e R\$ 11.000,00 para o meio ambiente, totalizando R\$ 398.977,78.

Em 2006 apenas 12% dos municípios receberam benefícios dos projetos, sendo que Formosa do Sul se destaca com a arrecadação de R\$ 272.000,00, correspondendo a 76% do valor total, sendo direcionado para o Eixo 1 no segmento produtivo do leite com a aquisição de equipamentos, seguido dos municípios de Chapecó (19%) através da Apaco, com o valor de R\$ 66.000,00 voltados para o Eixo 3, Educação no Campo sendo destinados para

realização de cursos de formação, e R\$ 18.000,00 para o município de Quilombo (5%) para o Eixo 3 com a aquisição de veículos. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 31.200,00 e R\$ 324.800,00, respectivamente. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 272.000,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 84.000,00 para o Eixo de Educação no Campo, totalizando R\$ 356.000,00.

Em 2007 a situação dos benefícios fora bem mais distribuída, abrangendo 52% dos municípios amostrados. Destes, 22% do valor total (R\$ 85.000,00) foram destinados ao município de União do Oeste, os quais foram redirecionados para o segmento das agroindústrias na aquisição de equipamentos para adequação de abatedouro municipal. Por segundo, vem o município de Chapecó, com R\$ 56.100,00 (15%) voltados ao segmento das cadeias produtivas do leite, peixe e horti-fruticultura com a aquisição de conjuntos de pasteurizadores, embaladeiras de leite, cestas de vime, caixas para entrega de produtos e equipamentos para conservação de pescado. O município de Formosa do Sul segue logo atrás com 10% dos beneficiamentos, correspondendo a R\$ 38.500,00 redirecionados ao segmento da cadeia produtiva do leite. Os valores mobilizados pela contrapartida e pelo MDA são equivalentes a R\$ 71.120,00 e R\$ 313.000,00, totalizando R\$ 384.120,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de R\$ 322.320,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 43.600,00 para o Eixo de Educação no Campo, seguidos dos Eixos de Meio Ambiente e Comercialização.

No ano de 2008, 20% dos municípios foram contemplados com projetos, sendo um destes Planalto Alegre, para adequação do sistema de inspeção municipal visando credenciamento junto ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com R\$ 115.000,00, correspondendo 26% do valor total em benefícios, direcionados ao Eixo 2 na construção de estrutura física para comercialização, na compra de equipamentos, veículos e software. Por seguinte, temos o município de Santiago do Sul, com a quantia de R\$ 110.200,00, correspondendo a 25% do valor total, direcionados ao Eixo 1 para as cadeias produtivas do leite e das agroindústrias, com a aquisição de tanques isotérmicos e padronizadora de leite. Destacam-se ainda os municípios de Águas Frias com R\$ 105.000,00

(24%), Chapecó para se adequar ao credenciamento ao SUASA com R\$ 60.000,00 (14%) e Saudades com o beneficiamento de R\$ 46.000,00 (11%).

Os valores dos benefícios foram mobilizados pelo MDA juntamente com a contrapartida, os quais corresponderam a R\$ 339.400,00 e R\$ 36.800,00 respectivamente totalizando R\$ 436.200,00. Os valores correspondentes aos Eixos são de 179.000,00 para a Educação no Campo, R\$ 115.000,00 para a Comercialização, R\$ 110.200,00 para as Cadeias Produtivas e R\$ 32.000,00 para o Meio Ambiente.

Em 2009, 20% dos municípios receberam benefícios, sendo que o município de Chapecó, através da Unidade Central das Agroindústrias Familiares Rurais do Oeste Catarinense (UCAF), receberam a quantia de R\$ 140.000,00, correspondendo a 22% do valor total, direcionados ao Eixo 2 na realização de projetos de gestão ligados às cadeias produtivas, seguido dos municípios de Coronel Freitas e Saudades, ambos sendo beneficiados com R\$ 132.000,00 (21%) para se adequar ao credenciamento ao SUASA, redirecionando o valor dos projetos para o segmento da comercialização (Eixo 2). Os municípios de Irati e Formosa do Sul, ambos com as quantias de R\$ 114.000,00 e 110.000,00 respectivamente, tiveram seus benefícios voltados aos segmentos das cadeias produtivas de leite e agroindústrias, como também o eixo da comercialização. Os valores mobilizados para os projetos são de R\$ 574.100,00 vindos do MDA e R\$ 53.900,00 da contrapartida, totalizando R\$ 628.000,00.

No ano de 2010, dos 25 municípios do território apenas 12% foram contemplados com benefícios, sendo Novo Horizonte com a quantia de R\$ 215.000,00 destinados ao Eixo das cadeias produtivas das agroindústrias, voltados a equipamentos para o beneficiamento de sementes, armazenamento e banco de germoplasma; a Campo Erê fora destinada a quantia de R\$ 180.000,00 redirecionada ao Eixo referente à comercialização para a reforma da feira do produtor e para compra de equipamentos para um laboratório de solos; e Saudades com a quantia de R\$ 115.000,00, destinada também ao segmento da comercialização, sendo esse valor direcionado para compra de câmara fria e laboratório para análises. Para a mobilização do investimento foram destinados R\$ 457.000,00 pelo MDA e R\$ 53.000,00 pela contrapartida, totalizando R\$ 510.000,00.

Em 2011, apenas dois municípios foram contemplados com benefícios, sendo que São Carlos recebeu a quantia de R\$ 65.000,00 para o segmento das cadeias produtivas do leite com a aquisição de tanques para coleta e armazenamento do produto; e Campo Erê com a quantia de R\$ 46.036,00 para o Eixo 2, referentes à comercialização para a reforma da feira do produtor. No que diz respeito à mobilização do valor total (R\$ 111.036,00), R\$ 105.000,68 vieram por parte do MDA e R\$ 6.035,32 por parte da contrapartida.

Figura 01 – Eixos beneficiados e montante de recursos no período de 2004 a 2011.



Fonte: Badalotti e Oliveira (2012)

Comparando-se eixos beneficiados e o montante de recursos destinados aos mesmos no período de 2004 a 2011, é possível observar na Figura 01 o destaque para o Eixo 1, referente às cadeias produtivas, com o montante de R\$ 1.648.720,00, seguidos dos Eixo 2, Eixo 3 e Eixo 4, com R\$ 1.027.036,00, R\$ 467.177,78 e R\$ 52.400,00 respectivamente.

Figura 02 – Montante de recursos destinados por segmento para o Eixo das Cadeias Produtivas no período de 2004 a 2011.



Fonte: Badalotti e Oliveira (2012)

Em relação ao Eixo das Cadeias produtivas, no período de 2004 a 2011, observa-se na figura 02 uma grande mobilização de recursos para as agroindústrias familiares, com R\$ 825.820,00, seguido da cadeia produtiva do leite, com a quantia de R\$ 792.650,00.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo proposto em torno do processo de mobilização e planejamento de ações para o desenvolvimento rural no Território Oeste, em linhas gerais podemos afirmar que do ponto de vista discursivo, identificamos nas premissas do PRONAT e nas ações implementadas pelo Território Oeste, elementos que dialogam com a literatura.

Por exemplo, a multidimensionalidade do território conforme pensada por Martin (1997), Haesbaert (2004) e Castro (2005) pode ser identificada na concepção do PRONAT e nas ações de desenvolvimento rural e territorial propostas pelo Território Oeste quando da definição de eixos amplos que possam superar iniciativas setoriais, como aquelas vinculadas somente à atividades agrícolas ou convencionais, tais como a produção de matérias primas (suínos, aves, leite, etc) voltadas para as grandes empresas ou cooperativas da região. Isso significa afirmar que empiricamente o Território Oeste, mesmo que timidamente, vêm se

mobilizando e planejando para a implementação de ações políticas e produtivas que possam criar mecanismos integrados de expansão de liberdades substantivas tais como disposições sociais e econômicas, direitos civis, participação política, entre outros (SEN, 2000).

Neste sentido, os processos de indução ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas têm pressuposto mecanismos de reformulação do papel do Estado e participação da Sociedade Civil, a partir da institucionalização da ação coletiva e do “retorno do ator” na gestão de estratégias de desenvolvimento.

Tais mecanismos têm se desenhado no processo de mobilização e planejamento das ações do Território Oeste, que envolve diferentes agentes sociais na busca de alternativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento territorial, a exemplo dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial, constituído por entidades governamentais e não governamentais.

O espaço de tais colegiados têm se constituído em inovações institucionais híbridas na proposição de eixos estratégicos de desenvolvimento, projetos e programas territoriais entre os quais se destacam eixos estratégicos para o desenvolvimento das cadeias produtivas, agro industrialização, comercialização, educação no campo e meio ambiente.

A análise bibliográfica e documental realizada em relação ao cruzamento dos dados primários nos revela em um primeiro momento que as premissas do PRONAT, no que diz respeito ao Plano de Desenvolvimento do Território Oeste vêm se construindo, principalmente no apoio as cadeias produtivas alternativas – com especial foco para a cadeia produtiva do leite, considerando parte desse segmento a agro industrialização.

A constatação de que a cadeia produtiva do leite se constitui em importante estratégia de desenvolvimento territorial, nos permite reafirmar que o fortalecimento e transformação da agricultura familiar no referido território tem dependido da atividade leiteira, que a partir dos anos 2000 vem se configurando como uma ação de enfrentamento ao predomínio das grandes agroindústrias convencionais de industrialização de alimentos, das quais a maioria dos agricultores familiares da região até meados dos anos 90 estiveram vinculados, principalmente às atividades de integração na suinocultura e avicultura.

Nesse sentido, podemos afirmar que às atividades vinculadas às cadeias alternativas e agroindústrias familiares, o que inclui desde a produção, transformação e comercialização,

têm se constituído em uma perspectiva contra hegemônica à globalização econômica representada pelos grandes conglomerados agroindustriais privados ligados “[...] à lógica da produtividade com dominância cada vez maior de capitais industriais e transnacionais”, bem como a “especialização, escala e qualidade associadas à produção de alimentos padronizáveis, de baixo custo e alcance global” (MIOR, 2005, p. 262).

Os dados demonstram de uma maneira geral que no período analisado (2004-2011) foram aprovados e executados 45 projetos objetivando diferentes ações. O número de projetos de acordo com cada eixo ficou assim caracterizado: eixo 1 (24); eixo 2 (08), eixo 3 (09) e eixo 4 (04). Nesses projetos estiveram envolvidos 16 municípios dos 25. Em relação aos benefícios recebidos por eixos (recursos do MDA e contrapartidas) constatou-se que os eixos cadeias produtivas e comercialização aprovaram os maiores montantes em recursos. No eixo das cadeias produtivas os maiores investimentos foram realizados com projetos para a cadeia do leite e agroindústrias familiares.

No que diz respeito aos recursos em cada eixo, constatou-se no eixo das cadeias produtivas um grande montante está concentrado em apenas 4 municípios dos 14 beneficiados. No eixo da comercialização os recursos estão melhor distribuídos entre 5 municípios, dos 9 beneficiados. No eixo educação no campo, houve um investimento significativo por parte do município de Chapecó, seguido de Quilombo e Águas Frias. Os demais 3 municípios investiram um montante menor de recursos. Em relação ao eixo meio ambiente apenas 3 municípios investiram recursos. Em relação aos recursos investidos, cabe uma análise qualitativa sobre as ações específicas que foram desenvolvidas em cada eixo, a fim de verificar a natureza de cada projeto e compreender as prioridades de cada município.

Em relação às ações e finalidades de cada projeto, identificamos que a maior parte dos investimentos foi realizada em equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, incluindo a agro industrialização e comercialização. Observamos também que as ações se cruzam e se complementam entre os eixos dependendo de cada projeto, onde os recursos são investidos em equipamentos e infraestrutura os mais diversos (para produção, industrialização, comercialização, divulgação, formação e capacitação) como software, computadores, livros didáticos, seminários, oficinas, cursos profissionalizantes,

projetos de gestão, etc. No que diz respeito à cadeia produtiva do leite e comercialização se observou investimentos significativos em equipamentos para armazenamento, resfriamento e conservação do leite, construções de estruturas físicas para indústria do leite e unidades de comercialização (feiras, por exemplo), aquisição de veículos, investimentos em laboratórios, etc. Em relação a esse aspecto cabe também uma investigação mais aprofundada.

Apesar das ações de mobilização e planejamento estarem orientadas por grandes eixos estratégicos, identificamos também limites para a gestão do Plano dos territórios, quando verificamos a participação de um número reduzido de municípios ou mesmo a não concretização dos princípios da política que sugere a articulação entre os municípios e diferentes atores da sociedade, o que significa que os consensos e acordos em territórios rurais não são tão simples, na medida em que exige “[...] mudanças na gestão dos municípios e impedindo muitas vezes o apoio a dinâmicas produtivas locais” (SABOURIN, 2007, p.731).

A concentração em investimentos em equipamentos e infraestrutura revela não somente uma lógica “tecnocrática e profissional” por parte dos proponentes, mas também um problema de operacionalização do “[...] financiamento dos projetos, os mesmos dependem de verbas anuais, o que leva a fragmentação dos projetos que passam por diferentes estágios (elaboração, aprovação e execução), dificultando a implementação de projetos mais amplos e Inter setoriais” (SABOURIN, 2007, p.731).

É possível afirmar também que a construção de um Plano de desenvolvimento rural, requer um planejamento a médio e longo prazo, a construção de uma cultura e capital social voltado para a lógica da proposta do MDA, o que na maioria das vezes escapa ao “real”. As prioridades são definidas levando-se em consideração possibilidades e limites das ações, ou, como afirmam os mediadores, através do confronto do futuro desejado *versus* futuro possível (APACO, 2006).

As ações e projetos propostos pelo Território Oeste com base nos eixos estratégicos orientadores em seu PTDRS, considerando as especificidades do referido território constata-se que na atualidade o apoio principalmente às cadeias alternativas produtivas se constitui em importante estratégia para o desenvolvimento territorial desse território, tendo em vista que as

atividades agroindustriais estão concentradas nas mãos de poucas empresas voltadas principalmente para o mercado internacional e globalizado.

As particularidades socioeconômicas do território rural oeste em torno da pequena produção familiar demonstram as potencialidades desejadas pelos formuladores de projetos e políticas dessa natureza em relação ao desenvolvimento sustentável, entretanto, essas potencialidades não confluem ainda em projetos Inter setoriais e de alcance regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO.** 2007. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APACO. **Diagnóstico do Território Oeste de Santa Catarina.** Chapecó, jun. 2005.

APACO. **Gestão e Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Oeste.** Chapecó, maio 2006.

AVRITZER, L; PEREIRA, M.L.D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, Número Especial, 2005.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais.** 2003. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BADALOTTI, R.M; REIS, M.J. Representações dos Agricultores Familiares sobre Programas de Cooperação Agrícola e Agroecologia. In: GUIVANT, J. S; SCHEIBE, L. F; ASSMANN, S. J. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural.** Florianópolis: Insular, 2005. p. 123-160

BADALOTTI, R.M; OLIVEIRA, Anderson Cleyton M de. Experiências e projetos para o desenvolvimento rural e regional no Território Oeste: perspectivas hegemônicas em tempos de globalização. **(Relatório de Pesquisa – Núcleo de Iniciação Científica em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade)** Edital n.036/REITORIA/2011, Unochapecó, 2012.

BADALOTTI, R.M; LAJUS, M.L de S; MENDES, M. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: caracterização de experiências e projetos no Território Oeste. pp. 822-834. **Anais** do Fórum Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Acafé. Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unochapecó [recurso eletrônico] / Eliara Solange Müller... [et al.] (Orgs.). – Chapecó: Argos, 2013. 1450 p. Disponível em: <http://www.isthmus.com.br/argos/anais_forum_acafe.pdf>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**/Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA – Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condráf, Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2005a.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documento de Apoio n. 2. Brasília: SDT/MDA, nov. 2005b.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais n. 3. Brasília: SDT/MDA, novembro 2005c.

BRASIL, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília: SDT/MDA, mar. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CUNHA, Eleonora Schettini M. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento** – Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios** / Arilson Favareto... [et.al] - Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 220p.

FAVERO, C. A; GRAMACHO, Z. da S. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Universidade. **Revista Informe Gepec**, v. 8, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente (SP), n. 19/20, p.26-41, Nov.1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Argus: Chapecó, 2005.

RUCKERT, Aldomar A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento territorial. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial - Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005. 78 p.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, p.715-751. set; dez. 2007

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n.11, jan/jun. 2004, p. 88-125

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista Economia e Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, Set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2014.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Artigo recebido em 15 de junho de 2016 e aprovado 16 de junho de 2016.

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF NO ALTO VALE DO ITAJAÍ (2003/04 E 2012)⁴³

Bruna dos Santos Prestes ⁴⁴

Maiara Eloi da Silva ⁴⁵

Marcia Fuchter⁴⁶

Bruno Thiago Tomio⁴⁷

Resumo: O Pronaf é a política pública de maior relevância na agricultura familiar. Tem por objetivo a geração de renda e o apoio financeiro das atividades agrícolas, através do custeio da safra e do investimento na aquisição de equipamentos e no melhoramento da infraestrutura. Este programa é o principal passo de muitos agricultores para a iniciação de suas atividades. O trabalho tem por objetivo identificar as contribuições do programa para os agricultores do Alto Vale do Itajaí e identificar o crescimento da política pública fornecida pelo governo de forma quantitativa. A estrutura do trabalho está dividida em quatro partes principais: introdução; revisão da literatura; caracterização do Alto Vale do Itajaí; resultados da pesquisa e considerações finais. Nesta estrutura foram desenvolvidos temas referentes ao conceito e abrangência da agricultura familiar e do programa Pronaf, destacando a importância do subsídio a este setor. Foi relatada a história do programa, os motivos que levaram a sua criação e todo o desenvolvimento para chegar a sua estrutura atual. Na caracterização do Alto Vale do Itajaí abordou-se a colonização da região, suas principais culturas e os municípios que mais se destacam nas atividades agrícolas características da região. A metodologia utilizada no referencial teórico foi a bibliográfica de fonte secundária e a documental de fontes primárias. Para a análise dos efeitos e impactos do programa no Alto Vale do Itajaí, foi utilizada como base a metodologia quantitativa. O Pronaf apresentou um crescimento econômico relevante no período analisado, promovendo o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar na região. Assim, se percebe a importância desta política pública para o aumento da produção e a elevação da renda na propriedade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pronaf; Alto Vale do Itajaí.

⁴³ Artigo apresentado no IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC

⁴⁴ Graduanda na 4ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI. E-mail: bruna-prestes@hotmail.com

⁴⁵ Graduanda na 4ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- UNIDAVI. E-mail: may.eloydasilva@hotmail.com

⁴⁶ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Orientadora, professora do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: marciafuchter@gmail.com

⁴⁷ Mestre em Economia Internacional pela Berlin School of Economics and Law (Berlim, Alemanha) e Orientador, professor do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e professor da Universidade de Blumenau (FURB). E-mail: bttomio@furb.br

SUBSIDIES FOR FAMILY FARMING: CONTRIBUTIONS OF PRONAF IN THE REGION ALTO VALE DO ITAJAÍ/BRAZIL (2003/04 E 2012)

Abstract: Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - National Program for the Strengthening of Family Farming) is the most relevant public policy for family farming in Brazil. It aims at generating income and supporting agricultural activities, through defrayal costs for crop maintenance and modernizing machinery and infrastructure. This program is the main starting point for farmers to set their activities. This study aims at assessing the contributions of this program for farmers in the region of Alto Vale do Itajaí/Brazil and also to identify the quantitative growth of Pronaf in the region. The structure of this research is divided in four main parts: literature review; overview of the region Alto Vale do Itajaí/Brazil; research results and concluding remarks. On this structure, the family farming and Pronaf concepts and comprehensiveness are supplied, highlighting the size of the subsidies to this sector. There is also the history of Pronaf, from its inception to nowadays. In the overview of the region Alto Vale do Itajaí/Brazil, we emphasize its initials settlements, mains crops and the municipalities that stand out as the key agricultural activities. The methodology applied in the literature review is bibliographical, as well as secondary and documentary primary research sources. As regarding the analyses of the program effects' and its impacts on the region, we have used the quantitative analysis. Pronaf has shown significant economic growth in the period between 2003/04 and 2012 by enhancing growth and development for family farming in the region. Thereby, it is clear the importance of this public policy in order to increase production and income for family farmers.

Keywords: Family farming; Pronaf; Alto Vale do Itajaí.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é reconhecida por sua importância tanto no fluxo de empregos quanto na produção de alimentos, focando no caráter social e voltado para o autoconsumo (GUILHOTO, 2008). Este setor contribui para a geração de riqueza do país onde mais de quatro milhões de unidades familiares são distribuídas entre os 26 estados e o Distrito Federal gerando 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e 74% da mão de obra empregada no campo, conforme os dados informados pelo Banco do Brasil (2014).

O Brasil é reconhecido mundialmente por seus abundantes recursos natural. Recursos esses que tem como principal finalidade a exploração da agricultura (TENÓRIO, 2011).

Sendo assim, ficando como quinto maior produtor agrícola do mundo, tendo uma produção somando cerca de US\$ 100 bilhões, segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011). Porém, apesar de todas essas vantagens o volume crescente da produção brasileira ainda tem muito por evoluir.

A implantação de políticas públicas para a agricultura familiar é um fato recente, segundo Mattei (2005), até o início da década de 1990 não existiam nenhum tipo considerável de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, apenas aquelas que privilegiavam os setores mais capitalizados. Foi com a promulgação da Constituição de 1988 que este cenário começou a mudar. Após o reordenamento do Estado brasileiro novos mecanismos para subsídios foram introduzidos tendo em vista democratizar o acesso a esses benefícios.

Em função desse cenário, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado, em 1996, para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. As organizações dos trabalhadores rurais exigiam uma reforma quanto ao papel do governo para este setor, solicitavam a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para o setor mais fragilizado, no caso, a agricultura familiar. Esse foi um grande marco para os agricultores, pois permitiam a eles o acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (antes eram negligenciados aos agricultores rurais), por meio de organizações e lutas que conquistaram a implantação do programa e seu espaço como uma nova categoria - agricultores familiares (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, gerando renda a agricultores e assentados da reforma agrária, sendo estes os assentamentos realizados pelo movimento Sem-terra. O programa possui as mais baixas taxas de juros que podem ser utilizadas no financiamento para custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não (SECRETÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores da região do Alto Vale do Itajaí. Com isso, identificando o crescimento ou não do programa através de dados quantitativos.

O presente trabalho se justifica no aspecto teórico por seu fornecimento de dados referentes ao Pronaf. No aspecto prático, contribui para os órgãos de fomento, bem como, para os próprios agricultores, no sentido de conhecerem a realidade a respeito do tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir será abordado o referencial teórico, no qual serão relatadas questões referentes e agricultura familiar, os subsídios do governo para este setor, o desenvolvimento do Pronaf e as contribuições do programa para a região do Alto Vale do Itajaí.

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser conceituada por sua forma de produção onde relaciona em seu processo gestão e trabalho, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). Este setor tem grande importância em seu cultivo de alimentos e sua geração de empregos, ajudando na redução do êxodo rural e contribuindo para economia nacional (GUILHOTO, 2008). Para FAO (Food and Agriculture Organization, 2014) as atividades agrícolas constituídas de base familiar geram o desenvolvimento do meio rural através da organização das produções. A propriedade administrada por uma família rural precisa ter sua mão-de-obra predominantemente familiar para assim ser conceituada.

Nas diferentes regiões brasileiras o agricultor familiar é chamado por inúmeros nomes como caipira, tabaréu, caboclo, entre outros. Para Martins (1986, apud ALTAFIN, 2007) as palavras usadas pra classificar o agricultor rural possuem mais do que apenas seu significado puro. Estes nomes classificam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua, sendo desprezada e possuindo uma aparência inferior as outras pessoas. Estas características exibem tal forma pelo fato de o Brasil ter sua história baseada na industrialização, e apresentar sua evolução agrícola em termos designados escravistas e de exploração.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 3º que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos

familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que classifica as propriedades rurais em economicamente viáveis através de uma área mínima estabelecida, variando de 5 a 110 hectares de acordo com o município. A definição do módulo é estabelecida pelo tipo de exploração predominante do município, a renda obtida com esta exploração, outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar (EMPRAPA, 2012).

A importância da agricultura de base familiar vem ganhando destaque nos últimos tempos, demonstrando que o desenvolvimento deste setor não está direcionado apenas para a produção de alimentos (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). O despreparo técnico e a falta de incentivos sociais e econômicos são as principais dificuldades encontradas pela agricultura (TENÓRIO, 2011).

A expressão de agricultura familiar no Brasil passou a ser utilizada oficialmente recentemente, antes esta categoria era denotada como de baixa renda, de subsistência e de pequena produção. Segundo Abramovay (1997) o novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso as diversidades do mercado.

O fortalecimento deste setor vem crescendo através das políticas públicas, onde seu papel fundamental está na busca da ampliação de incentivos, que permitem aos produtores

agregarem valor a seus produtos e aumentarem sua renda. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

2.2 Subsídios do governo a agricultura familiar

O apoio do governo aos setores da sociedade ocorre através de subsídios, sendo este o principal instrumento de políticas públicas, tendo como intuito promover o crescimento econômico e o bem estar social. A agricultura familiar necessita de políticas públicas diferenciadas, que promovam juros menores e apoio institucional (SCHNEIDER, 2006). Por meio deste incentivo buscam-se ganhos na produtividade visando uma maior competitividade em âmbito global (SILVA, 2012).

A agricultura familiar segundo Tenório (2011) não pode ser caracterizada apenas por sua participação, praticamente nula, na balança comercial, pois seu foco principal está no abastecimento do mercado interno. A insegurança de alguns fatores que prejudiquem o processo da produção agrícola, como o clima, faltas de créditos, pragas e doenças, mão-de-obra, consultorias especializadas (agrônomos, técnicos agrícolas, etc.) que possam afetar a quantidade física planejada, é um dos principais motivos que levam os produtores rurais a busca de subsídios devido à incerteza da sua renda, conforme Silva (2012).

O Brasil é um país que diferencia o pequeno, do médio e grande produtor rural por termos estabelecidos por lei, conforme Laudemir Muller (secretário da Agricultura Familiar). A lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal define como pequena propriedade rural aquelas que possuem área entre um e quatro módulos fiscais, média propriedade as de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais, e grande propriedade o imóvel acima de quinze módulos fiscais (BRASIL, 1993). Desta forma, não encontrando nenhum problema em instituir programas de incentivo a agricultura familiar para auxiliar o desenvolvimento do setor (TENÓRIO, 2011).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) apresenta como um dos subsídios a agricultura familiar a Alimentação Escolar, na qual cerca de 30% dos recursos repassados para a

alimentação escolar devem ter como base a agricultura instituída familiar. Outro subsídio oferecido pelo governo é o programa “Mais Gestão” onde proporciona o fortalecimento de cooperativas, garantindo mais acesso a comercialização e contribuindo para a qualificação no sistema de gestão. Além destes subsídios existem os programas de fortalecimento a Agroindústria, de Assistência Técnica, Biodiesel, Crédito Rural, entre outros.

Uma das principais políticas públicas e de maior abrangência a agricultura é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) sobre o qual destina apoio financeiro as atividades e serviços rurais (BANCO DO BRASIL, 2014). De acordo com a EPAGRI (2014) o programa tem por finalidade o aumento da produtividade, da geração de empregos, da mão-de-obra e a elevação da renda do produtor rural.

2.3 Programa nacional de fortalecimento a agricultura familiar

Até a década de 1990 não se encontrava no Brasil nenhuma política pública voltada para o setor da agricultura de pequeno porte, apenas as direcionadas aos grandes produtores rurais. Para Schneider, Mattei e Cazella (2004) os pequenos agricultores eram marginalizados sendo considerados produtores improdutivos, de baixa renda, pequenos produtores, produtores familiares e agricultores de subsistência.

Neste contexto os trabalhadores rurais buscaram por meio de organizações e lutas a formulação e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura (MATTEI, 2005). Assim, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) pelo governo de Itamar Franco, operando com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimentos), dando início a política pública do Pronaf que viria ter maior abrangência anos mais tarde (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004).

Na transição do governo para Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi totalmente reformulado, tendo como principal mudança sua concepção e área de abrangência (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004). Em 1996 foi apresentada a principal política pública do Governo Federal aos agricultores familiares o Programa Nacional de

Fortalecimento a Agricultura Familiar, Pronaf, pelo Decreto Presidencial nº 1.946. Assim, permitindo a esta categoria o acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional que até então era proporcionado apenas aos grandes produtores rurais (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem por objetivo a geração de renda por meio de linhas de créditos que auxiliam as atividades rurais. Assim, proporcionando a auto sustentabilidade da propriedade rural através de planejamento e elaboração de projetos que viabilizam o custeio da safra, a compra de equipamentos e o melhoramento da infraestrutura, contemplando todas as fases do desenvolvimento da propriedade rural (SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento (2014) especifica como objetivo do Pronaf o apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, visando a implantação, a ampliação e a modernização da propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, através de projetos específicos.

O Pronaf apresenta oito linhas de financiamento diferenciadas entre si, onde desenvolve para cada atuação condições diferentes a utilização do programa. 1 - Pronaf Agroindústria apresenta apoio financeiro que visa o beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. 2 - Pronaf Mulher é direcionado a mulher produtora rural, oferecendo propostas de créditos a projetos técnicos. 3 - Pronaf Agroecologia oferece apoio em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. 4 - Pronaf ECO desenvolve apoio à implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. 5 - Pronaf Mais Alimentos apoia o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção. 6 - Pronaf Composição de Dívidas oferece Linha de crédito para pagamentos de dívidas oriundas de operações de financiamento de investimento ou de custeio contratadas no âmbito do Pronaf. 7 - Pronaf Jovem auxilia o novo produtor rural nas atividades de produção, precisando ser maiores de 16 anos e menores de 29 anos. 8 - Pronaf Microcrédito desenvolvem linhas de crédito específicas

a agricultores que apresentem renda bruta familiar maior do que a solicitada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf, DAP (BNDES, 2014).

Os produtores que podem ser contemplados por este subsídios precisam estar enquadrados nas condições estabelecidas pelo Pronaf:

1.1.4. Agricultores Familiares que:

- a) Utilizem terras como proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do PNRA ou permissionários de áreas públicas.
- b) Residam na propriedade ou em local próximo, de acordo com as características geográficas regionais.
- c) Não disponham a qualquer título de área de terras superior a quatro módulos fiscais.
- d) Tenham no mínimo 50% da renda bruta familiar total vinda do estabelecimento.
- e) Utilizam mão de obra predominantemente familiar, admitido trabalho assalariado frente às exigências sazonais das explorações, podendo ter até dois empregados permanentes.
- f) Obtenham renda bruta familiar total nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 160.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários rurais.
- g) Caso a renda bruta anual das atividades desenvolvidas no estabelecimento for superior a R\$ 800,00, admite-se a exclusão de até R\$ 10.000,00 da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (EPAGRI, 2014).

Além destes, podem se enquadrarem no programa os pescadores, extrativistas, silvicultores, aquicultores, povos indígenas entre outros que estão devidamente adequados nos requisitos estabelecidos (EPAGRI, 2014).

Para a utilização desta linha de crédito o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) define que o produtor familiar deve procurar o Sindicato Rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é emitida segundo a renda do produtor para avaliação da compatibilidade ao programa.

O Pronaf apresenta as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais. Para créditos de custeio os juros cobrados pelos bancos são de 1,5% a.a. para empréstimos de até R\$ 10.000,00; juros de 3% a.a. para empréstimos entre R\$ 10.000,00 à R\$ 30.000,00 e juros de 3,5% a.a. para operações acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00. Para créditos de investimento as taxas de juros são de 1% a.a. para operações até R\$ 10.000,00 e taxas de 2% a.a. para operações com valor superior a esse até R\$ 300.000,00. Vale ressaltar que acima desse valor não se enquadra mais ao programa. (BANCO CENTRAL, 2014).

3 CARACTERIZAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O Alto Vale do Itajaí localiza-se na região central do estado de Santa Catarina, situado entre a Serra do Mar e a Serra Geral, na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, que é formado pelos Rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste (SUCESSO/SA, 2012). A região possui 9.031 km² que correspondem a 9,43% do território catarinense. Em 2010, possuía 291.840 habitantes, equivalente a 4,67% da população de Santa Catarina, sendo que 179.808 residiam em meio urbano e 112.032 residiam em meio rural (FÁVERI; KROETZ; ALEXANDRINI, 2012).

A região do Alto Vale do Itajaí conta com 28 municípios, sendo eles: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum (AMAVI, 2014). A região é composta por quatro Secretárias de Desenvolvimento Regional (SDR) e possuem como representante estadual a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Conforme o artigo 1º do estatuto do Alto Vale, a AMAVI é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e com duração indeterminada. Fundada em 7 de novembro de 1964 visa à integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem (SUCESSO/SA, 2012).

A colonização do território do Alto Vale do Itajaí teve início no final do século XIX. Porém a instalação dos municípios começou a partir dos anos de 1930. Esta colonização se deu por imigrantes europeus, principalmente por alemães e italianos, e em menor proporção por poloneses e portugueses. Neste período da chegada de imigrantes, a região do Alto Vale era ocupada por povos indígenas Xokleng. Este primeiro contado não se deu de forma harmoniosa, sendo marcada por conflitos e inseguranças pela posse das terras (INÁCIO, 2007). Atualmente, as comunidades remanescentes do povo indígena Xokleng exibem uma população de 2.153 pessoas, vivendo nas terras Indígena de Ibirama Laklãno, que abrangem os municípios de José Boiteux, Vitor Meireles; Itaiópolis e Dr. Pedrinho (BRIGHENTI, 2013).

Os imigrantes europeus foram trazidos pelo Governo com o intuito de ocupar as terras concedidas e colonizar a região. Dedicaram-se principalmente ao cultivo da agricultura de subsistência e a extração vegetal. Esta auto sustentação e iniciação das atividades primárias ilustra a grande diversidade das produções da região, que impulsionaram a base industrial de produtos alimentares e madeireiros. Assim, se caracteriza os estabelecimentos de unidades agrícola familiares e o processo de industrialização da região, pois muitos imigrantes eram artesão e operários (INÁCIO, 2007).

O Alto Vale do Itajaí é caracterizado, no setor agrícola, pela agricultura de base familiar. A produção agrícola da região é dependente de poucas produções, sendo elas a de cebola, fumo e arroz, que representam 84% do valor bruto da produção agrícola. Na produção de cebola destacam-se os municípios de Ituporanga, Alfredo Wagner e Aurora. A produção de arroz tem os municípios de Pouso Redondo, Taíó e Mirim Doce como maiores produtores. Os municípios de Santa Terezinha, Vidal Ramos e Ituporanga se destacam na produção de fumo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

A região do Alto Vale do Itajaí apresenta, também, os cultivos de feijão, milho e mandioca. Na produção de origem animais destacam-se o leite, o mel, o peixe, suínos e aves. Além destas produções, a região possui atividades no meio rural como o turismo, as agroindústrias, as oleiculturas, as fruticulturas, as plantas bioativas e ornamentais. Produções que vem crescendo lentamente, mas valorizam as potencialidades e especificidades do Alto Vale do Itajaí (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para análise aos efeitos e impactos do programa Pronaf á região do Alto Vale do Itajaí se emprega a metodologia bibliográfica de fonte secundária. Assim, as informações descritas no referencial teórico foram sucedidas de outros materiais já publicados, aos quais contribuiu para o desempenho da pesquisa e dos dados coletados. Proporcionando, uma melhor compreensão sobre o tema abordado (FAVERI; BLOGOSLAWSKI; FACHINI, 2011). A

pesquisa exploratória se faz presente, na qual propõe um levantamento de informações necessárias para a investigação (CERVO; BERVIAN, 1983).

Utilizou-se também a pesquisa documental de fontes primárias. Estes documentos são utilizados como fonte para a pesquisa científica, originários dos próprios órgãos que realizaram as observações (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para esta pesquisa foram coletados dados do Ministério do Desenvolvimento agrário, EPAGRI, Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca, IBGE e Banco Central.

A pesquisa quantitativa também fez parte deste trabalho. No método quantitativo se utiliza recursos e técnicas estatísticas para o levantamento de dados (FAVERI; BLOGOSLAWSKI; FACHINI, 2011). As informações desenvolvidos nesta pesquisa expõem dados referente à quantidade de estabelecimentos, área, produção e renda presentes na agricultura família e não familiar dos municípios do Alto Vale do Itajaí. Expõem, também, os financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf por custeio e financiamento, apresentando os números de contratos e valores (em reais) de cada município.

A microrregião do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela agricultura familiar. Na Tabela 1 foram apresentados as quantidades de estabelecimentos, área, produção e renda por municípios, especificados pela agricultura familiar e não familiar. A microrregião possui uma totalidade de 19.253 estabelecimentos de agricultura familiar e 1.301 de estabelecimentos não familiares. Os municípios de Santa Terezinha e Ituporanga exibem o maior número de estabelecimentos, sendo, respectivamente, de 2.011 e 1.457. Os municípios considerados com menor quantidade de estabelecimentos familiares são o de Trombudo Central com 282 estabelecimentos e Braço do Trombudo com 209. Para a quantidade de estabelecimentos não familiares os municípios de Ituporanga e Taió se destacam, apresentando 121 e 117 estabelecimentos. Já os municípios de Laurentino e Dona Emma apresentam a menor quantidade, sendo de 16 e 13.

O Alto Vale do Itajaí possui 357.408 hectares de área para a utilização da agricultura familiar e 110.753 hectares da agricultura não familiar. A cidade de Santa Terezinha possui a maior quantidade de área para agricultura familiar dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com mais de 35 mil hectares. O município de Taió apresenta a segunda maior área com

25.998 hectares e a de maior quantidade de uso da agricultura não familiar com 20.169 hectares. As cidades de Mirim Doce e Rio do Sul são as únicas que apresentam maiores quantidades de área da agricultura não familiar do que as de uso da agricultura familiar, sendo Mirim Doce com 9.212 hectares de agricultura familiar e 13.123 de agricultura não familiar. Já a cidade de Rio do Sul possui 9.192 para uso da agricultura familiar e 9.810 da agricultura não familiar.

Na produção agrícola o Alto Vale do Itajaí apresenta grande destaque da agricultura familiar com 664.863 toneladas, em relação à agricultura não familiar com 102.845 toneladas. O município de Rio do Oeste produz a maior quantidade do Alto Vale do Itajaí vindo da agricultura familiar, chegando a 74.733 toneladas, seguido do município de Ituporanga com 62.434 toneladas e de Santa Terezinha com 49.956 toneladas. A cidade de Braço do Trombudo ganha relevância por apresentar sua produção da agricultura familiar menor do que a produção da agricultura não familiar, sendo assim de 3.097 e de 4.644. A produção do município de Trombudo Central é bem próxima nos dois setores, prevalecendo o de agricultura familiar com 18.721 toneladas e da agricultura não familiar com 17.339 toneladas.

A renda também apresenta destaque da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, chegando a R\$ 452.707,00. Para a agricultura não familiar a renda foi de aproximadamente R\$ 57.004,00. O município do Braço do Trombudo apresentou sua produção de agricultura não familiar maior, de 2.084 toneladas, em relação a agricultura familiar, de 4.467 toneladas. Isso se explica pela produção também ter sido alta neste setor, e bem elevada se comparada com a quantidade de área e de estabelecimentos que exhibe. A cidade de Rio do Oeste apresenta a maior renda do setor da agricultura familiar, com R\$ 60.804,00, seguido de Pouso Redondo com R\$ 37.334,00 e de Ituporanga com R\$ 35.357. Para a agricultura não familiar o município de Rio do Campo ganha relevância com R\$ 8.170.

Tabela 1 – Quantidade de estabelecimento, área, produção e renda da agricultura familiar e não-familiar da microrregião do alto vale do Itajaí.

Município	Estabelecimento (Unidades)		Área (hectares)		Produção - Toneladas		Renda - R\$	
	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar
Agrolândia	620	25	11.628	819	13.070	2.320	8.093,00	2.280,00
Agronômica	628	37	9.023	1.251	21.271	6.593	13.429,00	3.319,00
Atalanta	519	22	7.496	450	16.453	1.500	8.994,00	539,00
Aurora	753	20	12.577	2.680	24.370	1.366	14.071,00	476,00
Braço do Trombudo	209	19	4.959	764	3.097	4.644	2.084,00	4.467,00
Chapadão do Laeado	524	25	7.979	774	17.534	796	9.231,00	380,00
Dona Emma	323	13	7.708	1.608	9.543	469	5.232,00	245,00
Ibirama	314	25	7.398	1.332	8.366	261	7.955,00	225,00
Imbuia	657	33	7.413	1.005	24.959	2.104	13.336,00	1.150,00
Ituporanga	1.457	121	20.339	2.246	62.434	9.314	35.357,00	3.426,00
José Boiteux	572	23	13.535	2.718	13.369	593	9.216,00	249,00
Laurentino	294	16	4.058	357	9.299	1.827	6.965,00	961,00
Lontras	502	28	8.744	2.587	17.379	465	14.967,00	143,00
Mirim Doce	320	34	9.212	13.123	14.084	5.618	9.774,00	4.863,00
Petrolândia	812	45	13.799	4.345	22.269	629	12.262,00	254,00
Pouso Redondo	1.214	105	21.063	3.653	46.667	4.712	37.334,00	3.728,00
Presidente Getúlio	860	65	18.868	1.861	20.020	1.531	14.112,00	1.359,00
Presidente Nereu	364	24	8.771	4.490	9.376	2.901	5.937,00	1.876,00
Rio do Campo	647	105	16.364	7.462	23.183	9.139	16.852,00	8.170,00
Rio do Oeste	796	37	16.134	1.834	74.733	4.663	60.804,00	3.416,00
Rio do Sul	639	92	9.192	9.810	10.841	4.376	9.908,00	1.638,00
Salete	502	30	10.649	2.851	17.093	3.999	11.168,00	3.005,00
Santa Terezinha	2.011	59	35.521	11.452	49.956	1.672	31.920,00	734,00
Taió	1.143	117	25.998	20.169	39.474	8.087	28.056,00	4.051,00
Trombudo Central	282	34	4.762	1.250	18.721	17.339	17.110,00	3.329,00
Vidal Ramos	887	63	16.017	4.795	38.475	3.111	24.123,00	844,00
Vítor Meireles	849	59	17.076	4.143	24.091	2.495	15.416,00	1.748,00
Witmarsum	555	25	11.125	924	14.736	321	9.001,00	169,00
Total	19.253	1.301	357.408	110.753	664.863	102.845	452.707,00	57.044,00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE, 2014.

A Tabela 2 exibe os financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 e de 2012. O Pronaf apresenta duas linhas de atuação, a de custeio e a de investimento. Assim, na Tabela 2 foram especificados os contratos e valores concedidos para as linhas de atuação de cada município do Alto Vale do Itajaí e a variação que sofreu no período de análise.

Na finalidade de custeio o município de Presidente Nereu possuiu a maior variação, de 455%, no número de contratos dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com 33 contratos em 2003/04 passando para 183 contratos no ano de 2012. A cidade de Rio do Oeste possui a segunda maior variação, com 257%, que exibiu 176 contratos no ano de 2003/04 e 629 no ano de 2012. Lontras teve a maior queda na quantidade de contratos, passando de 188 contratos

para 100, apresentando assim uma variação de -47%. O Alto Vale do Itajaí exibiu uma variação de 24% na quantidade de contratos, passando de 7.554 para 9.350. Para os valores de créditos concedidos na finalidade de custeio, a região apresentou um valor de R\$35.986.220,00 no ano de 2003/04 e de R\$133.989.461,11 em 2012, gerando um crescimento de 272%. O município de Rio do Sul foi o que exibiu maior crescimento, passando de R\$661.706,00 reais concedidos em 2003/04 para R\$7.751.387,74, tendo uma variação de 1.071%. A cidade de Chapadão do Lajeado teve a menor variação, 7%, dentre os municípios, tendo em 2003/04 o valor de R\$2.079.248,00 e em 2012 de R\$2.220.507,93 de créditos. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião.

Na finalidade de investimentos o Alto vale do Itajaí apresentou um relevante crescimento em âmbito de contratos e créditos concedidos. A cidade de Imbuia exibiu as maiores variações dentre os municípios no setor de contratos e créditos. Na linha de créditos sua variação foi de 23.367%, passando de 3 contratos no ano de 2003/04 para 704 em 2012. Para os valores concedidos, sua variação foi de 39.254%, sendo concedidos R\$29.767,00 em 2003/04 passando para R\$6.490.738,56 em 2012. O município de Santa Terezinha foi o segundo maior no número de contratos e de créditos, tendo uma variação de 17.200% nos contratos, passando de 2 contratos para 346. Para o valor conferido ao município, a variação foi de 36.320%, passando de R\$17.822,00 para R\$6.490.738,56. Nesta finalidade apenas três municípios apresentaram diminuição no número de contratos.

A cidade de Rio do sul teve a maior queda, de -61%, caindo de 72 contratos em 2003/04 para 28 em 2012. A cidade de Ituporanga foi a única a apresentar queda no valor concedido, passando de R\$3.157.281,00 para R\$2.562.106,45 em 2012, tendo uma queda de -19%. O Alto Vale do Itajaí apresentou um crescimento de 355% na quantidade de contratos e de 722% no valor concedido. Passando de 913 contratos em 2003/04 para 4.157 em 2012 e de R\$10.780.981,00 em 2003/04 para R\$88.603.974,41 no ano de 2012. É relevante destacar que alguns municípios não exibiram dados desta finalidade no ano de 2003/04.

Tabela 2 – Pronaf - financiamentos rurais concedidos para os municípios do alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 – 2012.

Municípios	CUSTEIO						INVESTIMENTO					
	2003/04		2012		Δ% 2003/04 - 2012		2003/04		2012		Δ% 2003/04 - 2012	
	Contrato	R\$	Contrato	R\$	Contratos	R\$	Contrato	R\$	Contrato	R\$	Contrato	R\$
Agrolândia	223	1.067.528,00	217	2.516.431,67	-3%	136%	14	176.879,00	92	1.780.015,12	557%	906%
Agrolândia	156	729.187,00	234	2.582.590,73	50%	254%	-	-	89	2.837.352,03	-	-
Atalanta	164	909.766,00	358	4.579.961,93	118%	403%	-	-	140	3.609.098,46	-	-
Aurora	253	1.246.833,00	469	8.884.355,33	85%	613%	6	91.499,00	146	4.067.391,36	2333%	4345%
Braço do Trombudo	231	762.536,00	130	1.028.193,62	-44%	35%	24	211.658,00	38	851.460,40	58%	302%
Chapadão do Lageado	352	2.079.248,00	190	2.220.507,93	-46%	7%	3	18.570,00	64	1.316.011,22	2033%	6987%
Dona Emma	204	712.414,00	192	1.563.940,39	-6%	120%	12	42.000,00	65	1.290.150,84	442%	2972%
Ibirama	76	262.734,00	52	377.343,31	-32%	44%	40	788.851,00	36	896.937,56	-10%	14%
Imbuia	298	1.715.539,00	794	12.993.608,68	166%	657%	3	29.767,00	704	11.714.411,12	23367%	39254%
Ituporanga	614	4.868.831,00	1102	25.809.013,80	79%	430%	303	3.157.281,00	258	2.562.106,45	-15%	-19%
José Boiteux	149	543.621,00	124	842.886,78	-17%	55%	1	13.209,00	87	1.619.294,91	8600%	12159%
Laurentino	141	514.612,00	153	1.357.608,26	9%	164%	3	27.383,00	86	2.886.233,85	2767%	10440%
Lontras	188	541.948,00	100	782.000,46	-47%	44%	1	12.961,00	44	1.044.106,34	4300%	7956%
Mirim Doce	119	917.409,00	133	2.161.811,00	12%	136%	1	52.000,00	30	1.030.526,19	2900%	1882%
Petrolândia	307	1.608.099,00	404	5.922.864,91	32%	268%	3	27.562,00	254	6.315.945,98	8367%	22815%
Pouso Redondo	486	2.436.048,00	434	4.922.161,79	-11%	102%	67	539.254,00	126	3.098.110,01	88%	475%
Presidente Getúlio	381	1.898.369,00	371	3.515.810,41	-3%	85%	92	1.183.661,00	172	3.604.040,65	87%	204%
Presidente Nereu	33	109.346,00	183	1.115.515,76	455%	920%	-	-	84	1.512.693,25	-	-
Rio do Campo	553	2.554.430,00	380	3.965.906,40	-31%	55%	65	702.073,00	152	3.392.032,25	134%	383%
Rio do Oeste	176	1.070.202,00	629	6.497.735,84	257%	507%	3	35.560,00	277	6.821.216,88	9133%	19082%
Rio do Sul	175	661.706,00	99	7.751.387,74	-43%	1071%	72	963.990,00	28	5.518.683,44	-61%	472%
Salete	276	869.290,00	211	2.329.452,54	-24%	168%	59	629.993,00	123	3.004.514,77	108%	377%
Santa Terezinha	319	1.096.202,00	520	4.158.045,92	63%	279%	2	17.822,00	346	6.490.738,56	17200%	36320%
Taió	547	2.457.840,00	460	5.056.722,41	-16%	106%	2	29.140,00	149	2.938.423,92	7350%	9984%
Trombudo Central	128	635.712,00	119	1.120.210,23	-7%	76%	12	117.088,00	37	987.700,07	208%	744%
Vidal Ramos	505	1.637.026,00	692	14.840.593,77	37%	807%	123	1.902.963,00	303	2.094.338,18	146%	10%
Vitor Meireles	327	1.353.037,00	339	3.324.533,93	4%	146%	2	9.817,00	141	3.567.218,24	6950%	36237%
Witmarsum	173	726.707,00	261	1.768.265,57	51%	143%	-	-	86	1.753.222,36	-	-
Total	7554	35.986.220,00	9350	133.989.461,11	24%	272%	913	10.780.981,00	4157	88.603.974,41	355%	722%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, e do Banco Central do Brasil, 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar começou a ganhar relevância e força no mercado nacional através da reivindicação dos trabalhadores rurais a partir da década de 90. Estes solicitavam a implantação de políticas públicas que desenvolvessem as pequenas propriedades rurais. Com o reordenamento do Estado brasileiro, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo esta considerada a política pública de maior relevância, responsável por promover o crescimento econômico das propriedades rurais.

O Pronaf sofreu consideráveis mudanças desde sua implantação até os dias atuais, principalmente em sua área de abrangência. Passando a apresentar linhas de atuação

específicas para os diferentes setores da agricultura familiar, assim se adequando a realidade do agricultor.

A presente pesquisa teve por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores da microrregião do Alto Vale do Itajaí. Com a finalidade de apresentar os financiamentos rurais concedidos pelas linhas de custeio e investimento, apresentando os números de contratos e valores em reais de cada município. Também foram especificados a quantidade de estabelecimentos, área, produção e renda da agricultura familiar e não-familiar da microrregião.

Podemos destacar que o Alto Vale do Itajaí apresenta uma elevada concentração de terra. A agricultura familiar expõe uma área de 357.408 hectares, e uma quantidade de estabelecimentos de mais de 19 mil unidades, expondo cerca de 18,5 hectares por estabelecimento. Em comparativo, a agricultura não-familiar apresenta uma área total de 110.753 hectares e de 1.301 estabelecimentos, exibindo aproximadamente 85 hectares por propriedade não-familiar.

O Pronaf apresentou um crescimento econômico relevante no período analisado. A linha de crédito de maior destaque foi a de investimento, que na microrregião exibiu um crescimento de 722% no valor de crédito e de 355% nos contratos concedido. Apesar disso, a linha de custeio apresentou os maiores valores nestes dois setores. Expondo em 2012 cerca de 9.350 contratos e R\$133.989.461,11 concedidos aos municípios.

Desta forma se destaca o elevado crescimento da utilização do programa no período analisado para os municípios do Alto Vale do Itajaí. Este auxílio vem sendo procurado com a finalidade de promover a sustentabilidade da propriedade rural. Através do custeio da safra e do investimento da infraestrutura necessária para ampliação da produção e do estabelecimento. Com o Pronaf mais agricultores tem capacidade de se manterem no setor rural, obtendo crescimento em seu capital e permitindo um maior desenvolvimento em seus processos produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7Q9CCvUkteMJ:comunidades.mda.gov.br/o/1635683+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 22 jun. 2014. Acesso em: 26 de abril de 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997. Disponível em: http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/11 . Acesso em: 22 jun. 2014.

AMAVI. **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**. 2014. Disponível em: www.amavi.org.br/sistemas/pagina/AMAVI/estatuto. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/L11326.htm> . Acesso: 01 de março de 2015.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Programas**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/> . Acesso em: 31 maio 2014.

Banco do Brasil. **Agronegócio: Pronaf**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10817,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19318&codigoRet=11753&bread=1> . Acesso em: 26 abr. 2014.

EPAGRI. **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar: Pronaf**. Disponível em: http://carcara.epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=1090 . Acesso em: 26 abr. 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural. 1999-2012**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2011> . Acesso em: 02 out. 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. 2013. Disponível em: <http://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> . Acesso em: 06 set. 2014.

BRASIL. Constituição (1993). Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm . Acesso em: 22 jun. 2014.

Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/re1525.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 3º ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1983.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica Agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai / RS: suas metamorfoses e reações locais. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

EMBRAPA. Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil. 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/192404437/Modulo-Fiscal-Embrapa>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FÁVERI, José Ernesto de; KROERTZ, Marilei; ALEXANDRINI, Fábio. O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional: Concepções e Análises. Blumenau: Nova Letra; 2012.

FÁVERI, Helena Justen; BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olímpio. Educar para a pesquisa: Normas para a produção de textos científicos. 4. ed. Rio do Sul: Nova Letra, 2011.

GUILHOTO, Joaquim and Ichihara, Silvio Massaru and Silveira, Fernando Gaiger and Azzoni, Carlos Roberto. Family Agriculture: Contributing to the Brazilian National Wealth (Agricultura Familiar: Contribuindo Para a Riqueza Nacional) (June 10, 2011). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1862353> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1862353>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420950&search=santa-catarina|laurentino>. Acesso: 17/05/2014.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. 2007. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103186/248836.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 out. 2014.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD Estudos, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>. Acesso: 01 de março de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Org.). Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí. 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO (Rome Italy) (Org.). O que é agricultura familiar? 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

RIO DE JANEIRO. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Pronaf Investimento. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html> . Acesso em: 16 ago. 2014.

Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca. Manual de Orientação Pronaf. Disponível em: http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=233 . Acesso em: 10 maio 2014.

SILVA, Valquíria da. O subsídio e a política agrícola no Brasil. Pré-univesp, São Paulo, v. 2012, n. 26, p.1-2, nov. 2012. Disponível em: <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4153/o-subs-dio-e-a-pol-tica-agr-cola-no-brasil.html> . Acesso em: 25 maio 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do Pronaf:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

SUCESSO/SA. **Alto Vale do Itajaí:** História e potencialidades da microrregião. Sucesso/SA, Rio do Sul, v. 1, n. 1808, p.10-11, mar. 2012. Disponível em: <http://www.sucessosa.com.br/noticias/81/alto-vale-do-itajai> . Acesso em: 22 jun. 2014.

SANTA CATARINA. EPAGRI. . **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – Pronaf**. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=1090. Acesso em: 01 fev. 2015.

TENÓRIO, Roberto. **Agricultura**: Do subsídio à política agrícola. Ipea, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, out. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23 . Acesso em: 26 abr. 2014.

Artigo recebido em 7 de março de 2016 e aprovado em 11 de maio de 2016.

VITIVINICULTURA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PAÍSES PRODUTORES⁴⁸

Reney Dorow⁴⁹

Rosemary Barbosa de Melo⁵⁰

Márcia Mondardo⁵¹

Gláucia de Almeida Padrão⁵²

Jean Philippe Palma Revillion⁵³

Resumo: A vitivinicultura é uma das principais atividades do agronegócio mundial, e cada vez mais vem se fazendo presente no cenário produtivo em diferentes regiões, caracterizadas por diferentes latitudes e altitudes, na busca permanente de diferenciais para marcar e diferenciar seu status produtivo. Além dos desafios presentes, como a busca de novos terroirs, o empreendedorismo vitivinícola nas novas regiões produtoras auxilia na geração de emprego e renda em localidades específicas, comumente não preferenciais para ocupação do homem, auxiliando na economia regional. Em que pese a tradição dos principais países produtores e consumidores, berço das mais renomadas castas de *Vitis vinifera* produzidas na atualidade, o Velho Mundo do Vinho vem abrindo espaço para um proeminente Novo Mundo do Vinho, superando desafios e aspectos que determinam os investimentos nesse setor. O hemisfério sul um berçário de novos empreendimentos e tendo como um dos seus determinantes mais significativos o potencial consumo de um país ou região. Este trabalho tem como objetivo indicar uma equação para prever o consumo per capita de vinho nos principais países produtores. Para isso, foram feitas análises estatísticas para identificar a influência das variáveis: renda per capita, escolaridade, expectativa de vida no consumo per capita. Verificou-se que a variável que mais influencia e que mais explica a variação da variável consumo per capita é a renda per capita. Essa observação permite traçar estratégias voltadas tanto ao setor privado, ordenando da melhor forma a inversão de capital, como ao setor

⁴⁸ Artigo apresentado no IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC

⁴⁹ Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios CEPAN da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E-mail: reney@epagri.sc.gov.br

⁵⁰ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios CEPAN da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. E-mail: rosemarybml@hotmail.com

⁵¹ Mestre em Agronomia (Estatística e Experimentação Agronômica) pela Universidade de São Paulo (USP). Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E-mail: mmondardo@epagri.sc.gov.br

⁵² Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. E-mail: glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

⁵³ Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (CEPAN/UFRGS). E-mail: jean.revillion@ufrgs.br

público, que possa auxiliar na promoção dessa área do agronegócio, potencializando recursos e colaborando no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Consumo; Alimentos; Demanda.

WINE PRODUCTION: AN ANALYSIS FROM THE PRODUCER COUNTRIES

Abstract: Wine production is one of the main activities of global agribusiness, and increasingly has been present on a production scenario in various regions, characterized by different latitudes and altitudes, in a permanent quest of differentials to mark and differentiate its production status. In addition to the present challenges, as the search for new terroirs, entrepreneurship in the new wine producing regions assists in the generation of employment and income in specific locales, not commonly chosen for man's occupation, assisting in the regional economy. Despite the tradition of the main producing countries and consumers, cradle of the most renowned varieties of *Vitis vinifera* produced today, the Old World of wine comes to a New World of wine, overcoming challenges and aspects that determine the investments in this sector. The southern hemisphere is a nursery of new ventures and has as one of its most significant determinants the potential consumption of a country or region. This paper aims to indicate an equation to predict the per capita consumption of wine in the main producing countries. To this end, statistical analyses have been made in order to identify the influence of these variables: per capita income, education, life expectancy in per capita consumption. A clear point that came up was that the variable that most influences and explains the variation of the variable consumption per capita is the per-capita income. This observation allows you to plot strategies to both the private sector, ordering the reversal of capital, as the public sector, which can assist in promoting this area of agribusiness, leveraging resources and collaborating in regional development.

Keywords: Consumption; Food; Demand.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a maior parte da produção de uvas para a elaboração de vinhos finos está localizada entre os paralelos 20° e 50° Norte e de 20° a 50° Sul onde a videira (*Vitis vinifera*) está melhor adaptada, o que corresponde à faixa onde os tradicionais países produtores de vinhos se localizam, como a França e a Itália. É o *terroir*, expressão francesa que identifica os

quatro elementos fundamentais de um vinho: o solo, o clima, a casta e a interferência do homem.

O universo da produção de vinho está dividido em dois grandes blocos de acordo com a sua origem de produção, denominados “Velho Mundo do Vinho” e “Novo Mundo do Vinho”. São considerados do Velho Mundo os países considerados como berços da civilização como a Grécia, Itália, França, Espanha, Portugal, Hungria e Alemanha, ou seja, os países com maior tradição e cultura no processo de vinificação. O Novo Mundo abrange os países que na grande maioria, começaram a sua história com o vinho após as explorações e colonizações, sejam elas inglesas, portuguesas, espanholas, italianas, francesas ou alemãs. São considerados do Novo Mundo, países como o Chile, a Argentina, o Uruguai, os Estados Unidos, a África do Sul, a Austrália e o Brasil. No presente estudo, o conjunto de países analisados (66) apresentam uma população de 3,39 bilhões de habitantes em 2009, ou seja, aproximadamente 50% do total mundial descritos na Tabela 1.

A produção mundial de vinhos, em 2009, segundo a FAO, foi de 27,2 milhões/ton. Em destaque estão os países europeus: a Itália, a França e a Espanha aos quais correspondem 47,3% da produção mundial. Entretanto, novos países ingressam nesse seletivo mercado, adaptando técnicas produtivas, variedades e passaram a produzir vinhos, provando que não é somente nos antigos e conhecidos *terroir's* europeus que se produzem vinhos de qualidade.

Tabela 1 – Principais países produtores de vinho.

Número	PAISES	CONSUMO.PCP	ORIGEM.PROD	RENDA.PCP	EXP.VIDA	ESCOLARIDADE
1	Albania	5,77	0	3.946	77,96	10,4
2	Algeria	1,00	0	3.881	74,02	7,2
3	Argentina	25,55	1	7.423	76,56	9,3
4	Armenia	1,36	0	2.680	72,68	10,8
5	Australia	23,16	1	45.402	81,63	12
6	Austria	29,17	0	45.088	79,5	9,8
7	Azerbaijan	0,57	0	4.370	66,66	10,2
8	Belarus	5,55	0	4.975	70,63	9,3
9	Bolivia	0,26	1	1.699	66,89	9,2
10	Bosnia/Herzegovina	2,47	0	4.671	78,5	8,7
11	Brazil	1,65	1	7.949	71,99	7,2
12	Bulgaria	10,96	0	6.102	73,09	9,9
13	Canada	9,94	1	39.237	81,23	11,5
14	Chile	13,55	1	8.690	77,34	9,7
15	China	1,16	1	3.692	73,47	7,5
16	Croatia	27,40	0	13.776	75,35	9
17	Cuba	0,39	1	5.355	77,45	10
18	Cyprus	18,75	0	29.091	78,33	9,9
19	Czech Republic	17,52	0	17.258	76,81	12,3
20	Egypt	0,05	0	2.271	72,12	6,5
21	Ethiopia	0,01	1	344	55,41	1,5
22	France	45,34	0	41.565	80,98	10,4
23	Georgia	17,02	0	2.485	76,72	12,1
24	Germany	24,48	0	41.100	79,26	12,2
25	Greece	25,18	0	28.209	79,66	10,5
26	Hungary	23,57	0	12.241	73,44	11,7
27	Israel	0,98	0	26.462	80,73	11,9
28	Italy	40,92	0	34.679	80,2	9,7
29	Japan	1,86	1	40.943	82,12	11,5
30	Kazakhstan	1,61	0	6.220	67,87	10,3
31	Kyrgyzstan	0,58	0	814	69,43	9,3
32	Latvia	5,69	0	12.383	72,15	10,4
33	Lebanon	3,17	0	8.249	73,66	6,5
34	Lithuania	5,84	0	11.423	74,9	10,9
35	Luxembourg	54,92	0	76.477	79,33	10,1
36	Madagascar	0,44	1	442	62,89	5,2
37	Malta	20,31	1	18.250	79,44	9,9
38	Mexico	0,47	1	7.835	76,06	8,7
39	Montenegro	0,33	0	6.656	73,9	10,6
40	Morocco	1,03	0	2.877	71,8	4,4
41	New Zealand	20,16	1	25.453	80,36	12,5
42	Panama	1,75	1	6.513	77,25	9,4
43	Paraguay	5,76	1	2.336	75,77	7,8
44	Peru	0,56	1	4.102	70,74	9,6
45	Portugal	42,50	0	21.065	78,21	8
46	Moldova	7,08	0	1.674	70,8	9,7
47	Romania	23,96	0	7.516	72,45	10,6
48	Russian Federation	8,13	1	8.454	66,03	8,8
49	Serbia	0,32	0	5.517	73,9	9,5
50	Slovakia	12,01	0	16.081	75,4	11,6
51	Slovenia	37,08	0	23.865	76,92	9
52	South Africa	6,82	1	5.581	48,98	8,2
53	Spain	25,10	0	31.851	80,05	10,4
54	Switzerland	38,32	0	67.701	80,85	10,3
55	Syrian Arab Republic	0,01	0	2.406	71,19	4,9
56	Tajikistan	0,89	0	956	65,33	9,8
57	Macedonia	5,39	0	4.576	74,68	8,2
58	Tunisia	2,28	0	3.646	75,78	6,5
59	Turkey	0,30	0	8.172	71,96	6,5
60	Turkmenistan	4,31	0	3.140	67,87	9,9
61	Ukraine	4,60	0	2.542	68,25	11,3
62	United Kingdom	20,56	0	35.980	79,01	9,5
63	USA	8,75	1	44.999	78,11	12,4
64	Uruguay	26,63	1	9.168	76,35	8,4
65	Uzbekistan	0,69	0	1.203	71,96	10
66	Zimbabwe	0,37	1	322	45,77	7,2

Fonte: FAOSTAT, 2011.

Essa dinâmica lastreada por um constante processo de inovação e empreendedorismo contribuiu com um importante aumento o número de países produtores, os chamados países do “novo mundo vinícola” com a contribuição do Hemisfério Sul, essencialmente Chile, África do Sul e Austrália, que juntamente com os EUA têm marcado a produção mundial com uma evolução positiva nos volumes destinados aos mercados externos.

A Itália ocupou, em 2009, um lugar preponderante no mercado mundial do vinho, não só na produção, com seus 4,99 milhões de ton., mas também, nas exportações, apresentando 1.73 milhões de ton. Na sequência, a produção é distribuída entre a França, Espanha e USA, apresentando respectivamente 4,63; 3,25 e 2,23 milhões de ton. Já no que diz respeito às exportações a Itália é seguida da Espanha, França e Austrália, com respectivamente 1,79; 1,35 e 0,70 milhão de toneladas (FAO, 2009).

O mundo do vinho está cada vez mais competitivo. Até o ano de 2006 os vinhos franceses possuíam um *market share* de 70% do mercado inglês, em 2011, essa participação era de 30%. A Grã-Bretanha foi tomada por rótulos de países do Novo Mundo do Vinho: Argentina, Chile, Austrália, Nova Zelândia e até do Brasil (WINE OF BRAZIL, 2011). Esse fato foi potencializado em 2014 com o advento da copa do mundo, no qual os importadores ingleses aumentaram ainda mais o seu interesse pelo produto com origem brasileira (Freitas, 2014).

Em relação ao consumo mundial de vinho, a França, no período de 2006 a 2009, permanecia liderando o consumo (29,14 milhões/ hl), no entanto, nesse período observou-se uma queda no consumo de 14,17%. Logo após, em segundo, os EUA com (27,5 milhões/hl). No período analisado, destaca-se que os EUA vêm apresentando um crescimento constante no consumo, o qual corresponde a 4%. Em terceiro, a Itália com (24,5 milhões/hl), país em que também verificou-se queda no consumo, neste caso de modo mais representativo, alcançando 10,36%.

Observa-se que países do velho continente, considerados como países do Velho Mundo (VM) continuam a ver cair o consumo de vinhos, tendo a França e Itália registrado uma queda média de 12,3% no consumo entre 2006 e 2009. Já em 2010, segundo a OIV (2010), o consumo anual foi de 238 milhões de hectolitros e ainda tomando como base os

dados da OIV, verificou-se que o incremento no consumo entre 2009 e 2010 foi de 1,29%, depois de cair 2,07% no biênio 2008/2009.

Seguindo a mesma direção de crescimento no consumo apresentada acima, o estudo realizado pelo International Wine and Spirits Record –IWSR (2011), aponta que o consumo mundial de vinho deverá aumentar significativamente entre 2011 e 2016. Os resultados dos estudos apontam que, a partir das 235,8 milhões de hectolitros (+5,63% que em 2004), o consumo de vinho mundial deverá crescer 3,57% entre 2011 e 2016 para 243 milhões de hectolitros. Por país, o IWSR confirma as previsões já avançadas anteriormente, de que os EUA serão o principal mercado do vinho em 2011-2016, com um volume de consumo em torno dos 27,9 milhões de hectolitros.

Dada a importância do vinho no agronegócio mundial, este trabalho tem como objetivo indicar uma equação para prever o consumo *per capita* de vinho nos principais países produtores e consumidores. Para isso foram feitas análises de influência das variáveis: renda per capita, escolaridade, expectativa de vida no consumo *per capita*.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Tomou-se como partida da análise, a identificação dos países produtores de vinho, os quais totalizaram um grupo de sessenta e sete que atuam no agronegócio vitivinícola. Ressaltamos que neste estudo a população é representada por sessenta e seis países⁵⁴.

A aplicação dos testes estatísticos se deu sobre quatro bases de dados, compostas por variáveis numéricas e uma *Dummy*⁵⁵, sendo elas: **Consumo per capita** (l/hab), **Renda per capita** (US\$/hab), **Escolaridade** (anos), **Expectativa de vida** (anos) e a origem da produção. Essas variáveis foram coletadas nas seguintes fontes respectivamente: Wine Institute⁵⁶, ONU

⁵⁴ O principado de Lichtenstein foi excluído do estudo, uma vez que ao analisar a dispersão dos dados de renda per capita, o mesmo se comportou como um *outlier*.

⁵⁵ Variáveis binárias ou *Dummy* são formas de agregar informações qualitativas em modelos de regressão estatística (HAIR, J. F, 2007).

⁵⁶ <http://www.wineinstitute.org/resources/worldstatistics/article44>

(Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), CIA WORLD FACTBOOK e por último a variável *Dummy* que representa a origem do produto, a mesma sendo representada como 0 (VM) e 1(NM). Todas variáveis foram observadas no ano de 2009.

No âmbito estatístico o trabalho está estruturado nas seguintes etapas: (i) estatística descritiva, (ii) Teste-t; (iii) estatística inferencial e (iv) análise de regressão múltipla e simples. Vejamos a seguir o que foi considerado em cada etapa:

- (i) Medidas centrais (médias e desvio padrão de todas as variáveis numéricas analisadas). Isso para toda população;
- (ii) Comparação entre médias de consumo *per capita* entre o NM e VM;
- (iii) Coeficiente de Pearson para analisar a correlação entre a variável Consumo *per capita* e correlação entre as demais variáveis numéricas analisadas, sendo para toda população;
- (iv) Múltipla - analisando a causa e efeito das variáveis analisadas, tendo como variável dependente o Consumo *per capita* e as demais variáveis como independentes.

Simple – analisando a causa e efeito entre as variáveis: consumo *per capita* e renda *per capita* (dada a significância apresentada).

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Por meio da estatística descritiva identificou-se que das variáveis apresentadas na Tabela 1, a que possui maior variabilidade é a “Expectativa de vida”. Os resultados apresentados na referida tabela correspondem à população, no entanto, também foi feita a mesma análise para ambos os grupos de países (VM e NM) e o resultado não difere do

apresentado pela população, ou seja, a variável “Expectativa de vida”, também, para ambos os casos apresentou maior variabilidade (Anexo 3).

No ano de 2009, a população analisada apresentou dados relevantes, os quais estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Dados relevantes a serem considerados do resumo estatístico para o ano de 2009.

Descrição	CONSUMO.PCP	RENDA.PCP	EXP.VIDA	ESCOLARIDADE
Média	11,73145467	14879,25263	73,72924242	9,366666667
Desvio padrão	13,61887286	16952,23802	6,916691141	2,083881979
Mínimo	0,005158367	322,042819	45,77	1,5
Máximo	54,9174798	76476,60188	82,12	12,5

Fonte: Elaborada pelos autores

Além de observarmos as médias⁵⁷ e o Desvio padrão para verificarmos a variabilidade, consideramos também o valor máximo e o valor mínimo, com o intuito de identificar quais os países que correspondem esses valores (Figura 1).

Figura 1 – Países que representam mínimo e máximo para cada variável numérica analisada.

Descrição	CONSUMO.PCP	RENDA.PCP	EXP.VIDA	ESCOLARIDADE
Mínimo	Ethiopia	Zimbabwe	Zimbabwe	Ethiopia
Máximo	Luxembourg	Luxembourg	Japan	New Zealand

Fonte: Elaborado pelos autores

Pelo exposto acima, sobre a realidade socioeconômica dos países produtores/consumidores de vinho, quando avaliamos a variável “Renda *per capita*”, Zimbabwe apresenta uma renda anual de US\$ 322,04 contrastando fortemente com Luxemburgo que tem uma renda *per capita* anual de US\$ 76.477,00, ou seja, 237 vezes maior que o primeiro. Este contraste é ainda mais acentuado quando analisamos a variável “Consumo *per capita*” onde verificamos um consumo de 0,005158367 l/hab/ano na Etiópia,

⁵⁷ Nem sempre essas medidas são suficientes para caracterizar um conjunto de dados, em estatística, pois a média sofre influência de valores extremos (Limites).

país localizado na África Sub Saariana para um consumo de 54,9174798 l/hab/ano em Luxemburgo na Europa, ou seja, uma diferença de 10.768 vezes. De um modo geral, dentre todos os países produtores de vinho avaliados, verifica-se os valores máximos para as variáveis “Consumo *per capita*”, “Renda *per capita*”, “Expectativa de vida” e “Escolaridade”, distribuídos entre os países representantes da Europa, Ásia e Oceania, em contraste com os valores mínimos apresentados pelas mesmas variáveis, que se concentram exclusivamente no continente africano, indicando que este continente concentra valores muito baixos para todas essas variáveis. Observa-se ainda que os países representantes do continente americano não apresentam valores mínimos ou máximos para nenhuma das variáveis estudadas, o que sugere que estejam num patamar intermediário para as variáveis analisadas.

3.1 Diferença entre países do Velho Mundo e do Novo Mundo

Neste tópico, dado o interesse de observar o comportamento da média do consumo *per capita* entre os países o VM e NM e com base nos dados empregados, foi realizado Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes. Para essa análise utilizamos a variável *Dummy* (*variável categórica*), a qual representa a origem do produto (0 e 1), em que 0 representa os países do VM e 1 os países do NM e a variável numérica – consumo *per capita*

O objetivo foi verificar se há diferença nas médias de “consumo *per capita*” nos países 0 e 1. As hipóteses⁵⁸ formuladas foram às seguintes:

H0: A média de “consumo *per capita*” dos países 0 no ano de 2009 = média de “consumo *per capita*” dos países 1 para o ano de 2009;

Ha: A média de “consumo *per capita*” dos países 0 no ano de 2009 \neq média de “consumo *per capita*” dos países 1 para o ano de 2009;

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 3.

⁵⁸ A hipótese nula H_0 é aquela onde afirmamos que não existe diferença entre dois grupos avaliados, ou seja, $H_0: \mu_{VM} = \mu_{NM}$. Enquanto que a H_a é aquela que aceita que há diferença entre os dois grupos avaliados (FREUND, 2006) .

Tabela 3 – Resultado do teste-t, presumindo variâncias diferentes, para verificação das diferenças nas médias de consumo *per capita* dos países 0 e 1 no ano 2009.

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes

<i>Descrição</i>	<i>CONSUMO.PCP</i>	<i>ORIGEM.PROD</i>
Média	11,73145467	0,333333333
Variância	185,4736981	0,225641026
Observações	66	66
Hipótese da diferença	0	
gl	65	
Stat t	6,795165906	
P(T<=t) uni-cauda	1,99263E-09	
t crítico uni-cauda	1,668635976	
P(T<=t) bi-caudal	3,98526E-09	
t crítico bi-caudal	1,997137908	

Observação: a variável categórica para esse teste foi caracterizado como Velho Mundo (0) e o Novo Mundo (1).

Nesse caso H_0 é rejeitada e a H_a é aceita, pois o 'Stat t', está fora dos limites "t crítico bi-caudal". Desse modo concluímos que, existem evidências de que se possa rejeitar a hipótese nula. Então, com um nível de significância igual a 5% e 95% de confiança, aceitamos que o "consumo *per capita* médio" de vinho se altera significativamente entre o Velho Mundo e o Novo Mundo vitivinícola.

3.2 Força de associação das variáveis Renda *per capita* Escolaridade e Expectativa de vida no Consumo *per capita*

A seguir vamos analisar a associação, através da correlação de Pearson⁵⁹ das variáveis Renda *per capita*, Escolaridade e Expectativa de vida em relação ao Consumo *per capita*. O objetivo é identificar a influência das demais variáveis analisadas no Consumo *per capita*.

Tabela 4 – Correlação de Pearson (p) entre a variável consumo e as demais variáveis numéricas analisadas.

Descrição	CONSUMO.PCP	ORIGEM.PROD	RENDA.PCP	EXP.VIDA	ESCOLARIDADE
CONSUMO.PCP	1				
ORIGEM.PROD	-0,191237865	1			
RENDA.PCP	0,718452827	-0,063343117	1		
EXP.VIDA	0,468305067	-0,188252733	0,563239571	1	
ESCOLARIDADE	0,305021745	-0,133142394	0,425624251	0,482387719	1

De acordo com a Tabela 4, as variáveis “Renda *per capita*”, “Escolaridade” e “Expectativa de vida” apresentaram as correlações positivas e isso significa que a relação entre as variáveis é diretamente proporcional. Já no que diz respeito à variável “Origem do produto” a correlação é negativa, o que corresponde a uma relação inversa com a variável “Consumo *per capita*”. Visando atender o objetivo macro do nosso estudo, destacamos que a correlação da variável que possui maior associação, ou seja, que mais influencia o “Consumo *per capita*” por meio de uma correlação forte é “Renda *per capita*” apresentando 0,718452827. Em segundo lugar em nível de associação com a variável “Consumo” destacamos “Expectativa de vida”, representando 0,468305067 e em terceiro a variável “Escolaridade”, representando 0,305022174. Ambas classificadas como a força de associação

⁵⁹ O coeficiente de correlação de Pearson, também chamado de "coeficiente de correlação produto-momento" ou simplesmente de "r de Pearson" mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação - se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica. É um índice sem dimensão situado entre -1 e 1, que interpreta a influência de uma variável sobre outra (HAIR, 2007).

média. Quanto a variável “Origem da produção” a força de associação apresentou-se muito baixa⁶⁰.

Lembramos que, o coeficiente de correlação sozinho não identifica a relação causa-efeito entre as duas variáveis, para tanto essa relação será investigada, posteriormente, através da análise de regressão.

3.3 Equação de consumo dos países produtores

Vimos no item anterior que com exceção da variável “Origem do produto”, as demais variáveis apresentaram média e forte influência na variável “consumo”. Com isso ampliamos o nosso estudo com a aplicação da análise de regressão⁶¹, com o intuito de verificarmos a causa e efeito das demais variáveis na variação da variável “Consumo *per capita*”. Assim, assumimos a variável “Consumo *per capita*” como dependente (ou explicada) e as variáveis “Renda *per capita*”, “Origem.prod”, “Escolaridade” e “Expectativa.vida” como independentes ou explanatórias.

3.3.1 Análise Regressão Múltipla

Na ANOVA (Tabela 5), o valor do teste F calculado (18,000492) foi superior ao tabelado a significância de 0,05 o que indica a rejeição da hipótese nula e aceitação da hipótese alternativa, que indica que a variação conjunta das variáveis independentes explica a variação da variável dependente. Ou seja, ao menos uma das variáveis explanatórias implica em variância no **Consumo *per capita*** de vinho.

⁶⁰ Uma situação de força de associação baixa, quase imperceptível, é aquela em que uma associação coerente e sistemática não está presente entre as variáveis (FREUND, 2006).

⁶¹ Diferentemente do teste de correlação, a análise de regressão permite, sim, uma análise da relação causa e efeito entre variáveis. Outra diferença importante entre a correlação e a regressão é que a última permite que se analise a interação entre muitas variáveis, ou seja, considera a variação conjunta entre elas (HAIR, 2007). Para tanto, as variáveis devem ser primeiramente classificadas como **dependentes (eixo y)** ou **independentes (eixo x)**.

Ao analisar o R^2 (54,13%) avaliou-se quanto a variação conjunta das variáveis explicativas no modelo ajustado explicam a variação da variável explicada, ou seja, 54,13% da variação da variável **Consumo per capita** é explicada pelo modelo de regressão linear múltipla que foi ajustado. Quanto mais próximo de 1,00 (ou 100%) o R^2 , mais a variável dependente está associada com as variáveis independentes que estamos usando para prevê-la.

Tabela 5 – Análise de regressão

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,73577182
R-Quadrado	0,541360171
R-quadrado ajustado	0,511285428
Erro padrão	9,520698453
Observações	66

ANOVA					
Descrição	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	4	6526,524733	1631,631183	18,00049204	8,28346E-10
Resíduo	61	5529,265641	90,64369903		
Total	65	12055,79037			

Descrição	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	-3,739228989	15,08855176	-0,247818946	0,805106803	-33,91065295	26,43219498	-33,91065295	26,43219498
HISTÓRICO.PROD	-3,984402345	2,539647062	-1,568880339	0,121849057	-9,062740508	1,093935819	-9,062740508	1,093935819
RENDA.PCP	0,00054955	8,64587E-05	6,356213951	2,9219E-08	0,000376665	0,000722435	0,000376665	0,000722435
EXP.VIDA	0,151629864	0,221167142	0,685589472	0,495569385	-0,290621169	0,593880897	-0,290621169	0,593880897
ESCOLARIDADE	-0,273056999	0,663343891	-0,411637165	0,682048199	-1,599495088	1,05338109	-1,599495088	1,05338109

Avaliando o valor da estatística t calculado (*stat-t*), verificamos que a única variável explicativa que apresentou significância estatística ($\alpha = 5\%$) foi a “Renda per capita”. Baseado nisso, podemos dizer a variável “Renda per capita” é relevante para o ajuste do modelo de regressão.

Logo a interpretação para o coeficiente de estimação dessa variável é: para cada US\$ 1,00 de aumento na “Renda per capita” da população dos países produtores de vinho, o consumo deverá aumentar em 0,00054955 litros per capita.

3.3.2 Regressão Simples

Diante dos resultados apresentados anteriormente, decidimos executar novamente a análise de regressão apenas com a variável significativa, cujos resultados estão detalhados na Tabela 6.

Tabela 6 – Análise de Regressão simples

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,718452827
R-Quadrado	0,516174465
R-Quadrado ajustado	0,508634691
Erro padrão	8,546677437
Observações	66

ANOVA					
Descrição	gl	SQ	MQ	F	F de significância
Regressão	1	6222,891144	6222,891144	68,27908687	1,10873E-11
Resíduo	64	5887,89928	91,9999047		
Total	65	12105,79037			

Descrição	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	3,143425717	1,568783738	2,003734193	0,049335604	0,009428623	6,277481611	0,009428623	6,277481611
RENDA.PCP	0,000577181	6,98508E-05	8,263116051	1,10873E-11	0,000437639	0,000716724	0,000437639	0,000716724

A tabela 6 apresentou resultados relevantes para a análise proposta. O teste F a 0,05 de significância demonstrou viabilidade em relação ao F tabelado para a variável “Renda *per capita*”.

Ao analisar o R^2 (51,61%) avaliou-se a força da associação linear entre a variável dependente e a variável independente, ou seja, no presente caso 51,61% da variável “Consumo *per capita*” é respondida pela variável independente avaliada na regressão bivariada. O t de 8,2631 é $>$ do que o t calculado ($\alpha = 5\%$). Diante desse aspecto apresentamos a seguinte equação que prediz o Consumo *per capita* médio dos países produtores de vinho:

$$\text{Consumo per capita (Y)} = 3,14342571691933 + 0,000577181 \text{ Renda.pcp}$$

No presente estudo verificou-se que a “Renda *per capita*” média do conjunto de países analisados é de US\$ 14.879,25 e desse total 45 (68,18%) apresentam renda *per capita* inferior a média. Quando se detalha esses países, verificamos que entre eles se encontram países com populações e renda significativas. O Brasil com 193,7 milhões de habitantes e Renda *per capita* US\$ 7.948,58 e a China com 1.322,6 milhões de habitantes, apresentado Renda *per capita* US\$ 3.691,60 hab/ano para o ano de 2009. Podemos supor que ainda existe um importante potencial a ser desenvolvido no consumo de vinho desses países, que somente poderá ser explorado mediante a implementação de políticas de aumento da renda da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados dão visibilidade ao fato de que no universo dos consumidores de vinho, relacionado ao conjunto dos países produtores da bebida, a Renda *per capita* é a principal variável contributiva para predizer o consumo.

Por outro lado, demonstram que outras variáveis como Escolaridade, Expectativa de vida e Origem do Produto não são significantes para determinar ou influenciar no consumo de vinho nos países produtores.

Isso permite delimitar que nos países estudados, em que o consumo ainda está muito aquém da média mundial, o investimento em marketing e outros apelos mercadológicos deve ser seletivo para a faixa da população de maior renda. Para a maior parte da população o fundamental é cobrar dos governos locais o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem o aumento da renda dessa população.

Também se permite verificar que o aumento da renda demanda investimentos com perspectiva de retorno a longo prazo, portando o incremento do consumo de vinho nesses países tende a corresponder positivamente num prazo equivalente.

Com exceção dos países que já alcançaram patamares de renda superior a média, onde aumentos de renda devem ser associados a mecanismos de marketing, o verdadeiro desafio dos países emergentes que veem a sua indústria do vinho como estratégica para o desenvolvimento do agronegócio, geração de emprego, divisas e renda, é implementar programas robustos de aumento da renda de sua população.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAO: <http://faostat.fao.org/site/342/default.aspx> - Acesso em 10/11/2014.

FREITAS. T. Com ajuda da Copa, Brasil eleva valor das exportações de vinho e espumante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2014. Em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2014/04/1441273-com-ajuda-da-copa-brasil-eleva-valor-de-exportacao-de-vinho-e-espumante.shtml>. Acesso 25/02/2015.

FREUND, J. E. **Estatística Aplicada: economia , administração e contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HAIR J.R. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR J.R. *et al.* **Análise Multivariada dos Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LAPONNI, J. C. **Estatística Usando Excel**. Rio e Janeiro: Campus, 2007.

UNDP - <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp> - Acesso em 13/11/2014

Artigo recebido em 17 de março de 2016 e aprovado em 16 de maio de 2016.

